

Ricardo João Sonoda-Nunes
Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires
Arestides Pereira da Silva Júnior
Deoclécio Rocco Gruppi
Ieda Parra Barbosa Rinaldi
Luís Eduardo Cunha Thomassim
Miguel Archanjo de Freitas Júnior
Orgs.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E O LAZER NO PARANÁ

GESTÃO, PROGRAMAS E MEMÓRIA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

REITOR

Miguel Sanches Neto

VICE-REITOR

Everson Augusto Krum

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

E ASSUNTOS CULTURAIS

Édina Schimanski

EDITORA UEPG

Beatriz Gomes Nadal

CONSELHO EDITORIAL

Beatriz Gomes Nadal

Adilson Luiz Chinelatto

Antonio Liccardo

Augusta Pelinski Raiher

Dircéia Moreira

Édina Schimanski

Giovani Marino Favero

Ivana de Freitas Bárbola

Névio de Campos

Ricardo João Sonoda-Nunes
Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires
Arestides Pereira da Silva Júnior
Deoclécio Rocco Gruppi
Ieda Parra Barbosa Rinaldi
Luís Eduardo Cunha Thomassim
Miguel Archanjo de Freitas Júnior
(Organizadores)

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E O LAZER NO PARANÁ

gestão, programas e memória



Copyright © by Ricardo João Sonoda-Nunes et al. org. & Editora UEPG

Equipe editorial

Coordenação editorial

Beatriz Gomes Nadal

Revisão de língua portuguesa

Emilson Werner

Capa, projeto gráfico e diagramação

Marco Aurélio Martins Wrobel

P769 Políticas públicas para o esporte e o lazer no Paraná: gestão, programas e memória/ Ricardo João Sonoda-Nunes et al. (org.). Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2021.

199 p.; il. Livro eletrônico.

ISBN: 978-65-86234-17-6

DOI: 10.5212/86234-17-6

1. Política pública - esporte. 2. Gestão pública - esporte. 3. Programação esportiva. 4. Educação física – memória. I. Sonoda-Nunes, Ricardo João et al. (org.). II. T.

CDD: 796

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luzia F. Bertholino dos Santos – CRB 9/986

Depósito legal na Biblioteca Nacional

Editora filiada à ABEU

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora UEPG

Praça Santos Andrade, n. 1

Cep: 84010-919 – Ponta Grossa – Paraná

Site: www.editora.uepg.br

Fone: (42) 3220-3306

E-mail: vendas.editora@uepg.br

2021

SUMÁRIO

Prefácio	7
-----------------------	----------

Apresentação	10
---------------------------	-----------

SEÇÃO I - POLÍTICAS E GESTÃO PÚBLICAS DO ESPORTE E LAZER

Análise dos agentes públicos do sistema nacional de esporte: estudo sobre os municípios paranaenses.....	17
---	-----------

*Allan Fernando Zardo da Silva; Deoclécio Rocco Gruppi; Diego Petyk de Sousa;
Edilson de Oliveira; Felipe Ferreira; Fernando Augusto Starepravo;
Gabriel França Thorowski; Gonçalo Cassins Moreira do Carmo; Guilherme Habinoski;
Jacqueline Osana da Silva; João Pedro Lezan; Juliano de Souza;
Matheus Henrique Mendes Oliveira; Miguel Archanjo de Freitas Júnior;
Ricardo João Sonoda-Nunes; Thiago Sávio Ingles Luz; Weslei da Mota*

Academias ao ar livre: paralelismos e transferências entre as realidades urbanas de Curitiba e Ponta Grossa/PR	42
---	-----------

*Miguel Archanjo de Freitas Junior; Bruno Pedroso; Edilson de Oliveira;
Tatiane Perucelli; Diego Petyk de Sousa; Guilherme Moreira Caetano Pinto;
Simone Aparecida Rechia; Rodrigo de França; Sabrina Monique Bora de Andrade;
Daniella Tschöke Santana; Wendell Luiz Linhares*

SEÇÃO II - PROGRAMAS INTEGRADOS DE ESPORTE E LAZER

A oferta de programas de atividades esportivas para pessoas com deficiência no estado do paraná: subsídios para políticas públicas	69
---	-----------

*Doralice Lange de Souza; Ruth Eug nia Amarante Cidade; Rafael Estevam Reis;
Paulino Hykavei Junior; Arnaldo Scuissiato; Andria Watanabe de Godoy;
Jackeline Colere; Décio Callegari (in memoriam).*

Políticas públicas de lazer e cultura do lazer como estratégia de enfrentamento da vulnerabilidade ambiental e social	95
--	-----------

*Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires; Morgana Claudia da Silva;
Franciele Cristina; Cleusa Maria Irineu*

**Oferta de programações esportivas e a participação de crianças:
análise de distintos territórios do Paraná..... 119**

*Arestides Pereira da Silva Júnior; Giuliano Gomes de Assis Pimentel;
Luís Eduardo Thomassim; Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski;
Andréia Juliane Drula; Felipe Canan; João Fernando Christofolletti;
Verônica Gabriela Silva Piovani; Érika Fernandes de Almeida Arruda;
Shayda Muniz Oliveira Guilherme; Thalita de Castro Basilio;
Laura Correa Martiniano; Melissa Beatriz Salvador*

SEÇÃO III - MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER

**Centros de memória de educação física, esporte e lazer em
universidades paranaenses: UEL, UEM e UFPR 141**

*Ademir Faria Pires; Adriely Gonçalves Orlando; André Mendes Capraro;
Carlos Herold Júnior; Cláudio Kravchychyn; Ieda Parra Barbosa Rinaldi;
Jacqueline Osana da Silva; João Pedro Lezan; Jorge Both;
Karolline Zanetoni dos Santos Moldo; Marcelo Moraes e Silva;
Matheus Chiconato Borges; Matheus Henrique Mendes Oliveira;
Ricardo João Sonoda-Nunes; Rubiane Giovane Fonseca; Thiago Pelegrini;
Tony Honorato; Weslei da Mota*

**História e memória dos cursos de formação inicial em
educação física no Estado do Paraná..... 166**

*Ademir Faria Pires; Adriely Gonçalves Orlando; André Mendes Capraro;
Carlos Herold Júnior; Cláudio Kravchychyn; Ieda Parra Barbosa Rinaldi;
Jacqueline Osana da Silva; João Pedro Lezan; Jorge Both;
Karolline Zanetoni dos Santos Moldo; Marcelo Moraes e Silva;
Matheus Chiconato Borges; Matheus Henrique Mendes Oliveira;
Ricardo João Sonoda-Nunes; Rubiane Giovane Fonseca; Thiago Pelegrini;
Tony Honorato; Weslei da Mota*

Sobre as autoras e os autores 192

PREFÁCIO

Sinto-me muito honrado em prefaciар este importante livro do núcleo da REDE CEDES do Estado do Paraná. Destaco, inicialmente, que esta robusta obra, com enfoque em Educação Física, Esporte e Lazer, é fruto de vários estudos realizados de maneira colaborativa entre professores e pesquisadores das instituições públicas de Ensino Superior do Estado.

Recuperando um pouco a história, considero que, após a criação do Ministério do Esporte, em 2003, uma das principais políticas públicas para o esporte e o lazer construída pela antiga Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer – SNDEL (atualmente SNELIS) foi a criação, também em 2003, da REDE CEDES. A REDE, como é chamada, inicialmente tinha como objetivo auxiliar no desenvolvimento de grupos de pesquisas das instituições de Ensino Superior com intervenções nas áreas das Ciências Sociais e Humanas. Pela primeira vez na história, pesquisadores de todas as regiões do país tiveram oportunidade e financiamento para realizar seus estudos focados exclusivamente nas realidades social, cultural e econômica dos praticantes de esporte e lazer.

Por intermédio dos professores do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, foi criado, em 2004, o primeiro núcleo da REDE CEDES no Estado. Nesse primeiro momento, tive a oportunidade de coordenar o núcleo da REDE na UFPR, constituição que possibilitou o desenvolvimento de pesquisas nas áreas das políticas públicas para o esporte e lazer; estudos sobre espaços e equipamentos; programas públicos para idosos; perspectivas e desafios para a juventude no esporte no brasileiro; centro de memória da Educação Física paranaense; e programas de atividade física e saúde nos municípios do Estado do Paraná. Durante os anos subsequentes, o núcleo cresceu e avançou nas pesquisas sobre diferentes aspectos das políticas públicas de esporte e lazer, até chegar à elaboração do livro *Esporte e Lazer: Subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas*.

O salto qualitativo das pesquisas desenvolvidas no decorrer dos anos na REDE CEDES da UFPR possibilitou um avanço significativo na produção de conhecimento nas áreas do esporte e do lazer, de maneira que conseguimos intervir nas políticas públicas dos municípios.

Após a consolidação dessa primeira fase da REDE CEDES no Estado do Paraná, outros pesquisadores começaram a integrar o núcleo da UFPR. Ainda, no final dos anos 2000, foram instituídos diversos núcleos da REDE nas Universidades Estaduais do Estado. O fortalecimento dos núcleos da Universidade Federal do Paraná, incluindo os *campus* de Curitiba (Departamento de Educação Física) e de Matinhos (Setor Litoral), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Centro-oeste (UNICENTRO) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), fez surgir a REDE CEDES estadual, articulando as pesquisas entre os professores de todas as instituições acima citadas.

Durante três anos subsequentes, as pesquisas desenhadas foram intensamente desenvolvidas pelos pesquisadores e estudantes. Apesar de não ser mais coordenador ou integrante da REDE, acompanhei o esforço de todos para concretizar e finalizar estes belíssimos trabalhos de pesquisas, que não só se tornam importantes para a área do esporte e lazer, como também auxiliam na compreensão de novas formas de pensar e intervir no desenvolvimento social dos praticantes de esporte e lazer.

Destaco que os organizadores desta obra souberam, de maneira precisa, definir as aproximações dos capítulos em três seções bem articuladas. A primeira delas se refere a políticas e gestão públicas do esporte e lazer; a segunda, delimita os programas integrados de esporte e lazer; e a terceira, focaliza a temática da memória da educação física, do esporte e do lazer.

A seguir, faço a descrição dos estudos que compõem cada uma das seções. A primeira delas traz dois capítulos estruturados nas análises das políticas públicas para o esporte e lazer, sendo, respectivamente: “Análise dos agentes públicos do sistema nacional de esporte” e “Academias ao ar livre: paralelismo e transferências entre as realidades urbanas de Curitiba e Ponta Grossa/PR”.

Na segunda seção, foram organizados três capítulos que têm como eixo central a análise de programas esportivos municipais, sendo: “A oferta de programas de atividades esportivas para pessoas com deficiência no estado do Paraná: subsídios para políticas públicas”; “Políticas públicas de lazer e cultura do lazer como estratégia de enfrentamento da vulnerabilidade ambiental e social”; e “Oferta de programações esportivas e a participação de crianças: análise de distintos territórios do Paraná”.

Por fim, na última seção do livro, encontro a história e a memória da educação física, do esporte e do lazer como eixos centrais da produção acadêmica dos pesquisadores. Entendo que a pesquisa histórica é fundamental para a área e parabeno os pesquisadores que continuam desenvolvendo seus estudos com esse enfoque. Nesta direção, o primeiro capítulo da seção é intitulado “Centros de memória de educação física, esporte e lazer em universidades paranaenses: UEL, UEM e UFPR”; e o segundo, “História e memória dos cursos de formação inicial em educação física no estado do Paraná”.

Em síntese, parabeno a todos os organizadores e autores não só pela edição deste livro, mas também por continuarem resistindo e desenvolvendo suas pesquisas nas áreas das Ciências Sociais e Humanas. Desejo a todas e todos uma boa leitura desta importante produção acadêmica do esporte e do lazer.

Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri

Professor Titular do Departamento de Educação Física da UFPR

Coordenador Geral do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva/IPIE da UFPR

APRESENTAÇÃO

Este livro representa o esforço de trabalho acadêmico associado entre pesquisadores vinculados a sete diferentes universidades do estado do Paraná. Fosse apenas isso, já seria um feito importante para o campo acadêmico da Educação Física, do Esporte e do Lazer. Entretanto, destacam-se ainda dois fatores fundamentais a serem mencionados.

Primeiro, este trabalho colaborativo só foi possível devido a uma política de fomento à pesquisa na área das políticas de esporte e lazer em âmbito federal, cuja trajetória remonta há mais de quinze anos, desde que foi instituída. Fundada e sustentada nos princípios de democratização, avaliação e transparência em torno de políticas de esporte e lazer, a Rede Cedes representou um importante avanço na produção de conhecimento para a área, permitindo que as agendas de pesquisa sejam aproximadas das agendas e demandas da gestão. Para isso, além do próprio financiamento básico de estrutura para as pesquisas, a Rede Cedes instituiu também uma forma de mobilizar pesquisadores em torno do trabalho em rede para enfrentar questões comuns.

Nesse sentido, boa parte dos estudos aqui publicados vinculam-se a linhas de pesquisas inauguradas e desenvolvidas por uma geração anterior de pesquisadores da área, que protagonizou a conformação de um campo acadêmico. Os trabalhos que compõem este livro, portanto, somam-se ao acervo de publicações que foram possibilitadas pela Rede Cedes. Porém, mais do que isso, pretendem contribuir para o acúmulo qualitativo da produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil.

O segundo fator a ser destacado refere-se ao impacto que, de muitas formas, a pandemia de covid-19 gerou, em escala global, sobre todas as atividades de trabalho no ano de 2020, incluindo a atividade de pesquisa. Parece evidente que um trabalho em rede, independentemente dos objetos particulares de estudo, exige contínua comunicação e diversos encontros. Encontros entre os pesquisadores e seus interlocutores e fontes, tanto quanto encontros dos pesquisadores entre eles mesmos. Como em todas as atividades do fazer acadêmico, esse desafio foi sendo combatido com o contínuo aprendizado e aperfeiçoamento das ferramentas de comunicação e de trabalho virtuais.

Porém, mais que a dimensão técnica e tecnológica, as maiores exigências que recaíram sobre os projetos de pesquisa da Rede Cedes no Paraná referiram-se a combinar criatividade metodológica e rigor analítico no contexto pandêmico. A combinação desses dois atributos, *per se*, é uma exigência que acompanha a ciência em todo o seu desenvolvimento.

Ocorre que, no contexto brasileiro, os principais obstáculos ao fazer científico sequer podem ser atribuídos somente às dificuldades geradas pela pandemia, e especificamente ao isolamento social (o que certamente revelou-se mais uma dificuldade). Nem as dolorosas perdas de milhares de brasileiros, decorrentes de complicações pelo novo coronavírus, foram em si o maior desafio das atividades de pesquisa – apesar de todo o abalo emocional e lamento a que essas perdas nos acometeram em diversos momentos.

Em pleno século XXI, em um momento de pandemia mundial, o maior obstáculo à ciência foi o ataque à racionalidade e ao próprio conhecimento científico. Esse ataque, em grande medida, se traduziu em ataque à própria universidade e seus fazeres. Portanto, o desafio da criatividade e rigor científicos ganharam tons particulares entre 2020, e hoje, também nos projetos de pesquisa que aqui apresentam seus resultados.

Por tudo isso, não é possível enfatizar o quanto aprendemos e nos reinventamos nesse período complexo, sem manifestar pesar e prestar homenagens a todas as vidas ceifadas nesse ano histórico para humanidade. Perda de vidas e, em certos momentos, até de esperanças.

É, contudo, nesses momentos que nosso fazer acadêmico se vê mais desafiado a reafirmar seus sentidos para toda a sociedade. Por isso mesmo, apesar das variações teóricas e entre os objetos de estudo que compõem este livro, estes trabalhos estão mais que nunca fundamentados e comprometidos com princípios democráticos, humanistas e ambientais, além de um profundo compromisso ético da produção científica. Em um momento de desafio planetário para conter o contágio por um vírus, a Rede Cedes Paraná procurou manter viva a força contagiante do trabalho científico colaborativo.

É diante desse cenário da produção acadêmica que passamos a apresentar os capítulos que integram o presente volume. Tendo como elemento articulador a construção de subsídios teóricos e metodológicos para se compreender e se analisar a estrutura das políticas públicas para o esporte e lazer do estado do

Paraná, o livro está composto por sete capítulos correspondentes ao conjunto de pesquisas de cada uma das sete ações vinculadas às três linhas programáticas propostas no convênio firmado com o ministério do esporte.

O artigo que abre este livro, denominado *Análise dos agentes públicos do Sistema Nacional de Esporte: estudo sobre os municípios paranaenses*, apresenta resultados de uma pesquisa que procurou discutir os agentes envolvidos com as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, compreendendo que eles ocupam posição central na estruturação das políticas públicas de esporte e lazer. Com base nos dados referentes a 79 municípios, os autores identificam e problematizam as principais características, especificidades e modo de ação dos agentes públicos municipais que compõe o Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

O capítulo 2 apresenta o texto *Academias ao ar livre: paralelismos e transferências entre as realidades urbanas de Curitiba e Ponta Grossa/PR*. Considerando o fenômeno da expansão dos equipamentos destinados à atividade física ao ar livre nos municípios brasileiros, e particularmente paranaenses, os pesquisadores definiram como objetivo desta pesquisa mapear o conjunto de academias ao ar livre presente nas cidades paranaenses de Curitiba e Ponta Grossa. Além disso, buscaram também compreender o processo de implementação desses equipamentos em diferentes realidades urbanas.

Na sequência, o artigo *A oferta de programas de atividades esportivas para pessoas com deficiência no estado do Paraná: subsídios para políticas públicas*, parte da interrogação se, de fato, apesar das garantias legais, as pessoas com deficiência têm acesso à atividade esportiva. A pesquisa assumiu o objetivo de levantar e traçar o perfil de projetos destinados à atividade esportiva para pessoas com deficiência no Paraná, buscando desenvolver e disponibilizar uma base de dados interativa a respeito desses programas para o público.

O capítulo 4, intitulado *Políticas públicas de lazer e cultura do lazer como estratégia de enfrentamento da vulnerabilidade ambiental e social*, resulta de uma pesquisa que toma como cenário empírico os fundos de vale da cidade de Londrina, no Norte do Paraná. A opção foi por focar o objeto na perspectiva das políticas públicas sociais, tomada em função do impacto que causam na vida cotidiana das pessoas, na medida em que são implementadas com a finalidade de enfrentar as situações de pobreza, vulnerabilidades ambiental e social. Dessa maneira, analisamos os discursos oficiais do acervo documental e ex-diretores presidentes da

FEL – Fundação de esporte de Londrina, referentes às práticas de lazer e esporte implementadas no município.

O texto do quinto capítulo, intitulado *Oferta de programações esportivas e a participação de crianças: análise de distintos territórios do Paraná*, apresenta resultados da pesquisa *Territórios urbanos e oferta de programações esportivas*, que buscou identificar a oferta de programações esportivas em regiões distintas do estado do Paraná e compreender elementos relacionados à participação de crianças nessas iniciativas. Desenvolvida com estudantes de escolas públicas, os dados analisados referem-se a localidades dos municípios de Marechal Cândido Rondon, Maringá, Maripá, Matinhos, Paranaguá, Pinhais e Toledo.

Os últimos dois capítulos apresentam pesquisas relacionadas aos estudos de história e memória da educação física, esporte e lazer. Tendo a mesma equipe de pesquisadores envolvida em ambos os estudos, os autores investiram em dois objetos de estudos vinculados a universidades paranaenses. No penúltimo estudo, o texto *Centros de memória de educação física, esporte e lazer em universidades paranaenses: UEL, UEM, UFPR* propõe-se a apresentar a construção e os resultados da ação de pesquisa intitulada *Centros de memória de educação física, esporte e lazer no Paraná*. A mesma equipe apresenta, no capítulo final, o artigo intitulado *História e memória dos cursos de formação inicial em educação física no estado do Paraná*, tomando como foco da pesquisa as mudanças ocorridas nas instituições de ensino superior (IES) públicas participantes no estudo. A análise deteve-se sobre as seguintes instituições: Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá (Campus Sede e Campus Regional do Vale do Ivaí), Universidade Estadual do Norte do Paraná (Jacarezinho), Universidade Federal do Paraná (Curitiba e Matinhos), Universidade Estadual do Centro Oeste (Campus de Guarapuava e Irati), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Campus de Marechal Cândido Rondon) e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Curitiba).

Após a apresentar os capítulos que integram o livro e destacar a sua relação com a pesquisa desenvolvida pela equipe da Rede Cedes, compreendemos que o objetivo geral proposto para o projeto, foi atingido: conhecer e analisar a atual estrutura das políticas públicas do esporte e lazer no Paraná, a partir das ações vinculadas à gestão, aos programas e à memória, de forma que se registre um avanço qualitativo das pesquisas em políticas públicas de esporte e lazer.

EQUIPE DO CENTRO PARANÁ DA REDE CEDES

Ademir Faria Pires (UEM)	Jacqueline Osana da Silva (UFPR)
Adriely Gonçalves Orlando Ricatto (UEM)	Janaina Azevedo Gonzales Aguilera (UFPR)
Alexsandro Junior Machado (UEPG)	Joana Caroline Correa da Silva (UFPR)
Alfredo Cesar Antunes (UEPG)	João Fernando Christofolletti (UNIOESTE)
Aline Melnyk (UEPG)	João Pedro Lezan (UFPR)
Allan Fernando Zardo Da Silva (UEM)	João Victor dos Santos (UNICENTRO)
Amanda Correia dos Santos (UFPR)	Jorge Both (UEL)
Amauri Aparecido B. de Oliveira (UEM)	Jorge de Lima Junior (UEPG)
André Mendes Capraro (UFPR)	Juliano de Souza (UEM)
Andréia Juliane Drula (Unipar)	Kaio Julio Zamboni (UFPR)
Andria Watanabe De Godoy (UEM)	Karine do Rocio Vieira dos Santos (UFPR)
Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires (UEL)	Karolline Zanetoni dos Santos Moldo (UEM)
Arestides Pereira da Silva Júnior (UNIOESTE)	Kawane de Souza Gonçalves (UNICENTRO)
Arnaldo Scuiatti	Larissa Michelle Lara (UEM)
Bethina Lídia dos Santos (UFPR Litoral)	Laura Correa Martiniano (UEM)
Bruna de Souza Pinto (UNICENTRO)	Lucielly Siqueira Ribeiro (UNICENTRO)
Bruna Lopes Levandoski (UNICENTRO)	Luís Eduardo Cunha Thomassim (UFPR Litoral)
Bruno David Rodrigues Neca (UFPR)	Luiz Canedo Júnior
Bruno Pedroso (UEPG)	Luiz Guilherme Barbieri (UFPR)
Carlos Herold Junior (UEM)	Marcelo Moraes e Silva (UFPR)
Cláudio Kravchychyn (UEM)	Mário Sérgio Fontes (IPCE-SEED)
Cleuza Maria Irineu (UEL)	Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski (UFPR Litoral)
Constantino Ribeiro de Oliveira Júnior (UEPG)	Matheus Chiconato Borges (UEL)
Daniella Tschöke Santana (UFPR)	Matheus Henrique Mendes Oliveira (UFPR)
Décio Callegari (in memoriam)	Melissa Beatriz Salvador (UFPR Litoral)
Deoclecio Rocco Gruppi (UNICENTRO)	Miguel Archanjo de Freitas Júnior (UEPG)
Deysi Margareth de Lima de Medeiros (UFPR)	Morgana Cláudia da Silva (UEL)
Diego Petyk de Sousa (UEPG)	Patricia Rosi Bozza (UFPR)
Doralice Lange de Souza (UFPR)	Paulino Hykavei Junior (UNIGUAIRACÁ)
Duilio Queiroz de Almeida (UFPR)	Rafael Estevam Reis (UNICESUMAR)

Edilson de Oliveira (UEPG)	Ricardo João Sonoda-Nunes (UFPR)
Érika Fernandes de Almeida Arruda (UEM)	Rodrigo de França (UFPR)
Eugênio Maurício da Silva Neto (UEPG)	Rubiane Giovane Fonseca (UEL)
Felipe Canan (UEA)	Ruth Eugênia Amarante Cidade (UFPR)
Felipe Ferreira (UEPG)	Sabrina Monique Bora de Andrade (UFPR)
Fernando Augusto Starepravo (UEM)	Shayda Muniz Oliveira Guilherme (UNIOESTE)
Francieli Cristina Ferreira (UEL)	Simone Aparecida Rechia (UFPR)
Francisco Golart Junior (UFPR)	Tatiane Perucelli (UEPG)
Gabriel França Thorowski (UNICENTRO)	Thaiane Moleta Vargas (UEPG)
Gabriela Resende Cardoso (UFPR)	Thalita de Castro Basilio (UFPR Litoral)
Giuliano Gomes de Assis Pimentel (UEM)	Thiago Pelegrini (UEL)
Gonçalo Cassins M. do Carmo (UEPG)	Thiago Sávio Ingles da Luz (UEPG)
Guilherme Caetano Pinto (UEPG)	Tony Honorato (UEL)
Guilherme Habinoski (UEPG)	Vânia Lucia Girardi (UFPR)
Guilherme Moreira Caetano Pinto (UEPG)	Verónica Gabriela Silva Piovani (UNIOESTE)
Heverly Cristina Aleixo da Silva (UEL)	Vinícius Bail (UNICENTRO)
Ieda Parra Barbosa Rinaldi (UEM)	Wendell Luiz Linhares (UEPG)
Jackeline Colere (UFPR)	Weslei da Mota (UFPR)

SEÇÃO I

POLÍTICAS E GESTÃO PÚBLICAS DO ESPORTE E LAZER

ANÁLISE DOS AGENTES PÚBLICOS DO SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE: ESTUDO SOBRE OS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Allan Fernando Zardo da Silva

Deoclécio Rocco Gruppi

Diego Petyk de Sousa

Edilson de Oliveira

Felipe Ferreira

Fernando Augusto Starepravo

Gabriel França Thorowski

Gonçalo Cassins Moreira do Carmo

Guilherme Habinoski

Jacqueline Osana da Silva

João Pedro Lezan

Juliano de Souza

Matheus Henrique Mendes Oliveira

Miguel Archanjo de Freitas Júnior

Ricardo João Sonoda-Nunes

Thiago Sávio Ingles Luz

Weslei da Mota

INTRODUÇÃO

A Rede Cedes é uma ação programática implementada em 2003, pelo Ministério do Esporte – ME (extinto em 2019). Esse programa desenvolveu-se por meio de parcerias estabelecidas entre o ME e os grupos de pesquisas ligados as Instituições de Ensino Superior – IES ou Institutos de Pesquisa, com a finalidade de disseminação, desenvolvimento e produção de conhecimentos sobre os campos de estudos das políticas públicas de esporte e lazer (SCHWARTZ *et al.*, 2014; STAREPRAVO *et al.*, 2013).

No estado do Paraná, as atividades vinculadas à Rede Cedes tiveram início em 2005, por meio da submissão de um projeto coordenado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente, O Centro Paraná da Rede Cedes conta com seis instituições de ensino superior, 39 pesquisadores e 45 estudantes envolvidos em suas ações.

Uma das ações desenvolvidas na “linha 1/ação 1” é *Análise dos agentes públicos do sistema nacional de esporte*. Dentro dessa linha de ação, procuramos discutir os agentes envolvidos com as políticas públicas de esporte e lazer. Nesse sentido, percebemos que os agentes ocupam posição central na estruturação de tais políticas públicas; porém, por outro lado, é reduzido o conhecimento sobre quem são e como atuam (MEZZADRI *et al.*, 2006).

Os gestores do sistema são os agentes responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas de esporte e lazer, em seu trabalho na Secretaria Especial do Esporte, secretarias estaduais e municipais de esporte e lazer, conselhos de esporte e lazer, confederações, ONGs, escolas, entre outros. Os agentes públicos municipais, foco deste estudo, são os gestores e profissionais técnicos vinculados ao poder público municipal, especialmente às Secretarias ou Departamentos Municipais de Esporte e Lazer.

Considerando que o Sistema Nacional de Esporte e Lazer – SNEL é uma articulação entre diversos agentes de forma plural e representativa, contemplando todas as dimensões do esporte e do lazer, categorizados a partir de sua atuação no sistema (BRASIL, 2006), que o SNEL tem sido estruturado com ênfase na municipalização e que não há dados consistentes acerca de quem são os agentes públicos que compõem o SNEL, a presente ação busca problematizar: Quais as principais características, especificidades e modo de ação dos agentes públicos municipais que compõem o SNEL?

Em sua proposta inicial, a ação I da linha I seria aplicada por meio de entrevistas presenciais nas cidades dos gestores. Contudo, a pandemia de covid-19 que atingiu o Brasil e o mundo nos anos de 2020 e 2021, em virtude de sua gravidade, demandou a adoção do isolamento social e medidas sanitárias como estratégias de contenção de contágio. Esse cenário impossibilitou a viagem dos participantes da Rede Cedes, sendo necessária a aplicação das entrevistas e do

questionário de forma remota, por meio das plataformas Jitsi Meet® e do *site* da Inteligência Esportiva¹, respectivamente.

O instrumento do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva é composto por seis sessões: 1) dados da entidade; 2) governança; 3) dos recursos humanos; 4) da política para esporte; 5) instalações; 6) cultura esportiva. Para melhor apresentação dos dados obtidos, o presente trabalho tem a seguinte divisão textual: a) aspectos metodológicos; b) recursos humanos, entidade e governança; c) política para o esporte nos municípios paranaenses; d) instalações e cultura esportiva; e) considerações finais.

DESIGN METODOLÓGICO

A pesquisa linha 1 na ação 1 - *Análise dos agentes públicos do sistema nacional de esporte* foi realizada nos municípios do estado do Paraná. Para tanto, utilizamos da pesquisa descritiva, pois ela tem como objetivo a descrição das características de um determinado grupo ou fenômeno (GIL, 2019).

O Estado do Paraná é formado por 399 municípios. Desses, segundo a classificação do IBGE (2010), um é considerado metrópole (tem mais de 900 mil habitantes), dezessete são considerados municípios de grande porte (têm entre 100.001 e 900 mil habitantes), quatorze são considerados municípios de médio porte (têm entre 50.001 e 100 mil habitantes), cinquenta e cinco são considerados municípios de pequeno porte II (têm entre 20.001 e 50 mil habitantes), e o restante, 312 municípios, são considerados municípios de pequeno porte I (até 20 mil habitantes).

Para selecionar os municípios participantes, definiu-se o percentual de 20% dos municípios de cada porte, com exceção da metrópole, a capital Curitiba. Dessa forma, participaram do estudo: 3 municípios de grande porte, 3 municípios de médio porte, 11 municípios de pequeno porte I e 62 municípios de pequeno porte II, totalizando 79 municípios pesquisados. A escolha desses municípios foi realizada por meio de sorteio aleatório, porém dirigido, para que pudesse ser contemplada a quantidade necessária de municípios de cada porte.

¹ INTELIGÊNCIA esportiva. Curitiba: UFPR. 2021. Disponível em: <http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/>. Acesso em: 15 set. 2020.

Em sua proposta inicial, a pesquisa da linha I, ação I - *Análise dos agentes públicos do sistema nacional de esporte* seria aplicada por meio de entrevistas presenciais nas cidades sorteadas. Contudo, devido à pandemia de covid-19 que atingiu o Brasil e o mundo nos anos de 2020 e 2021, tornaram-se necessárias medidas preventivas, como o isolamento social e outras medidas sanitárias utilizadas como estratégia de contenção do contágio. Esse cenário impossibilitou a viagem dos entrevistadores até os municípios, por isso adotou-se como estratégia de ação a aplicação de entrevistas remotas, em que os agentes públicos foram previamente contatados pelos membros da Rede Cedex Paraná, definindo o dia e horário em que eles seriam assessorados para responder ao instrumento de coleta de dados, fato este que foi fundamental para que se pudesse ter acesso às diferentes informações sobre o esporte e o lazer no estado do Paraná.

Para análise dos dados, foi utilizada a frequência absoluta (f) e frequência relativa (%). Para avaliar a distribuição dos dados, foi utilizado o teste de normalidade de Shapiro-Wilk, frente à distribuição predominantemente não paramétrica, adotou-se o uso de mediana (Md) e quartis ($Q1$ - $Q3$) para as estatísticas descritivas. A fim de comparar a importância dos diversos indicadores utilizados para o direcionamento de recursos financeiros, planejamento e avaliação da política esportiva dentre os próprios indicadores, foi utilizado o teste de Friedman com *post-hoc* de Dunn; para as comparações entre dois grupos (secretaria e departamento; sexo masculino e feminino), foi utilizado o teste U de Mann-Whitney e para as comparações entre mais de dois grupos (escolaridade e faixa etária) foi utilizado o teste de Kruskal-Wallis com *post-hoc* de Dunn. Buscando verificar as possíveis relações existentes entre as diversas variáveis de estudo, os dados foram submetidos ao teste de correlação de Spearman. Posteriormente, a matriz de correlações resultante foi utilizada para realização da Análise em Rede por meio do pacote *qgraph*, sendo incluídas apenas as correlações significantes com um grau mínimo de força ($r \geq 0,30$), a fim de eliminar possíveis correlações triviais ou espúrias.

De maneira geral, as redes são formadas por nós (círculos representando variáveis) conectados por arestas, cuja cor e espessura variam de acordo com a direção e intensidade da relação entre tais variáveis, sendo que a distribuição e proximidade dos nós também correspondem às associações dentro da rede (SILVA *et al.*, 2006). Para identificar as variáveis mais influentes, ou de maior

importância, foram utilizados os seguintes indicadores de centralidade da rede: **proximidade** (*closeness*), que avalia a distância (comprimento das arestas), conectando um nó com os demais e indica a velocidade com que sua informação se propaga na rede; **grau de intermediação** (*betweenness*), que representa número de vezes em que um nó age como ponte ou conector no menor caminho entre dois nós, ou seja, o quanto de informação passa por aquela variável dentro de uma rede, indicando seu potencial em afetar as demais variáveis (DALEGE *et al.*, 2017); e a **influência esperada** (*expected influence*), um indicador da força ou influência de uma variável que é capaz de distinguir entre arestas positivas e negativas, avaliando a força de um nó em relação aos seus vizinhos imediatos (ROBINAUGH; MILNER; McNALLY, 2016). Todas as análises foram conduzidas por meio do pacote R e interface RStudio, assumindo níveis de significância para valores de $p < 0,05$.

RECURSOS HUMANOS, ENTIDADE E GOVERNANÇA

A abordagem dessas três dimensões, mencionadas no título da seção, destaca a caracterização de gestores e profissionais envolvidos com a entidade municipal que desenvolve as ações de esporte, informações relacionadas à estrutura e à organização desse órgão e à descrição das características das ações que ele adota como boas práticas de governança.

Em relação ao primeiro aspecto, registramos na tabela 1 uma síntese dos dados que caracterizam os gestores de esporte dos 79 municípios que integram a amostra.

Tabela 1 – Características dos gestores de esporte dos municípios avaliados

Informação	Frequência absoluta (f)	Frequência relativa (%)
Faixa Etária		
Até 30 anos de idade	06	07,59
Entre 31 e 40 anos	34	43,04
Mais de 40 anos	39	49,37
Tempo no Cargo		
Menos de um ano	14	17,72

continua

conclusão

Informação	Frequência absoluta (f)	Frequência relativa (%)
De 1 a 2 anos	10	12,66
De 3 a 4 anos	34	43,08
5 anos ou mais	20	25,32
Sexo		
Masculino	64	81,01
Feminino	15	18,99
Cor/Etnia		
Branco	51	64,56
Pardo	19	24,06
Negro	04	05,06
Indígena	01	01,26
Amarelo	03	03,80
Escolaridade		
Ensino fundamental	08	10,13
Ensino médio completo	14	17,72
Ensino superior incompleto	08	10,13
Ensino superior completo	16	20,25
Pós-graduação	32	40,51
Curso		
Não tem ensino superior	32	40,51
Educação Física	32	40,51
Outras áreas	14	17,72
Remuneração		
Preferiu não responder	13	16,45
Até R\$ 2.900,00	20	25,32
Até R\$ 4.900,00	27	34,18
R\$ 5.000,00 ou mais	19	24,05
Total	79	100,00

*Obs.: Um sujeito (1,26%) não respondeu às seguintes informações – Tempo no Cargo, Cor, Escolaridade e Curso.

Fonte: Autores (2020).

Observa-se que os gestores de esporte participantes da pesquisa apresentam média de idade de $42,93 \pm 10,22$ anos. A maioria (43,08%) ocupa o cargo há entre 3 e 4 anos, seguido por 25,32% dos entrevistados que estão há 5 anos

ou mais tempo no cargo. O sexo masculino é predominante (81,01%) entre os gestores, que em sua maioria (64,56%) declararam sua cor/etnia como branca.

No estudo de Bernabé (2016), utilizando dados de pesquisa do GEPPOL² (cuja metodologia para definição das cidades foi similar a esta), envolvendo outros 79 municípios paranaenses diferentes dos pesquisados por nós, verificou-se que a média de idade dos gestores foi de 41,92 ($\pm 10,98$ anos) e que 80% são homens. A autora registra ainda que essa maior média de idade apresentada pelos gestores pode estar associada ao fato de que em muitos municípios, estes gestores já atuam por vários anos na gestão, mesmo que em outros cargos (professor, coordenador, diretor, entre outros).

Em trabalho de revisão sistemática sobre o perfil do gestor esportivo brasileiro, Zanatta *et. al.* (2018) reforçam os dados ora apresentados destacando que a idade média dos gestores é de 42 anos, sendo a maioria do sexo masculino. A pesquisa evidencia ainda que em vários dos estudos analisados, bem como, em outros países, registra-se o baixo índice de representação das mulheres desde os cargos diretivos até em funções administrativas entre diferentes organizações que trabalham com o esporte.

Retornando aos dados da pesquisa atual, no que se refere à escolaridade, 40,51% afirmaram ter pós-graduação, seguido de 20,25% dos respondentes que realizaram o ensino superior completo, sendo o curso de Educação Física o mais citado (40,51%). Já na pesquisa realizada por Bernabé (2016), 65,8% dos gestores afirmaram ter o ensino superior completo, enquanto 25% afirmaram ter ensino médio completo. Não houve menção a cursos de pós-graduação e, entre os cursos de graduação, o mais citado foi Educação Física, realizado por 34 gestores.

Do total dos entrevistados, 27 pessoas (34,18%) recebem uma remuneração de até R\$ 4.900,00, seguido, respectivamente, por um grupo de 25,32% que recebe menos (até R\$ 2.900,00) e outro de 24,05% que recebe um valor maior (R\$ 5.000,00 ou mais).

Ainda, quando questionados a respeito de sua filiação partidária, 12 (15%) gestores preferiram não responder, 26 (33%) não eram filiados e 41 (52%) faziam parte de algum partido político. Considerando dados do Tribunal Superior

² Projeto de Pesquisa “Análise dos agentes públicos do Sistema Nacional de Esporte” realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer/GEPPOL da Universidade Estadual de Maringá/UEM.

Eleitoral/TSE, sobre número eleitores aptos a votar em 2020 e número de filiados, cerca de 12,28% da população paranaense é filiada a algum partido político (em âmbito nacional, este percentual cai para 11,12%)³. (TSE, 2020a; TSE, 2020b; TSE, 2020c). Comparando esses dados com os identificados na pesquisa, registrar 52% dos gestores com vínculo partidário chama a atenção e nos convida para uma reflexão mais aprofundada sobre relações que podem determinar a escolha dos agentes para ocupar determinados cargos, como, por exemplo, o de comissionados, o que é mencionado a seguir.

Em relação aos demais profissionais vinculados ao órgão municipal de esporte, a maioria dos municípios conta com funcionários concursados (79,7%), comissionados (75,9%) e estagiários (60,8%), sendo que as demais formas de vínculo (contratado, terceirizado, conveniado, voluntário, menor aprendiz e apenado) se mostraram prevalentes em menos de 30% dos municípios avaliados.

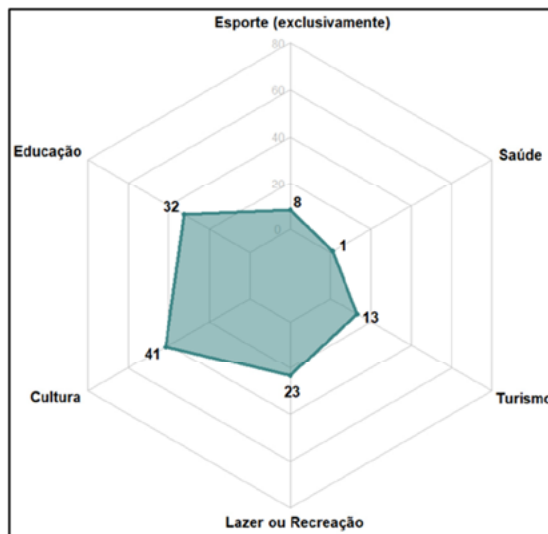
Prosseguindo com os dados relativos às entidades, dentre os 79 municípios abordados, em 58 (73,43%) deles o órgão que promove o esporte é constituído como *Secretaria*, em 19 (24,05%) outros, é caracterizado como *Departamento* e há ainda o registro de 1 (1,26%) como *Diretoria* e 1 (1,26%) como *Assessoria*. No estudo de Santos, Milani e Starepravo (2016), utilizando os mesmos dados de pesquisa do GEPPOL ora mencionados, dentre os 77 municípios analisados, em 31 (40,3) havia uma Secretaria como órgão responsável pela promoção do esporte, em 18 (23,4%) ele foi caracterizado como *Departamento*, 4 (5,2%) como *Fundação* e 24 (31,1%) como *Outros*. Registra-se um aumento no número de *Secretarias* entre 2016 e o período atual.

Há quase quinze anos, os autores Mezzadri *et al.* (2007) já chamavam atenção sobre a estrutura organizacional dos órgãos que promovem esporte nos municípios destacando as diferenças entre *Secretarias* específicas da área e estruturas em que o esporte era compartilhado com outros temas. Registraram ainda que, no estado do Paraná, essa primeira estrutura, mais consolidada (contendo *Departamentos*, *Divisões*, *Coordenações*, entre outros), estava vinculada geralmente a municípios que apresentavam um Produto Interno Bruto (PIB) mais elevado.

³ Dados de outubro de 2020. Brasil = 147.918.483 de eleitores aptos a votar e 16.453.092 de eleitores filiados. Paraná = 8.152.710 de eleitores aptos a votar e 1.001.400 de eleitores filiados.

Na figura 1, podemos observar as áreas a que esses órgãos estão vinculados, sendo destacadas seis, a saber: cultura, educação, esporte (exclusivamente), lazer ou recreação⁴, saúde e turismo.

Figura 1 – Vínculos das entidades por área



Fonte: Autores (2020)

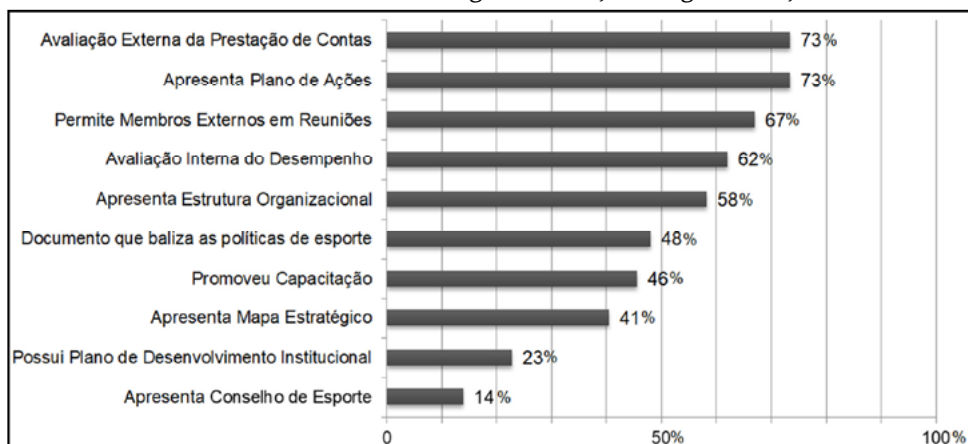
Observa-se que apenas 8 (10%) das 79 entidades avaliadas eram órgãos relacionados exclusivamente ao esporte. Por outro lado, esses órgãos de esporte estiveram vinculados, na maioria das vezes, à cultura ou educação. Ainda, o esporte apareceu ligado a uma secretaria de saúde apenas uma vez.

Sobre a terceira dimensão abordada nesta seção, agrupamos no gráfico 1 as características gerais sobre as ações de governança adotadas pelos municípios que integram a amostra. Observa-se que a maior parte desses órgãos recebe avaliação externa de sua prestação de contas (73%), apresenta plano de ações (73%), permite membros externos em suas reuniões (67%), realiza avaliação interna de desempenho (62%) e mantém estrutura organizacional (58%). Por outro lado, apenas 14% possui conselho de esporte. Ou seja, ao mesmo tempo em que é possível o envolvimento da comunidade nas reuniões, há uma limitação à atuação coletiva e organizada junto ao processo decisório, na medida em que

⁴ Nesse caso, houve menção apenas a *lazer*, apenas a *recreação* e também às duas palavras de forma conjunta. Optamos pelo agrupamento dessas três formas mencionadas, considerando-as uma área conjunta.

o conselho de esporte (que representa essa instância organizada formalmente) não é constituído.

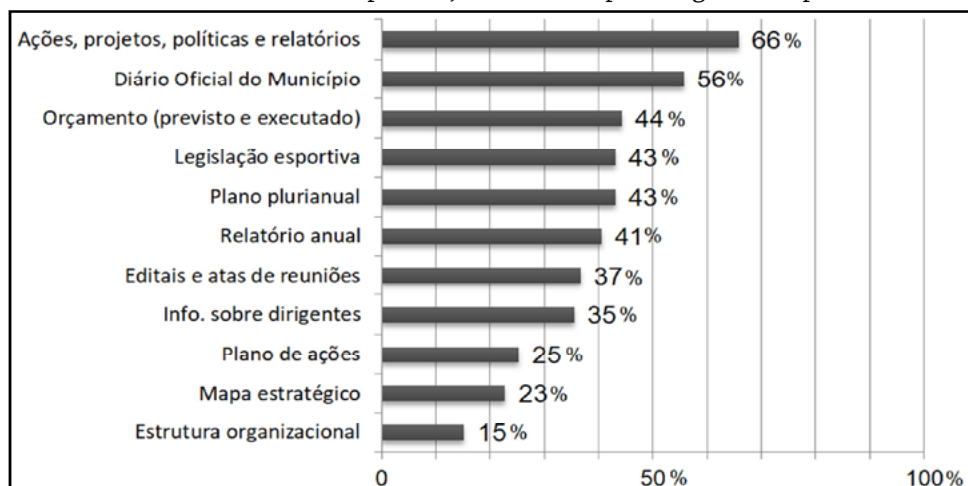
Gráfico 1 - Características gerais das ações de governança



Fonte: Autores (2020)

Ainda sobre as ações relacionadas à governança, compilamos no gráfico 2 os diversos documentos utilizados no processo de gestão e comunicação (transparência) das atividades desenvolvidas.

Gráfico 2 - Formas de publicação realizadas pelos órgãos de esporte



Fonte: Autores (2020).

Ações, projetos, políticas e relatórios foram os documentos mais citados (66%) pelos gestores, seguidos pelas publicações no Diário Oficial do Município

(56%), as informações sobre o orçamento previsto e executado (44%), legislação esportiva e plano plurianual, ambos com 43%. Verificou-se ainda que a maioria dessas entidades utilizava o Facebook®, em segundo e terceiro lugar apareceram, respectivamente, o uso de *e-mail* e de Instagram® para suas publicações.

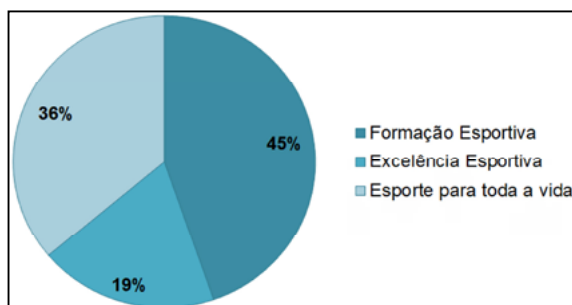
Considerando os princípios constitucionais da administração pública⁵, chamamos atenção ao da *publicização das ações*. Analisando os resultados, destaca-se que o Diário Oficial do Município, o orçamento, a legislação esportiva e o plano plurianual são exemplos dessas ações, que demandam publicização por parte dos gestores. Já documentos importantes para a governança (como os três últimos citados no gráfico 2), mas que não têm a mesma premissa legal, acabam tendo menos prioridade.

POLÍTICA PARA O ESPORTE NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Importante ressaltar que o estudo se pautou na proposta preliminar de reforma do Sistema Esportivo Brasileiro (BRASIL, 2015a) que, entre outras questões, sugeriu uma reinterpretação das manifestações esportivas. Hoje, são reconhecidas na legislação brasileira quatro manifestações esportivas: de rendimento, de participação, educacional (BRASIL, 1998) e de formação (BRASIL, 2015b). A reforma do sistema, por sua vez, trabalha com a ideia de formação esportiva, esporte para toda a vida e excelência esportiva.

No gráfico 3, podemos observar os valores percentuais médios de distribuição dos recursos pelos municípios paranaenses em função dos três níveis de atendimento. Verificou-se que a prioridade dos gestores do esporte dos municípios do Paraná parece ser a *formação esportiva*, sendo que a *excelência esportiva* recebeu a menor prioridade.

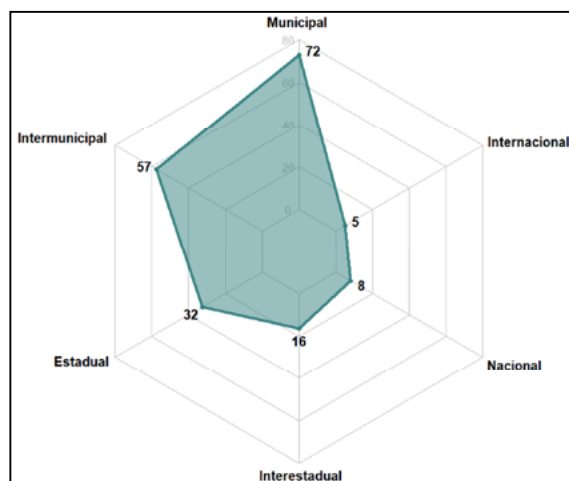
⁵“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”. (BRASIL, 1988).

Gráfico 3 - Percentual médio dos recursos executados de acordo com os níveis de atendimento

Fonte: Autores (2020).

Em conformidade com os resultados apresentados nesse gráfico, verificou-se que um número menor de municípios desenvolve ações voltadas à excelência esportiva, entretanto, a maioria dos municípios (51, ou 64,55%) promovem ações para detecção de talentos. Por outro lado, observa-se que a minoria desenvolve ações, sistemáticas ou assistemáticas, direcionadas às pessoas com deficiência. Verificou-se, também, que 50 dos 79 municípios (63,3%) recorrem a parcerias com outros órgãos para realização de algumas de suas ações, projetos e programas.

Quanto à abrangência dos eventos esportivos realizados no último ano, 72 municípios realizaram eventos em nível municipal. Esse número decresce de acordo com a ampliação da amplitude do evento, chegando a apenas 5 municípios que realizaram eventos em nível internacional no último ano.

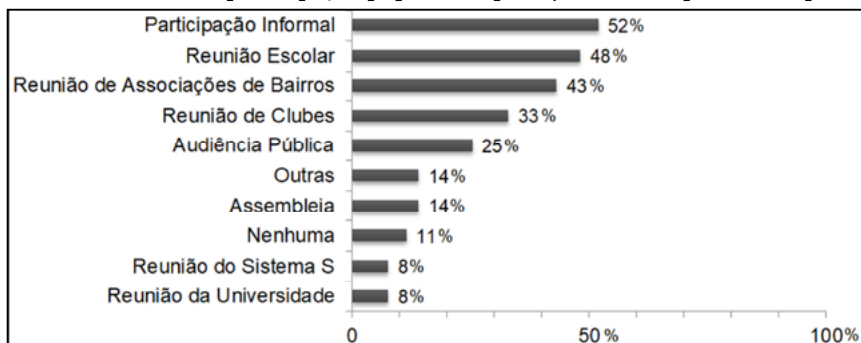
Figura 2 - Abrangência dos eventos esportivos realizados no ano anterior (2019)

Fonte: Autores (2020).

Em relação ao processo de agendamento e formulação de políticas, quando questionados a respeito da prioridade de cada um dos níveis de atendimento para o planejamento da política esportiva, 59% dos gestores disseram dar prioridade para a formação esportiva, 31% afirmaram priorizar o esporte para toda a vida, enquanto apenas 10% dos gestores afirmaram dar prioridade para a excelência esportiva. Observa-se uma pequena diferença entre a prioridade no planejamento e nas ações, todavia em ambas prevalece a atenção à formação esportiva.

Quando questionados a respeito da importância de fatores e agentes nas tomadas de decisão quanto a recursos financeiros, os fatores *comunidade, desempenho das ações e profissionais*. Por outro lado, o Conselho Municipal de Esporte, a sociedade civil e os políticos tiveram menor importância para os gestores. Já em relação aos principais fatores para o processo de planejamento da política esportiva em seus municípios, os gestores atribuíram grande e similar importância para fatores como *avaliações anteriores, compromissos legais, conhecimento técnico, demandas da comunidade, histórico de ações, cultura esportiva e maior número de atendimentos*; enquanto *demandas de outros órgãos e demandas governamentais* tiveram menor importância para os gestores.

No gráfico 4, podemos visualizar as formas de participação dos cidadãos no processo de planejamento da política esportiva de seus municípios. Os principais meios pelos quais a população pôde exercer tal participação foram a *participação informal* (52%), *reuniões escolares* (48%) e *reuniões de associações de bairros* (43%). Apenas 9 municípios (11%) não declararam qualquer forma de participação popular. Ainda, 14% dos gestores indicaram outras formas de participação, como: *sugestões, reuniões com equipes esportivas e seus representantes, assembleias públicas, visitas em escolas* e por meio da *Comissão Municipal de Esportes*.

Gráfico 4 - Formas de participação popular no planejamento de políticas esportivas

Fonte: Autores (2020).

Em relação à avaliação de políticas esportivas, apenas 35 (44,3%) dos 79 municípios afirmaram ter formas de avaliação da política esportiva. As principais formas de avaliação são, nesta ordem: *diagnóstico do público-alvo*, *avaliação de resultados das políticas*, *avaliação de impacto das políticas* e *diagnóstico das condições de implementação*.

Dentre os indicadores de desempenho utilizados para avaliar a política esportiva local, os gestores atribuíram importância similar para a maioria dos fatores (*satisfação do beneficiário*, *mensuração da adesão e evasão*, *motivos de evasão*, *taxa de cobertura*, *percentual de cumprimento das propostas*, *percentual de adequação da infraestrutura e espaço*).

INSTALAÇÕES E CULTURA ESPORTIVA

Os dois aspectos que envolvem o transcorrer deste tópico – instalações esportivas e cultura esportiva – estão imbricados, mantendo uma íntima relação. De um lado, no âmbito estrutural, as instalações públicas de esporte são meios de democratização do acesso ao esporte e, com isso, gera-se o engajamento por uma série de modalidades, influenciando determinada cultura esportiva na cidade ou na região; de outro, a cultura esportiva, desenvolvida histórica e socialmente, demanda do poder público a construção de espaços destinados à prática das modalidades esportivas mais populares naquele contexto.

Nesse sentido, buscamos, com base nos delineamentos metodológicos definidos no estudo identificar: a) quais são as instalações públicas destinadas à prática do esporte ou lazer presentes em 79 municípios paranaenses (20%),

administradas pelo poder público municipal; e b) quais as práticas esportivas mais populares e presentes nos municípios.

Tabela 2 - Instalações públicas destinadas à prática do esporte/lazer, administradas pelo poder público municipal

Instalações	Total	Presente em (f/%) municípios	Quant. máx. em um município
Academia da terceira idade	471	70 (89%)*	45
Campo de futebol	224	69 (87%)*	11
Quadra poliesportiva coberta	168	59 (75%)*	12
Ginásio	152	75 (95%)*	11
Quadra de areia	111	54 (68%)*	8
Campo de bocha	98	37 (47%)	15
Quadra poliesportiva aberta	83	42 (53%)*	15
Pista de caminhada/corrida	72	36 (46%)	9
Estádio de futebol	55	52 (66%)*	2
Pista de skate/patins	35	24 (30%)	6
Complexo esportivo	32	16 (20%)	6
Estrutura ciclovária	32	9 (11%)	5
Trilhas	30	15 (19%)	3
Arena de rodeio	28	26 (33%)	2
Sala de ginástica	28	14 (18%)	6
Sala de lutas	27	18 (23%)	3
Campo de malha	21	15 (19%)	3
Pista de atletismo	15	14 (18%)	2
Quadra de badminton	14	4 (5%)	11
Sala de tênis de mesa	14	11 (14%)	3
Piscina recreativa	11	7 (9%)	3
Pista de corrida (veículos)	1	7 (9%)	3
Quadra de tênis	9	7 (9%)	2
Pista de BMX/Bicicross	6	6 (8%)	1
Pista de boliche	6	3 (4%)	4
Piscina semiolímpica	5	5 (6%)	1
Sala de levantamento de peso	4	2 (3%)	3
Academia de boxe	3	1 (1%)	3
Estande de tiro	3	3 (4%)	1
Pista de modelismo	2	2 (3%)	1
Pista para corrida (cavalos)	2	2 (3%)	1
Complexo aquático	1	1 (1%)	1
Velódromos	1	1 (1%)	1

*Instalações presentes em mais da metade dos municípios

Fonte: Autores (2020).

Como fica evidente, o maior número de instalações públicas existentes nos municípios é de Academias da Terceira Idade – ATI's. Essas instalações se popularizaram pelo estado e também pelo país com uma mudança de paradigma, por volta dos anos 2000, em busca de engajar a população a se movimentar para benefícios de saúde e principalmente por atender uma lacuna de um público em específico – a terceira idade – negligenciado nas ações do poder público e também demonstrava falhas de mercado na iniciativa privada, que não dava conta de atender à demanda desse grupo populacional (SELA; SELA, 2012). Vale destacar que o município de Maringá, no estado do Paraná, foi o pioneiro desse projeto no Brasil e, passados 14 anos da construção da primeira ATI na cidade, percebe-se o impacto substancial na configuração estrutural da prática de esporte, lazer ou atividade física nos municípios de todo o estado.

Com exceção das ATI's, todas as outras instalações esportivas presentes em mais da metade dos municípios da amostra (campos de futebol, quadra poliesportiva coberta, ginásio, quadra de areia, quadra poliesportiva aberta e campo de futebol), têm forte relação com a cultura esportiva do futebol e suas derivações (futebol suíço, futebol de areia e futsal), desenvolvida histórica e socialmente no Brasil (MALAGUTTI; HIRATA; STAREPRAVO, 2016; SOUZA, 2014). Essa hierarquia dos espaços, por sua vez, sugere, conforme Souza (2021), a existência de uma hierarquia do movimentar-se esportivo na sociedade contemporânea, se bem que uma análise mais robusta do fenômeno precisaria investigar como esses espaços são apropriados, uma vez que o registro de uma cultura materializada das instalações esportivas não necessariamente significa que há uma apropriação efetiva de esportes mais tradicionais, a exemplo do futebol e de suas variantes, pela maior parte das pessoas. Em suma, a existência de espaços, embora indique a circulação de uma modalidade esportiva em determinado contexto, não pode ser tomada isoladamente para afirmar, a rigor, quais os esportes que na atualidade são efetivamente mais praticados nos diferentes contextos, haja vista uma série de dinâmicas que balizam a cultura esportiva na dialética entre o local e o global, remetendo a relações de oferta e demanda que muitas vezes prescindem de espaços ou então acionam espaços alternativos.

Isso que está sendo dito se aplica também a outros esportes mais tradicionais, como a bocha, uma prática já presente na Roma Antiga que se difundiu amplamente no Brasil e na América do Sul pela influência dos imigrantes italianos

(DUARTE, 2004). Destaca-se que 47% dos municípios, ou seja, quase a metade da amostra abrangida por este estudo, tem campos de bocha no estado do Paraná. Tal condição, além de sugerir uma interdependência entre as ações dos grupos inicialmente praticantes de bocha nos diferentes municípios do estado e a cultura material das instalações esportivas que foram sendo implementadas, especialmente em clubes (MEZZADRI, 2000), remete a uma tradição relativamente recente nas políticas de esporte no estado do Paraná, tendo em vista, inclusive, que as competições de bocha passaram a fazer parte da programação dos Jogos Abertos do Paraná desde 1985, segundo consulta realizada no *website* dos próprios Jogos (PARANÁ, 2020). De qualquer modo, ainda que os espaços para a prática da bocha estejam distribuídos pelo estado, há que se destacar que a modalidade, de fato, circula no interior de grupos bastante específicos, como parte de uma tradição inventada que busca se manter atuante em um contexto no qual o movimentar-se por meio dos esportes, segundo aponta Souza (2021), passa por uma revisão em sua escala de prioridades e preferências no âmbito global.

Esse olhar para as instalações esportivas em nível municipal é importante, pois, como podemos observar em relação aos sistemas esportivos nacionais de vários países, uma das políticas governamentais mais robustas e prioritárias, sobretudo em países europeus, trata-se justamente do investimento estrutural em instalações esportivas em nível local (HALLMANN; PETRY, 2013; SCHEERDER; WILLEM; CLAES, 2017). Dessa forma, os espaços destinados à prática esportiva permanecem, sendo a materialização e continuidade de uma política a longo prazo, que pode ser garantida para além da transitoriedade que envolve os *policy makers* e afeta a continuidade de programas e projetos esportivos (SILVA, 2018); e das nuances que envolvem a *politics*, dimensão da política em que estão dispostos os atores do jogo e acontecem os processos políticos, com relações e embates em torno das decisões políticas com caráter, muitas vezes, conflituoso (FREY, 2009).

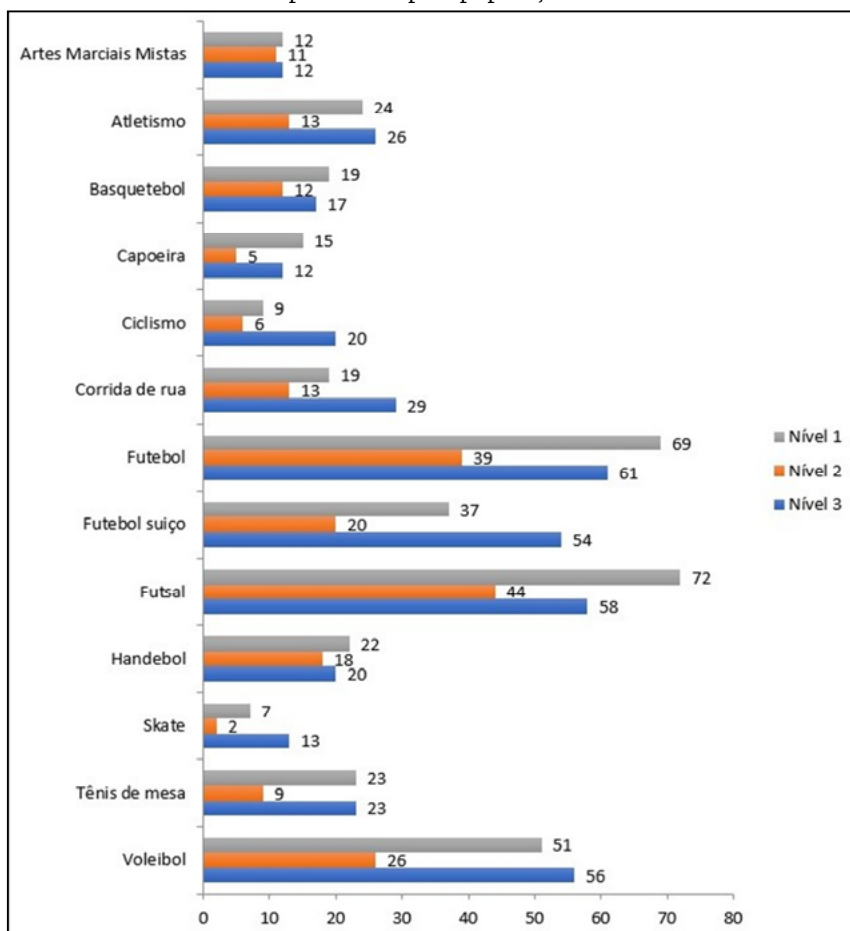
Evidentemente que essa (re)organização da cultura esportiva não se dá de forma homogênea e é permeada por tensões entre o local e o global. Ao questionarmos os gestores que atuam politicamente frente à pasta destinada ao esporte sobre as modalidades esportivas mais praticadas nos respectivos municípios, verificou-se que o futsal, futebol, voleibol e futebol suíço são as atividades mais

presentes em suas rotinas de ação política e administrativa, além da prática autônoma da população (Gráfico 5).

Os resultados obtidos com a aplicação do instrumento de pesquisa utilizado demonstram a promoção das modalidades esportivas em diferentes níveis de prática: nível 1 – formação esportiva, oferta de oportunidades de acesso à prática esportiva em suas diversas manifestações para crianças e adolescentes, comporta os serviços de vivência, fundamentação e aprendizagem esportiva; nível 2 – excelência esportiva, compreende a prática sistematizada por meio de treinamento esportivo em modalidades esportivas e paradesportivas, engloba serviços de especialização esportiva, aperfeiçoamento esportivo e alto rendimento; nível 3 – esporte para toda a vida, caracteriza-se pela vivência do esporte ao longo da vida, abrange serviços de esporte e lazer de caráter participativo (MEZZADRI *et al.*, 2020).

Em termos gerais, observa-se que o estado do Paraná é pouco heterogêneo quanto à prática de diferentes modalidades esportivas, acentuando a hegemonia da prática do futebol e suas variações (MALAGUTTI; HIRATA; STAREPRAVO, 2016). Dessa forma, mesmo não tendo o capital simbólico e o apelo de serem modalidades olímpicas, o futsal e o futebol suíço apresentam maior incidência de ações do poder público e praticantes no esporte para toda a vida. Essa configuração se reflete em dois cenários no estado: 1) desenvolvimento dos Jogos Escolares do Paraná (JEPS) como a principal política do governo do estado há algumas décadas, em que o futsal é a modalidade com maior participação das escolas (SALDANHA JÚNIOR; FRASSON, 2010; PARANÁ, 2018); e 2) possível espetacularização do futsal, sendo essa uma observação preliminar que aponta a necessidade de análises mais aprofundadas, mas que já tem alguns pontos de ancoragem estrutural, em virtude do maior engajamento da população e ações do poder público, alinhados à representatividade do Paraná como o estado com mais equipes na Liga Nacional de Futsal (LNF, 2020) e com o campeonato de maior capital simbólico da modalidade no país, inclusive com transmissão de canais de TV a cabo de grandes veículos de comunicação.

Gráfico 5 – Modalidades esportivas mais promovidas pelos órgãos investigados e praticadas pela população.



Fonte: Autores (2020).

Com exceção do futebol e suas *derivações*, o voleibol é a modalidade com mais ações dos órgãos municipais e mais praticantes, corroborando o que apontou Marchi Júnior (2001) ao estudar o processo de ressignificação do voleibol que não só se tornou uma modalidade espetacularizada e mercantilizada como também ultrapassou outras modalidades na “hierarquia dos esportes” em número de praticantes e popularidade no Brasil a exemplo do basquetebol.

Em síntese, nesta seção procurou-se brevemente estabelecer tendências e tensionamentos presentes na relação entre as instalações esportivas, a cultura

esportiva e os órgãos governamentais em âmbito local (secretarias e departamentos de esporte e lazer), principais promotores de políticas públicas de esporte e lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste capítulo, retomando os objetivos específicos desta pesquisa e mediante o diagnóstico realizado com os 79 municípios que integram a amostra, apresentamos as principais características relativas a gênero, idade, experiência técnica e política, formação e valores dos agentes públicos municipais que compõem o Sistema Nacional de Esporte e Lazer - SNEL. Lembrando que esse sistema é uma articulação entre diversos agentes de forma plural e representativa, contemplando todas as dimensões do esporte e do lazer, categorizados a partir de sua atuação (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, a formação e qualificação desses agentes tem uma implicação direta não somente sobre a política e gestão públicas do esporte e lazer, mas também com as diferentes programações fomentadas e desenvolvidas na área, como foi possível destacar na seção que tratou das instalações e da cultura esportiva.

Tais informações possibilitaram a compreensão do entendimento que esses agentes públicos municipais apresentam acerca do esporte, do lazer, das funções do Estado, dos direitos sociais e da ação do poder público na área de esporte e lazer.

Nas seções que abordaram as práticas de governança adotadas e as políticas para o esporte nesses municípios, registramos o modo de ação dos agentes públicos, a concepção e implementação de políticas públicas de esporte e lazer.

Desta forma, compreendemos que os resultados da pesquisa, ora apresentados, se constituem como subsídios para a formulação de políticas e para a formação continuada de agentes públicos que integram o SNEL e atuam com as políticas públicas de esporte e lazer.

Contudo, compreendemos a importância e a necessidade de ampliação desse diagnóstico para outros municípios do estado do Paraná e do próprio país, de forma a possibilitar uma análise mais aprofundada e extensa da realidade sobre as políticas públicas de esporte e lazer nos municípios brasileiros,

ao mesmo tempo em que se proporciona uma sistematização desses dados para planejamento futuro dessas ações.

REFERÊNCIAS

BERNABÉ, A. P. **Formação dos agentes públicos do esporte e lazer em municípios do estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Educação Física, Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM/UEL. Universidade Estadual de Maringá, 143 p., 2016. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2217>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 1988.

BRASIL. Ministério do Esporte. Texto II - : Fundamentação Sobre o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. In: BRASIL. **Coletânea de textos**: Texto básico para as etapas da II conferência. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2006. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Esporte_II/texto_base_2_conferencia_esporte.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.155, de 4 de agosto de 2015**. Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol e dá outras providências[...]. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, : Presidência da República, 04 ago. 2015b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113155.htm. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, : Presidência da República, 25 mar. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. **Sistema Nacional do Esporte**. Brasília: Ministério do Esporte, 2015a.

DALEGE, J. *et al.* Network Analysis on Attitudes: A Brief Tutorial. **Social Psychological and Personality Science**. v. 8, n. 5, p. 528-537, 2017.

Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28919944/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

DUARTE, O. **História dos esportes**. 6. ed. São Paulo: Senac, 2004.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, p. 211-259, jun. 2009. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>. Acesso em: 15 dez. 2020.

GIL, Antonio A. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

HALLMANN, K.; PETRY, K. (Ed.). **Comparative sport development**. Heidelberg: Springer, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. Resultado dos dados preliminares do **CensoCenso 2010**: Resultados. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 17/12/ dez. 2020.

LNF. Liga Nacional de Futsal. **Regulamento da Liga Nacional de Futsal 2020**. Disponível em: <<https://ligafutsal.com.br/wp-content/uploads/2020/08/Regulamento-LNF2020-COVID-19.pdf>> Acesso em: 06/10/ out. 2020.

MALAGUTTI, J. P. M.; HIRATA, E.; STAREPRAVO, F. A. O futebol/futsal e as políticas públicas das cidades do estado do Paraná. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 4, out./dez. 2016, p. 842-854. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rpp.v19i4.39154>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes às atuais políticas governamentais**. 2000. 178 p. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Campinas, 2000. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/275394/1/Mezzadri_FernandoMarinho_D.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

MEZZADRI, F. M. *et al.* Gestão do esporte nos estados e municípios (GEEM): apresentação de uma ferramenta voltada à inteligência esportiva no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. 1-27, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/8716/7709>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MEZZADRI, F. M. *et al.* Políticas públicas para o esporte e lazer nas cidades do estado do Paraná. **Anais do XXVI In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA**, 26., 2007, Guadalajara. **Anais ...** Guadalajara: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2007. p. 1-22 Guadalajara, 2007. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-066/1919.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

MEZZADRI, F. M. *et al.* Políticas públicas para o esporte e o lazer nas cidades do estado do Paraná. In: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOLO, F. R.; SOUZA, D. L. de. (Orgs.) **Esporte e lazer: subsídios para o desenvolvimento e gestão de políticas públicas**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.

PARANÁ. **Política de esportes do Paraná**. Lei estadual de incentivo ao esporte – proesporte. Curitiba: Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo, Instituto Paranaense de Ciência do Esporte, 2018. Disponível em: https://www.esporte.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/POLITICA_DE_ESPORTES_DO_PARANA.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

PARANÁ. **28º Jogos Abertos do Paraná 1985**, 2020. Disponível em: <http://www.jogosabertos.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=33>. Acesso em: 08/10/ out. 2020

ROBINAUGH, D. J.; MILLNER, A. J.; MCNALLY, R. J. Identifying highly influential nodes in the complicated grief network. **Journal of Abnormal Psychology**, Minneapolis, MN, v. 125, n. (6), p. 747--757. 2016. Disponível em: doi.org/10.1037/abn0000181. Acesso em: 15 dez. 2020.

SALDANHA JÚNIOR, H. S.; FRASSON, A. C. Os jogos colegiais do Paraná e a relação quantidade/qualidade na escola pública. **Dia a dia Educação**. Curitiba: SEED/PR, 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1536-8.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SANTOS, L. L. S. R. dos; MILANI, F. G.; STAREPRAVO, F. A. Análise dos agentes públicos de esporte no estado do Paraná. In: CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 8., 2016. Criciúma, 2016. **Anais...** Criciúma: Secretarias do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2016. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/8csbce/2016sul/paper/viewFile/8324/4432>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SCHEERDER, J. WILLEM, A. CLAES, E. (Eds.). **Sport Policy Systems and Sport Federations: a Cross-National Perspective**. LondonLondres: Palgrave Macmillan UK, 2017.

SCHWARTZ, G. *et al.* Políticas públicas de esporte e lazer e gestão da informação: incidência da Rede Cedes como foco em pesquisas acadêmicas. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 86-97, jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2014v26n42p86>. Acesso em: 10 set. 2020.

SELA, V. M; SELA, F. E. R. A academia da terceira idade como um projeto do governo municipal de Maringá-PR para solucionar as falhas de mercado. **Caderno de Administração**, v. 20, n. 1, p. 82-90, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/22842>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SILVA, A. B. O. *et al.* Estudo da rede de co-autoria e da interdisciplinaridade na produção científica com base nos métodos de análise de redes sociais: avaliação do caso do programa de pós-graduação em ciência da informação - PPGCI / UFMG. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, p. 179-194, jul. 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/96111>. Acesso em: 01º set. 2020.

SILVA, A. F. Z. **A “anarquia organizada” nas políticas públicas municipais de esporte e lazer**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Centro de Ciências da Saúde. Departamento de Educação Física. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

SOUZA, J. **Do homo movens ao homo academicus**: rumo a uma teoria reflexiva da Educação Física. São Paulo: Liber Ars, 2021 (no prelo).

SOUZA, J. O “**esporte das multidões**” no Brasil: entre o contexto de ação futebolístico e a negociação mimética dos conflitos sociais. Curitiba, 2014, 433 fp. Tese (Doutorado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37212>. Acesso em: 15 dez. 2020.

STAREPRAVO, F. A. *et al.* E assim criou-se a rede: aspectos técnicos, políticos e epistemológicos envolvidos na criação e desenvolvimento da Rede Cedes. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 33-58, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.29837>. Acesso em: 10 set. 2020.

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. _____. Estatísticas do eleitorado: - Eleitores filiados. **Tribunal Superior Eleitoral**. 2020b. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>>. Acesso em: 06/12/ dez. 2020b.

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. _____. Paraná tem 8,1 milhões de eleitores aptos a votar nas Eleições 2020. **Tribunal Superior Eleitoral**. 12 ago. 2020c. Disponível em: <<https://www.tre-pr.jus.br/imprensa/noticias-tre-pr/2020/Agosto/parana-tem-8-1-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2020>> . Acesso em: 06/12/ dez. 2020c.

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Censo da democracia: Brasil tem 147,9 milhões de eleitores aptos a votar nas Eleições 2020. **Tribunal Superior Eleitoral**. 5 ago. 2020a. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/brasil-tem-147-9-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2020>> . Acesso em 06/12/2020a.

ZANATTA, T. C. *et al.* O perfil do gestor esportivo brasileiro: revisão sistemática da literatura. **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 291-304, jan./mar. de 2018., p. 291-304, mar. 2018. Acesso em: 02 dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/73803>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ACADEMIAS AO AR LIVRE: PARALELISMOS E TRANSFERÊNCIAS ENTRE AS REALIDADES URBANAS DE CURITIBA E PONTA GROSSA/PR

Miguel Archanjo de Freitas Junior

Bruno Pedroso

Edilson de Oliveira

Tatiane Perucelli

Diego Petyk de Sousa

Guilherme Moreira Caetano Pinto

Simone Aparecida Rechia

Rodrigo de França

Sabrina Monique Bora de Andrade

Daniella Tschöke Santana

Wendell Luiz Linhares

INTRODUÇÃO

Há aproximadamente 15 anos, conjuntos de aparelhos feitos de tubos de metal, pintados em uma combinação de cores vibrantes, começaram a integrar o visual de praças, parques, espaços livres de várias cidades brasileiras e ficaram conhecidos, popularmente, como Academias ao Ar Livre (AALs)¹. Estes equipamentos visam, de maneira geral, promover a realização gratuita de atividades físicas pela população – principalmente na forma de musculação e alongamento.

Inicialmente direcionadas ao desenvolvimento das capacidades físicas e manutenção da saúde da pessoa idosa (sendo conhecidas, inclusive, em algumas cidades como Academias da Terceira Idade), é possível observar que hoje as AALs são utilizadas por pessoas de todas as idades, atraindo a atenção até das crianças, pela dinamicidade de movimentos proporcionados por alguns de seus aparelhos.

¹ A Academia ao Ar Livre pode apresentar-se com outras nomenclaturas em determinadas regiões, por isso a necessidade de estar atento/a a qual projeto ou ação será mencionada, para não gerar equívocos.

Segundo Oliveira (2016), as AALs surgiram no Brasil com o processo de implantação de políticas de promoção da saúde. Inspiradas na versão de um modelo chinês de academias, estruturadas para a prática de exercícios ao ar livre, com o objetivo de alongar, fortalecer e estimular a musculatura, além de trabalhar com a capacidade aeróbica dos idosos (VERÍSSIMO, 2011); desenvolveu-se então um projeto piloto denominado Programa Maringá Saudável, em 2005, na cidade de Maringá-PR.

Entretanto, devido a motivos distintos não encontrados na literatura, as AALs popularizaram-se por todo o Brasil, mesmo não existindo uma política nacional para implementação desses equipamentos, apresentando características muito semelhantes na sua estrutura, das quais se destacam: 1) as cores vibrantes (azul, amarelo, laranja e vermelho), diferenciando-as na paisagem do ambiente, 2) a ausência de pesos, pois funcionam utilizando o peso corporal de cada participante, podendo ser classificados como aparelhos de atividade física; 3) e a gratuidade, ou seja, nenhum usuário paga pela utilização dos aparelhos.

As AALs incluem basicamente 12 a 14 tipos de atividades físicas, entre aquelas mais aeróbicas, como emuladores de caminhada, cavalgada, remada e esqui, e exercícios de força, como *leg-press* e puxadas de costas, além de aparelhos de alongamento. Geralmente, cada AAL possui placas informativas que trazem orientações gerais aos praticantes, indicam as maneiras de utilização dos equipamentos, bem como os grupos musculares ativados nos exercícios.

Mesmo demonstrando um movimento massificado e certa “tendência à homogeneização da paisagem [...], subsidiado pelo discurso da qualidade de vida” (MARANHO, 2013, p. 79), esses espaços conquistaram adeptos de várias idades e regiões. Atualmente, já se disseminaram para além dos limites urbanos e integram paisagens mais distantes dos centros, como as cidades do interior dos estados, regiões metropolitanas e regiões rurais.

Enquanto objeto de investigação, as AALs têm subsidiado pesquisas com variados enfoques². Contudo, ainda se apresentam como uma temática a ser explorada nos estudos da área, pois em pesquisas de revisão sistemática identificaram-se poucas análises relacionando o uso das AALs às experiências de lazer, por exemplo. Foi o que destacou Guzzo Júnior e Silva (2019), ao demonstrarem

² Será possível verificar essa afirmação com maior certeza no tópico XX, correspondente à revisão sistemática sobre a produção científica que tematiza as AALs, desenvolvida neste estudo.

que as análises entre AALs e lazer são realizadas na perspectiva da atividade física, normalmente associada às questões demográficas, socioeconômicas, comportamentais e de saúde.

Diante desse contexto, os objetivos desta pesquisa foram: 1) mapear o conjunto de academias ao ar livre presente em duas cidades paranaenses; e 2) compreender o processo de implementação desses equipamentos em diferentes realidades urbanas. Para atingir esses objetivos, escolheram-se as cidades de Curitiba e Ponta Grossa/PR. Dessas questões mais gerais, emergiram os seguintes objetivos específicos: 1) identificar o que tem sido produzido na pós-graduação brasileira sobre as AALs no Brasil; e 2) verificar paralelismos e transferências entre as diferentes realidades selecionadas no que tange ao modo como são implantados e geridos tais equipamentos, inseridos no universo das políticas públicas para o esporte e o lazer.

Inicialmente, cabe destacar que, na cidade de Ponta Grossa/PR, as AALs foram instaladas pelo poder público local em diversas regiões do município, segundo notícia publicada no *site* oficial da prefeitura (SARTORI, 2017), isso foi decorrente de motivos distintos, pois, de acordo com os gestores, nem todos os munícipes podiam praticar atividades físicas e usufruir dos seus benefícios à saúde física e mental. Por essa razão, e atendendo a uma demanda da população, a prefeitura investiu na criação de tais espaços, atualmente contando com 64 AALs.

Já em Curitiba-PR, de acordo com Maranhão (2013), a implantação desse tipo de equipamento público começou em 2009, no Parque Barigui. Atualmente, a cidade conta com 255³ AALs, sob a marca identitária do incentivo à prática de exercícios físicos, da melhoria da qualidade de vida, do combate ao sedentarismo e da promoção da saúde.

Essa investigação fez parte de um projeto mais amplo desenvolvido pela Rede Cedes-PR, o Centro de Desenvolvimento de Estudos sobre Esporte Recreativo e Lazer, formado por pesquisadores que buscam construir subsídios teóricos e metodológicos para compreender e analisar a estrutura das políticas públicas para o esporte e lazer do estado do Paraná.

³ Números divulgados no site da SMELJ referentes ao dia 3 de dezembro de 2019. (CURITIBA, 2020).

METODOLOGIA

Antes de abordarmos diretamente os percursos metodológicos explorados neste estudo, vale a ressalva a respeito da equipe pesquisadora responsável. Ela foi formada por dois diferentes grupos de pesquisa, um instalado nas dependências da Universidade Estadual de Ponta Grossa, o Grupo de Pesquisa Esporte, Lazer e Sociedade - GEELASO/UEPG⁴, e outro na Universidade Federal do Paraná, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Lazer, Espaço e Cidade - GEPLC/UFPR⁵. Em função disso, as cidades escolhidas para a pesquisa foram aquelas em que o acesso aos dados e às informações necessárias estavam mais próximas aos pesquisadores.

Para responder aos objetivos propostos, utilizaram-se diferentes estratégias metodológicas de maneira articulada. Primeiramente, realizamos uma revisão sistemática sobre as AALs seguindo as indicações de Costa e Zoltowski (2014), Gomes e Caminha (2014) e Kamler e Thomson (2015). A revisão sistemática é um método que possibilita ao pesquisador a potencialização das buscas pela produção do conhecimento científico de forma organizada. Os resultados podem ser expostos na forma de conclusão, análise ou síntese.

Neste processo, os dados foram coletados por meio da base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e organizados com base em filtros de inclusão. A análise dos dados obtidos foi feita por meio do *software Interface de R pour les analyses multidimensionnelles de textes et de questionnaires - Iramuteq*⁶ (Interface de R para análise multidimensional de textos e questionários), com a sistematização de nuvem de palavras, análise de similitude e Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

Após a análise das produções acadêmicas, realizou-se o mapeamento das AALs nas cidades de Curitiba e Ponta Grossa. Este mapeamento foi feito de maneira distinta nas duas cidades, visto que em Ponta Grossa a prefeitura não

⁴ O Grupo de Pesquisa Esporte, Lazer e Sociedade (GEELASO), inserido no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas (PPCSA), da UEPG, busca o intercâmbio de estudos e pesquisas interdisciplinares na área do esporte e do lazer, vinculado à linha de pesquisa História, cultura e cidadania.

⁵ O Grupo de Estudos e Pesquisas em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLC), vinculado ao Departamento de Educação Física da UFPR, sustenta-se nos estudos culturais e tem como meta pesquisar e investigar as articulações cotidianas existentes entre a dimensão lúdica dos sujeitos, seus impactos nas experiências do tempo e espaço de lazer e a fruição dos interesses culturais em diferentes ambientes urbanos onde essa dinâmica se potencializa.

⁶ Interface de R para análise multidimensional de textos e questionários está disponível para download no site: <http://iramuteq.org/>

dispõe de um registro completo com os locais e endereços das AALs instaladas na cidade. Dessa forma, a primeira ação do grupo da Rede Cedes-PG foi identificar as academias já conhecidas por membros do próprio grupo ou por meio de contato estabelecido com as Associações de Moradores, além de consultar *sites* e aplicativos de geolocalização. Em seguida, realizou-se uma incursão *in loco* para aplicação de Formulário de Mapeamento⁷, desenvolvido pelo GEELASO.

Em Curitiba-PR, constatou-se que a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude - SMELJ já havia sistematizado e disponibilizado em *site* oficial a lista de AALs e seus respectivos endereços aproximados. Partiu-se então para a conferência desses dados, realizada por meio da ferramenta Google Maps®, com o intuito de verificar as devidas confirmações geográficas e eventuais correções dos dados necessárias. Para aumentar a precisão do mapeamento, foram adicionadas mais três colunas à planilha de dados já disponibilizada pela SMELJ, sendo uma relacionada às coordenadas de latitude e longitude, outra com o *link* para visualização de uma fotografia do local - constantes na ferramenta Google Street View® - e outra indicando se a AALs em questão se associava ou não a outros equipamentos e mobiliários de esporte e lazer.

Por fim, considerando as fontes de evidência para um estudo de caso, descritas por Yin (2001), além dos dados coletados no mapeamento e na revisão sistemática, recorreu-se, para a análise, a informações disponíveis nos *sites* das Prefeituras Municipais de Ponta Grossa e de Curitiba e, principalmente, a documentos oficiais que se relacionaram às AALs, como plano de metas, atas, decretos, leis, pregões eletrônicos, entre outros, disponíveis nos Portais da Transparência dos municípios ou acessados por meio de consultas diretas à Lei de Acesso à Informação.

Outros procedimentos estavam inicialmente previstos para o desenvolvimento desta pesquisa, como a observação *in loco* das formas de apropriação da AALs e entrevistas com usuários e gestores. Entretanto, com a chegada da covid-19 ao Brasil e as medidas sanitárias impostas em todo o país, não foi possível colocá-las em prática. Deste modo, este texto atém-se à discussão relativa à produção acadêmica sobre as AALs, aos elementos de infraestrutura e às questões políticas que permeiam o processo da sua implementação.

⁷ O formulário conteve quatro eixos de análise: 1) Identificação do local; 2) Infraestrutura do Local; 3) Características do espaço e 4) Características do usuário. O instrumento está disponível em: <https://forms.gle/SVeVsp3ChumzfK427>

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE AS ACADEMIAS AO AR LIVRE

Por meio da revisão sistemática, foi possível evidenciar os locais em que predominam as pesquisas sobre as AALs e as instituições a que estão vinculados os autores, bem como o número de textos por instituições, a cidade em que estão sediadas ou em que a pesquisa foi desenvolvida e a referência.

Verificou-se que a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) são as únicas que apresentaram mais de um trabalho direcionado à temática das AALs. Isso indica que, quando se levam em consideração as teses e dissertações, não há um predomínio de uma instituição sobre a outra. Por se tratar de uma temática recente, cuja dissertação mais antiga encontrada no presente estudo é datada do ano de 2013, tal cenário não se trata de uma anormalidade, porém, o número de produções a respeito das AALs não é elevado, ainda que seja considerado o tempo para elaboração de trabalhos como dissertações e teses.

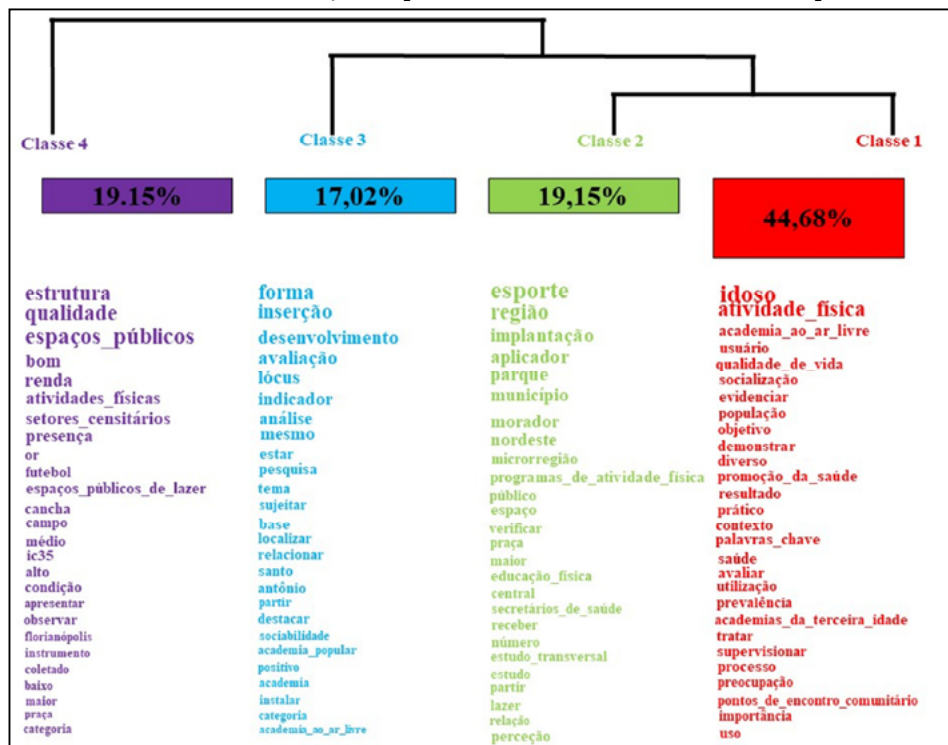
Também ficou evidente que os estudos sobre AALs têm caráter local e ainda sem aprofundamento nos contextos regionais e nacional, pois concentram-se nas mesmas regiões em que estão instaladas as universidades e pesquisadores responsáveis. Em relação à formação dos autores e autoras, a maior parte deles são formados em Educação Física, o que não se mostra anormal, tendo em vista que as AALs são direcionadas para a prática de exercício físico, temática intimamente ligada à Educação Física.

Ao considerar as regiões do Brasil, observou-se que as AALs da Região Sudeste foram utilizadas em cinco estudos, a Região Sul apresentou quatro estudos, e as Regiões Centro-Oeste e Nordeste apresentaram um estudo cada. Não foram encontrados estudos registrados em AALs na Região Norte. Constatou-se que as análises das AALs publicadas em dissertações ocorreram com maior frequência em instituições da Região Sudeste.

A análise por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) permitiu classificar segmentos de textos (ST) em classes, em função da proximidade do seu vocabulário e frequência (CAMARGO; JUSTO, 2013). O conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes, as quais se encontram divididas em

duas ramificações. A primeira delas é composta pela classe 4. E a segunda delas é formada pelas classes 1, 2 e 3, conforme a figura 1.

Figura 1 – Classificação Hierárquica Descendente (CHD) dos segmentos de textos (ST) em classes, em função da proximidade do seu vocabulário e frequência



Fonte: Autores (2020).

A classe 4 foi relacionada às condições estruturais das academias ao ar livre e formou-se por palavras como *estrutura*, *instrumento*, *qualidade*, *espaços públicos*, *bom* e *renda*, *atividades físicas*, *setores censitários*, *presença*, entre outras. Pela classe 4, pode-se visualizar que as pesquisas sobre AALs revelam uma preocupação sobre a estrutura das AALs. O estudo de Manta (2017) foi o que apresentou índice de significância dentro classe 4. Assim, foi possível destacar que as condições estruturais para os usos das AALs são melhores em locais próximos ao centro das cidades e situados em locais com outras opções de práticas de lazer, como praças esportivas e parques.

A classe 1 referiu-se aos problemas e objetivos de pesquisas e foi estabelecida por palavras como *idoso*, *atividade física*, *academia ao ar livre*, *usuário*,

qualidade de vida, socializar e evidenciar, população, objetivo, demonstrar e diverso, promoção da saúde, entre outras. Com base nela, identificamos os elementos que problematizaram e objetivaram as pesquisas sobre AALs. Os estudos de Azevedo Filho (2016), Nardi (2013) e Trindade (2015) destacaram preocupação crescente do uso das AALs como meio para obtenção da qualidade de vida e melhoria da saúde em idoso.

A classe 2 investigou a relação distribuição e ocupação das academias ao ar livre e incluiu as palavras: *lazer, esporte; região, implantação e aplicar; parque; município; morador, nordeste e microrregião; programas de atividade física; público; espaço; verificar e praça*, entre outras. Por meio desta classe, encontramos elementos que permitiram evidenciar a relação entre o uso das AALs e seus usuários. Os estudos de Bessa (2018), Maia (2018), Pinheiro (2016) e Pires (2016), os quais são classificados como estudos transversais sobre AALs, demonstraram que os idosos procuram frequentar as AALs mais próximas da sua residência. Normalmente, utilizam esse espaço de duas a três vezes por semana, com uma variação de 30 a 90 minutos de permanência. Contudo, as AALs não são utilizadas somente por idosos. As crianças e adultos também se apropriam desse espaço. Porém, os estudos não relataram as formas e os porquês de esses outros grupos buscarem as AALs, essa constatação não foi foco das pesquisas investigadas. O entendimento dos porquês de outros grupos buscarem as AALs poderá ser uma das possibilidades de estudos futuros sobre o tema.

A classe 3 foi agregada por termos sobre o distanciamento e incorporada por palavras como: *forma, inserção e desenvolvimento, locus e indicador, análise, pesquisa*, entre outras. Na análise de similitude, é possível reconhecer as ocorrências entre as palavras e o seu desfecho, o que exemplifica a conexidade entre os termos, contribuindo na visualização da estrutura do corpus textual e particularizando as partes comuns e as específicas (CAMARGO; JUSTO, 2013).

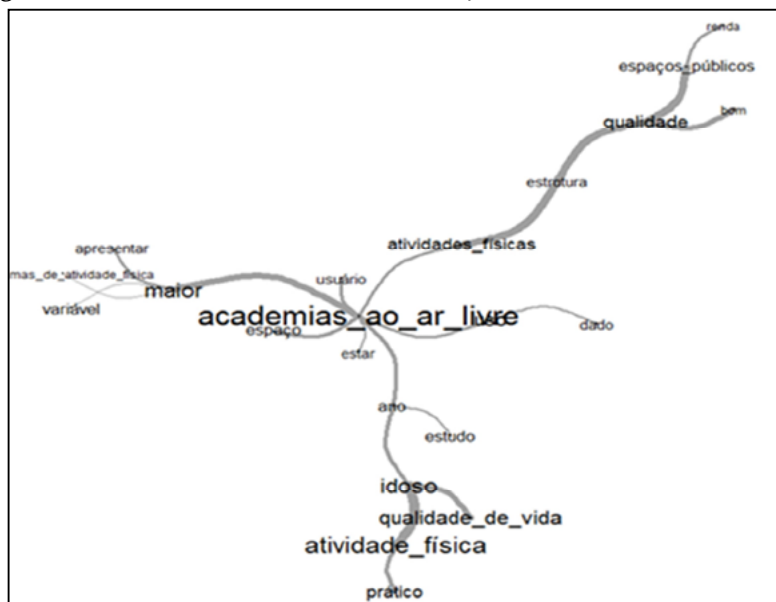
Observamos que a palavra central é AALs. Dela se ramificam outras expressões significativas, como *idoso, atividades físicas e qualidade de vida*. No extremo das ramificações, se destacam as relações: a) a estrutura de qualidade dos espaços públicos, com base na renda; b) e a relação atividade física e qualidade de vida (ver figura 2).

Nesse sentido, inferimos que as dissertações sobre as AALs têm duas grandes preocupações de estudo. A primeira, relacionada às condições estruturais das

academias ao ar livre, de acordo com a classe 4. A segunda está relacionada com as classes 1, 2 e 3, que destacam o ponto de vista do idoso sobre a sua própria participação nas AALs.

Com base nos dados revelados pela revisão sistemática, constatou-se que as condições estruturais para os usos das AALs são melhores em locais próximos ao centro das cidades e situados em locais com outras opções de práticas de lazer, como praças esportivas e parques; tal afirmação não contradiz a realidade encontrada nas duas cidades investigadas neste estudo, no que se refere à qualidade das AALs situadas em regiões centrais, socioeconomicamente mais bem desenvolvidas ou em grandes praças e parques.

Figura 2 – Análise de Similitude das dissertações sobre academias ao ar livre



Fonte: Autores (2020).

Essa situação chama atenção para a desigualdade impressa nos espaços e equipamentos de lazer em diferentes regiões de uma só cidade. Milton Santos (2013, p. 116), ao falar da distribuição de bens e serviços pelo território das cidades, afirma que “o valor do indivíduo depende do lugar em que está, [...] desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe”. Ao centralizar bens e serviços, como os relacionados ao direito ao lazer, contribui-se para o aumento das desigualdades sociais.

Nesse sentido, estudos como o de Manta (2017), destacam a disparidade de espaços públicos com boas condições de uso e a relação de renda dentro dos setores censitários. Neca e Rechia (2020) também discutiram os impactos para o acesso ao lazer em Curitiba, principalmente em bairros localizados nas bordas da cidade, os quais invariavelmente disponibilizam poucas opções à população que sejam atrativas e de boa qualidade para fruição do lazer e do esporte. Apesar do município de Curitiba-PR ser reconhecido no contexto brasileiro pelos seus avanços no âmbito do planejamento urbano, a distribuição dos seus espaços públicos de esporte e lazer concentra sua maior parte na região norte da cidade, formada pela junção de bairros com maior nível socioeconômico.

Essas pesquisas demonstram que os espaços públicos para atividades ao ar livre estão situados em locais onde os moradores têm maior poder aquisitivo e maior gama de opções para o lazer, enquanto nas regiões menos abastadas alguns equipamentos existem, mas apresentam qualidade e manutenção inferiores. O cenário de abandono que se forma nas regiões mais vulneráveis socioeconomicamente pode desmotivar o uso e apropriação e dificultar a transformação dos espaços em lugares de convivência, de sociabilização, de atividade física, de fruição das experiências de esporte e lazer.

Quando alguém pensa em espaço ou lugar, no senso comum, normalmente são entendidos como sinônimos. Entretanto, academicamente o *espaço* pode ser definido como uma extensão entre dois pontos, uma área pensada geometricamente ou um englobante dentro do qual se situam outros espaços. Já o termo *lugar* é um espaço no qual identificamos limites definidos, atribuindo-se significado, valores gerados pela vivência e pelos sentimentos do indivíduo, estabelecendo relações com tal espaço (CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011).

A preferência por determinado espaço, que posteriormente se designa como lugar, depende de sua forma de utilização, modificando-se de acordo com as necessidades específicas e interesses de cada grupo. Isso quer dizer que as pessoas se apropriam de lugares que apresentam aspectos agradáveis e satisfatórios para suas necessidades, as quais normalmente modificam-se conforme a fase da vida do indivíduo. Na relação entre indivíduo e ambiente, a escolha por determinado espaço e a forma de utilização depende das características do local, estrutura física e as relações sociais que ocorrem (MIN; LEE, 2006).

A crescente relação entre o uso das AALs como meio de obtenção da qualidade de vida e melhoria da saúde em idosos é uma preocupação emergente destacada pelos estudos de Azevedo Filho (2016), Nardi (2013) e Trindade (2015). Todavia, cabe aqui uma indagação sobre essa preocupação, seria ela o fio condutor das pesquisas sobre AALs? Ou seja, o uso das AALs é capaz de melhorar os índices de saúde em idosos? Com base na revisão sistemática, é possível afirmar que a prática de atividades físicas para idosos em AALs está muito mais ligada ao seu caráter de socialização e lazer que a melhora significativa dos índices de saúde.

No entanto, como a temática ainda é recente no campo acadêmico, sugerimos ainda futuros estudos sobre AALs como possibilidade para subsidiar políticas públicas de saúde para idosos.

PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AALs EM CURITIBA-PR E PONTA GROSSA-PR

No município de Ponta Grossa, conforme Art. 2.º do Decreto n.º 6.921, de 22 de fevereiro de 2013 (PONTA GROSSA, 2013), a responsabilidade de “planejar, promover, coordenar, executar e acompanhar as ações na área dos esportes promovidas pelo Poder Público Municipal”, é da Fundação Municipal de Esportes - FUNDESP. Não obstante, em um estudo de Paula (2018), sobre as representações sociais dos agentes públicos da FUNDESP sobre esporte, lazer e políticas públicas, a discussão central estabelecida foi o orçamento limitado do órgão. Quanto aos projetos e as ações desenvolvidas pela FUNDESP, os nove atores públicos entrevistados (4 comissionados e 5 efetivos) enfatizam distintos projetos, eventos e ações desenvolvidas para o esporte educacional, de base, de rendimento e de lazer, porém as AALs não foram citadas.

Tal situação instiga-nos a questionar: uma vez que a implementação das AALs no município de Ponta Grossa não fez parte de um projeto de políticas públicas, quais os interesses para sua implantação na cidade? Qual a origem daqueles recursos? Para Secchi (2010) uma política pública pode ser compreendida como uma diretriz estruturada com o objetivo de enfrentar um problema público, portanto deve possuir intencionalidade pública e buscar responder a um problema público. Assim, ela materializar-se-ia por meio de leis, programas, projetos, campanhas, ações, obras, entre outras iniciativas.

No entanto, para que uma política pública atenda seu propósito, Secchi (2010) alerta para a necessidade de se respeitarem sete fases ao longo do processo de planejamento, execução e avaliação, as quais são: identificação do problema (a diferença entre o real e o que se gostaria que fosse a realidade pública); formação da agenda (o conjunto de problemas definidos como relevantes para intervenção pública); formulação de alternativas (a deliberação sobre programas, estratégias ou ações necessárias para atingir os objetivos da política pública, com mecanismos como premiação, coerção, conscientização ou soluções técnicas); tomada de decisão (momento em que os interesses dos diversos agentes são disputados e suas intencionalidades no enfrentamento de um problema público são externalizadas); implementação (fase de execução propriamente dita); avaliação (deliberação sobre a validade da ação pública, bem como, sobre o sucesso ou a falha de que foi colocado em prática); e extinção (baseada em três causas: o problema foi resolvido? A política pública foi ineficaz? ou o problema perdeu importância?). (SECCHI, 2010).

A identificação do problema pode ser observada indiretamente, na matéria mencionada anteriormente. Entretanto, não há dados sobre a formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação ou extinção das AALs.

Quanto aos aspectos financeiros, estão disponíveis, no Portal da Transparência, as atas e decretos para a compra das AALs. O primeiro documento é a Ata de Registro de Preços⁸ n.º 7, do Departamento de Compras, que em 18 de março de 2011, registrou, por meio do Pregão Eletrônico n.º 7/2011, a aquisição por parte da Secretaria Municipal de Esportes, de 30 unidades de aparelhos multiexercitador, alongador, rotação vertical, simulador de cavalgada, pressão de pernas, rotação diagonal, remada sentada, simulador de caminhada, simulador de esqui, simulador de surf e placa orientativa, no valor de R\$ 308.685,00. No Decreto n.º 10.764⁹, de 21 de dezembro de 2015, foram destinados mais R\$ 48.900,00, para a instalação de AALs em duas localidades da cidade. Já em 6

⁸ PONTA GROSSA. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 7. Departamento de Compras - Divisão de Licitações. Ponta Grossa: Portal da transparência, nº 113, p. 1-9, 2011

⁹ PONTA GROSSA. DECRETO Nº 10.764, DE 20/11/2015. ABRE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 374.896,63. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/decreto/2015/1077/10764/decreto-n-10764-2015-abre-um-credito-adicional-suplementar-no-valor-de-r-374896-63?q=acad%EAmia>. Acesso em: 20/08/2021.

de abril de 2016, um novo Pregão Eletrônico¹⁰ foi realizado, por meio do qual adquiriram-se mais 30 unidades de cada um dos 11 aparelhos listados acima, totalizando R\$ 364.093,80. No Plano de Metas 2017-2020, há ainda a indicação de uma previsão de gastos de R\$147.833,35, para atingir a meta de instalação de novas AALs.

Embora as AALs não tenham apresentado relevância, nas representações sociais dos gestores da FUNDESP, observa-se que estes equipamentos receberam significativos investimentos. No entanto, um grande problema enfrentado é a manutenção dos equipamentos das AALs. A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SMOSP), órgão designado para a função, enfatiza¹¹ o grande número de casos de vandalismo contra o patrimônio público.

Ao analisar a relação dos usuários com o equipamento, Marcellino e outros (2007) destacam a importância de um vínculo do equipamento com a comunidade. Para os autores, o poder público deve fomentar ações nesse sentido, pois uma iniciativa bem-sucedida pode contribuir “[...] para aumentar o respeito das pessoas pelo equipamento, uma vez que, à medida que o utilizam, vão desenvolvendo sentimentos positivos, passando a colaborar na sua conservação” (MARCELLINO *et al.*, 2007, p. 20).

Tal situação está presente no ciclo de uma política pública descrita por Secchi (2010), no momento destinado à formulação de alternativas, quando as estratégias podem prever mecanismos de premiação, coerção, conscientização ou soluções técnicas, de acordo com objetivo a ser atingido. A respeito de uma matéria¹² publicada no *Diário dos Campos*, jornal local, sobre o vandalismo nas AALs, um leitor sugere uma alternativa para tentar reduzir os atos de depredação, nos comentários da postagem ele disse: “Devia ser criada uma forma de responsabilidade solidária, onde um morador próximo teria que monitorar a academia e em troca, ele teria um desconto no seu IPTU! Algo do gênero!” (DMAIS, 2019).

Independentemente da viabilidade ou não da sugestão, cabe destacar que ouvir as comunidades torna-se fundamental nesse aspecto, pois há diferenças culturais que atribuem aos bairros da cidade singularidades. Tal situação nos

¹⁰ PONTA GROSSA. PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA: 05/2016. Aquisição eventual, através do sistema de registro de preços de academias ao ar livre. Disponível em: <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/31304>. Acesso em: 20/08/2021.

¹¹ Tome-se como exemplo o descrito em Santiago (2019).

¹² Como pode ser visto em Dmais (2019).

ajuda a refletir sobre outros problemas identificados no mapeamento, como as dificuldades de acessibilidade. Entre elas, destaca-se o baixo número de AALs com iluminação, o excesso de lixo espalhado no local, a falta de aparelhos adaptados para pessoas com deficiências físicas e o abandono de muitas AALs.

Sem compreender as demandas locais, haverá sempre uma grande probabilidade de uma ação apresentar fragilidades e tornar-se, em muitos casos, ineficaz. Evidentemente que todas as políticas públicas têm uma validade e apresentam falhas, sua avaliação e extinção fazem parte do processo, segundo Secchi (2010), porém ao desenhar um projeto de política pública com a participação efetiva de diferentes agentes sociais (representantes do poder legislativo, executivo, sociedade civil, pesquisadores, entre outros), o envolvimento e o comprometimento para que o projeto atinja seus objetivos será maior.

Em Curitiba, cabe à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude -SMELJ desenvolver a política pública de esporte e lazer da cidade, sendo incumbida de formular, planejar e implementar a política municipal de esporte e lazer, coordenando as ações dela decorrentes.

Em consulta à SMELJ, via Lei de Acesso à Informação, ao indagar como se dá o processo de implementação das AALs na cidade, foi informado que a SMELJ é o órgão responsável por indicar, via termo de referência, as quantidades e especificações técnicas dos aparelhos que compõem as academias. Em seguida, tais documentos são direcionados ao setor de elaboração de licitações para compras e manutenção das AALs e, de acordo com a resposta recebida, a instalação é realizada com recursos orçamentários indicados por emenda parlamentar oriunda da esfera municipal, estadual ou federal. Os pedidos são recebidos por meio de solicitações feitas por parlamentares ou absorvidas por estes ou seus assessores em audiências públicas como demanda da população (CURITIBA, 2020).

A respeito da participação da população no processo de solicitação e escolha dos locais para instalação das AALs, a SMELJ apontou que pode ser por um canal de comunicação oficial da Prefeitura, a ferramenta 156, via *site*, aplicativo ou ligação telefônica (CURITIBA, 2020). Contudo, ao verificar os pedidos de instalação, manutenção ou outra situação relacionada às AALs, protocolados na Câmara Municipal de Curitiba, nenhum deles relaciona-se diretamente com iniciativas de pessoas externas, ou seja, da população.

Para que os pedidos sejam aprovados, passam por um processo de análise feita pelas secretarias municipais envolvidas. A compra de equipamentos é de responsabilidade da SMELJ, enquanto a licitação para implantação das bases das AALs é feita pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA. Como critérios para instalação, é necessário que o local escolhido seja público e patrimônio do Município de Curitiba. Além disso, a SMMA precisa analisar e emitir parecer técnico de liberação para garantir que as regras de proteção ambiental sejam cumpridas integralmente (CURITIBA, 2020).

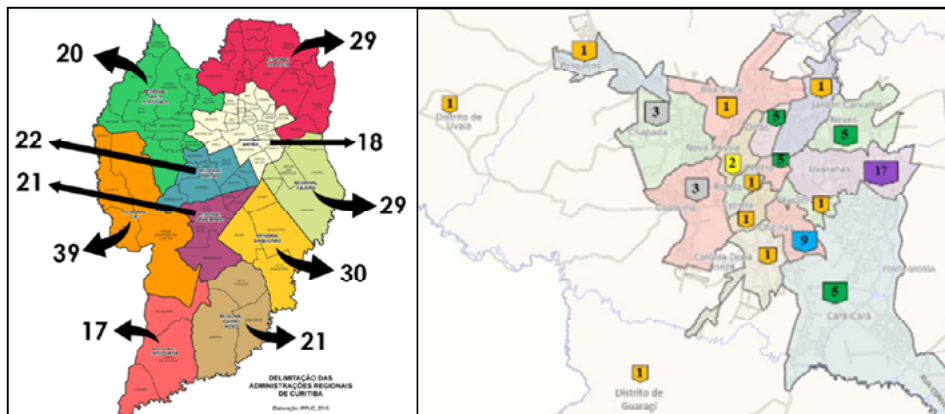
Após aprovação dos pedidos, compra dos equipamentos e liberação do espaço a ser ocupado pela AALs, pelas secretarias envolvidas, a instalação fica sob a responsabilidade da empresa vencedora do processo licitatório. Depois de instaladas, a Prefeitura assume a administração e manutenção das AALs (CURITIBA, 2020). Entre o período de 2016 a 2020, uma estratégia adotada pela prefeitura foi empregada na manutenção das AALs, visando reduzir os custos com essa demanda. Tratou-se de uma parceria criada por meio de projeto de patrocínio público entre a prefeitura de Curitiba e uma empresa de comunicação visual. Atualmente, essa parceria não está mais vigente.

DISTRIBUIÇÃO DAS AALs EM CURITIBA E PONTA GROSSA-PR

Tendo esse panorama teórico estabelecido, buscamos mapear e analisar a distribuição das AALs nas cidades de Curitiba e Ponta Grossa. O mapeamento feito em Ponta Grossa, município localizado na região dos Campos Gerais, no Estado do Paraná, registrou 64 AALs espalhadas pela cidade. Enquanto em Curitiba, capital do estado, foram encontradas 246 AALs (CURITIBA, 2020).

A distribuição das AALs pelos bairros de ambas as cidades pode ser observada nos mapas a seguir:

Figura 3 - Distribuição das AALs em Curitiba e Ponta Grossa



Fonte: Autores (2020).

Observou-se que, em Ponta Grossa, o bairro de Uvaranas apresenta 17 AALs, um número significativamente maior que os demais bairros, são 8 a mais que o bairro de Oficinas, o segundo em número de AALs. O bairro é o mais populoso da cidade, com 44.450 habitantes (IBGE, 2010), porém este parece não ser o critério utilizado pela prefeitura, pois, ao comparar os demais números de habitantes e AALs por bairro, não se identificou correlação, como se pode observar a seguir: Contorno (3 AALs - 28.385 hab.); Cará-cará (5 AALs - 27.779 hab.); Boa Vista (1 AAL - 24.968 hab.); Chapada (3 AALs - 23.166 hab.); Jardim Carvalho (1 AAL - 22.393 hab.); Neves (5 AALs - 22.211 hab.); Oficinas (9 AALs - 20.414 hab.); Distrito de Itaiacoca; (1 AAL - 20.000 hab.); Nova Rússia (2 AALs - 19.656 hab.); Colônia Dona Luiza (1 AAL - 16.639 hab.); Órfãs (5 AALs - 13.107 hab.); Centro (5 AALs - 12.325 hab.); Ronda (1 AAL - 9.229 hab.); Olarias (1 AAL - 8.545 hab.); Estrela (1 AAL - 7.548 hab.); Distrito de Guaragi (1 AAL - 2.936 hab.); Distrito de Uvaia (1 AAL - 1.427 hab.); Distrito de Piquitos (1 AAL - 886 hab.).

Ao analisar a distribuição das academias pela cidade de Curitiba, visualizou-se uma maior concentração de AALs nos bairros Cidade Industrial de Curitiba - CIC (40 AALs - 189.733 hab.), Sítio Cercado (15 AALs - 129.963 hab.), Cajuru (14 AALs - 103.263 hab.), Tatuquara (9 AALs - 70.880 hab.), Xaxim (9 AALs - 59.924 hab.), Bairro Alto (8 AALs - 50.590 hab.), Boqueirão (8 AALs - 78.333 hab.), Alto Boqueirão (8 AALs - 56.441 hab.), Uberaba (8 AALs - 84.956

hab.), Pinheirinho (8 AALs - 51.185 hab.)¹³. Esses bairros, de acordo com análise feita sobre dados extraídos do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), têm em comum (com exceção do Bairro Alto) a localização mais distanciada do centro da cidade e estão situados nas regiões sul e extremo sul de Curitiba-PR, cujos índices de vulnerabilidade social são elevados, e além disso são os mais populosos da cidade.

É possível que a maior concentração de AALs nos bairros destacados esteja relacionada ao número de habitantes, visto que são os bairros mais populosos de Curitiba-PR. No entanto, se esse fosse o critério, também seria observável na comparação com outros bairros, o que não foi visualizado, assim como na cidade de Ponta Grossa-PR. Outro dado que reforça tal aferição é que, segundo a SMELJ, os locais de instalação das academias são escolhidos de acordo com a demanda de solicitação feita pela comunidade e com a interlocução de parlamentares.

Em Curitiba-PR, apenas 33 AALs (13,4%) foram implementadas de maneira isolada no espaço, ou seja, não associada a outros equipamentos e mobiliários de esporte e lazer, considerando desde parquinhos infantis até quadras de areia, quadras de cimento, aparelhos de alongamento, pistas de *skate*, ginásios, dentre outros.

Assim, percebeu-se que, em sua grande maioria, as AALs estão instaladas estrategicamente, em consonância com o que foi previamente pensado pela Prefeitura, “sempre perto dos Centros de Esporte e Lazer ou em espaços públicos frequentados por muitos curitibanos” (CURITIBA, 2012), dispostas em parques, bosques, praças, eixos de animação cultural, jardinetes, bem como anexas a outros equipamentos municipais, como o citado Centro de Esporte e Lazer da SMELJ, ou seja, geralmente integradas às políticas públicas relacionadas à qualidade de vida.

INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DAS AALs EM CURITIBA E PONTA GROSSA

Com relação à infraestrutura das AALs, buscou-se inicialmente verificar o total de estruturas e equipamentos nas AALs visitadas em Ponta Grossa/PR.

¹³ Dados demográficos extraídos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC - <http://infocuritiba.ippuc.org.br/imp/>), com resultados de 2019.

Como não se encontrou- um padrão entre as AALs, que contam com aparelhos simples, duplos ou de múltiplos exercícios, optou-se por organizar no mapeamento a contagem de estruturas (componente completo que é fixado no piso da AALs) e dos equipamentos (componente necessário para realização do exercício). Desse modo, uma estrutura pode ser composta por mais de um equipamento.

Os maiores números de estruturas por academia identificados foram 5,8 e 10, com média de 7,5 estruturas instaladas por academia. Vale destacar que, ao analisar as regiões da cidade, não se identificou uma concentração maior ou menor de estruturas por se tratar de região central ou periférica. A única discrepância observada foi na Praça dos Bichos, onde há uma AAL com 21 estruturas. Esse local é conhecido no bairro de Nova Rússia por ser frequentado por pessoas idosas.

O conjunto de estruturas que compõem as AALs instaladas em Curitiba segue um padrão, sendo cada uma formada por 10 estruturas. Com o levantamento por meio da consulta via *Street View*, observamos que esse padrão é seguido pela quase totalidade das academias, pois aquelas que não são compostas por 10 estruturas é devido a remoção por furtos ou depredações. Os equipamentos que compõem as estruturas das AALs em Curitiba incluem: 1) multiexercitador conjugado com seis funções distintas: a) flexor de pernas; b) extensor de pernas; c) supino reto sentado; d) supino inclinado sentado; e) rotação vertical individual e f) puxada alta; 2) simulador de cavalgada duplo; 3) simulador de caminhada duplo conjugado; 4) pressão de pernas duplo conjugado; 5) esqui duplo conjugado; 6) rotação vertical com dupla diagonal; 7) alongador com três alturas conjugado; 8) *surf* duplo conjugado; 9) remada sentada; 10) placa orientativa.

Em relação ao estado de conservação das AALs de Curitiba-PR, não foi possível realizar tal observação *in loco* antes das restrições impostas pela pandemia do Covid-19, no entanto, em Ponta Grossa esses dados foram levantados antes deste período, permitindo a realização de uma análise numérica do estado de conservação de cada um dos equipamentos das estruturas que compõem as AALs, como observa-se no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Estado de conservação das estruturas das Academias ao Ar Livre em Ponta Grossa

Equipamentos e estado de conservação	Em bom estado de conservação	Em mau estado de conservação	Equipamento inutilizável	Total de equipamentos
Adução e abdução de pernas	5	6	0	11
Alongador	44	45	14	103
Banco	12	4	0	16
Elíptico	5	3	2	10
Esqui	47	47	7	101
Extensão lombar	3	0	0	3
Lixeira	9	8	0	17
Multiexercitador de seis funções	46	53	9	108
Peitoral	1	3	0	4
Pressão de pernas	58	58	4	120
Puxador	2	0	0	2
Placa orientativa	3	4	2	9
Rotação diagonal	33	34	0	67
Rotação vertical	43	37	9	89
Simulador de cavalgada	39	54	5	98
Simulador de caminhada	42	41	12	95
Simulador de escada	5	0	0	5
Simulador de remo	12	9	3	24
Surf	35	34	4	73
Adução e abdução braços	1	0	0	1
Barra fixa	1	0	0	1
Jogo de barras (3 alturas)	3	0	0	3
Remada sentada	1	5	0	6
Total de equipamentos	450	445	71	966

Fonte: Autores (2020).

Verificou-se que os equipamentos mais instalados nas AALs de Ponta Grossa são: alongador; esqui; multiexercitador de seis funções; pressão de

pernas; rotação diagonal; rotação vertical; simulador de cavalgada; simulador de caminhada e *surf*. Também foi possível observar, por esse quadro, um número aproximado entre equipamentos em bom e mau estado de conservação. Ao somar-se os equipamentos em mau estado e os inutilizáveis, constata-se que mais da metade (53,4%) não se encontram em boas condições de uso.

Outra questão significativa a se ressaltar é o baixo número de placas orientativas instaladas nas AALs, pois elas fornecem informações básicas para alongamento e realização dos exercícios, importantes para usuários iniciantes. A respeito disso, por meio do mapeamento feito em Curitiba-PR, percebeu-se que também é comum o baixo número de placas de orientação. Além disso, grande quantidade dos referidos painéis existentes nas AALs de Curitiba são preenchidos com peças publicitárias de variadas marcas, o que acaba reduzindo, em alguns casos, o espaço dos roteiros de exercícios ilustrados.

A utilização dos painéis de orientação para exposição de propagandas publicitárias foi resultante de um contrato de patrocínio firmado entre a gestão da Prefeitura de Curitiba-PR em 2016 e uma empresa especializada em comunicação visual. A contrapartida para que a empresa explorasse os espaços onde estão instaladas as AALs era de realizar a manutenção e reposição dos equipamentos de todas as AALs até 2020.

Além dos painéis, a população de Curitiba também tem, como suporte para orientação, um programa intitulado Dia D que, segundo a SMELJ, ocorre em todas as AALs da cidade, conforme um calendário estipulado previamente e divulgado. No Dia D, os professores de Educação Física vinculados à secretaria visitam as 10 regionais administrativas da cidade, onde se localizam os núcleos de esporte e lazer, para fornecer orientações e distribuir materiais gráficos informativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As AALs foram implantadas, em ambas as cidades investigadas, de maneira dissonante aos procedimentos que caracterizam uma política pública propriamente dita, por isso não contam com ações de avaliação e correção de falhas, por exemplo, nem com um cronograma ou plano de ação para concluir possíveis objetivos atrelados a sua existência. Apesar disso, podem ser considerados

espaços públicos de grande potencial para mobilizar a prática de atividade física, estimular a sociabilidade e promover qualidade de vida e a fruição do lazer. A gratuidade de uso das AALs também contribui para democratização do acesso à atividade física, porém não garante qualidade e igualdade para todas e todos em distintos territórios de uma só cidade, como visto por sua distribuição pelas realidades urbanas investigadas.

Os mapeamentos realizados nesta investigação, além de possibilitarem tal análise, buscaram contribuir para compreensão da espacialidade e da visualização da distribuição física das AALs nas cidades, visando auxiliar a identificação de áreas ainda não contempladas por tais espaços – impulsionando e fomentando a implantação – bem como informar à população da presença e localização destes locais em seus bairros e regionais, para incentivar o uso e apropriação dos espaços e equipamentos de lazer do bairro.

Por meio do mapeamento que, em Ponta Grossa, constatamos que a maioria das AALs se encontra em mau estado de conservação ou inutilizável. Além desse problema, identificamos em vários locais a ausência de elementos básicos de acessibilidade, limitando o número de usuários. Ademais, as AALs apresentam vestígios de vandalismo e abandono. Neste viés, acreditamos que a ausência de um projeto de política pública para implementação das AALs tornou-se o ponto mais problemático encontrado pois, embora exista um problema relevante, isso reduz significativamente a formulação de alternativas, prejudicando diretamente as tomadas de decisão e implementação.

Por fim, é válido ressaltar que a execução desta pesquisa foi permeada por situações adversas, não previstas, como a pandemia de Covid-19, impactando na sua amplitude. Nesse sentido, compreendemos que o tema não está esgotado, até porque a revisão sistemática demonstrou que esse campo de investigação é recente e existem poucas produções sobre o tema. Portanto, ainda são necessários outros estudos, em especial aqueles que utilizem abordagens analíticas numa perspectiva “de perto e de dentro”¹⁴, ou seja, que busquem investigar as formas de apropriação das AALs pelos usuários e os significados atribuídos à experiência.

¹⁴ A abordagem “de perto e de dentro” sustenta-se no campo da Antropologia Urbana e tem como propósito apreender padrões de comportamento de indivíduos diversos e heterogêneos, que vivem o cotidiano nas cidades e em diálogo com sua paisagem e equipamentos a partir de seus criativos arranjos sociais (MAGNANI, 2016).

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO FILHO, E. R. (2016). **A influência da prática da atividade física e da socialização na qualidade de vida do idoso: um estudo nos pontos de encontro comunitário do Distrito Federal**. 2016. 67 p. (Dissertação de (Mestrado em Gerontologia) – . Escola de Saúde e Medicina da Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, Brasil 2016. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2185>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- BESSA, R. G. (2018) **Espaços públicos como suporte para a prática atividade física**: a percepção dos moradores acima de 40 anos da cidade de Cambé--PR. 2018, 153 p. (Dissertação de (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?view=vtls000219712>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- CAMARGO, B. V., JUSTO, A. M. (2013). Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. In: **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- CAVALCANTE, S.; NÓBREGA, L. M. Espaço e lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. v.1, p.182-190.
- COSTA, A. B., ; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, S. H. Koller, ; PAULA, M. C. P. de Paula, ; COUTO, J. Couto & ; HOHENDORFF, V. Hohendorff (Orgs.), .). **Manual de Produção Científica**, (p. 55-70), Porto Alegre: Penso,. (2014). p. 55-70.
- CURITIBA. Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude. **Academia ao Ar Livre**. 3 dez. 2020. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/academia-ao-ar-livre/144>. Acesso em: 19/12/2020 25 jan. 2021.
- DMAIS. Vandalismo destrói um terço das academias ao ar livre. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 19 set. 2019. DCmais. Disponível em: <https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/vandalismo-destroi-um-terco-das-academias-ao-ar-livre>. Acesso em: 19 dez. 2020.

GOMES, I. S.; CAMINHA, I. O. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as ciências do movimento humano. **Movimento**, 2014, v. 20, n. 1, p. 395-411, jan./mar. 2014395-411. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/41542/28358>. Acesso em: 15 dez. 2020.

GUZZO JÚNIOR, C. C. EspeditoE.; SILVA, Weber W. Lucas L. Almeida. Academias ao ar livre em castanhal, uma opção de lazer e convívio social? O perfil e discurso do usuárioc. **Licere**, Belo Horizonte, v.22, n.4, p. 137-158, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/16264/13057>. Acesso em: 15 dez. 2020.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 de dezembro dez. 2020.

IBGE. **Práticas de esporte e atividade física**: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

KAMLER, Barbara, B.; THOMSON, Pat. (2015). Trabalhando com literaturas. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. (Org.) **Teoria e métodos de pesquisa social** (p. 45-55), editado por Bridget Somekh; Cathy Lewin. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 45-55.

MAGNANI, J. G. Antropologia Urbana: desafios e perspectivas. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 59, n. 3, p. 174-203, jan. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2016.124814>. Acesso em: 19 dez. 2020.

MAIA, M. L. **Proposta de um Instrumento para avaliação da qualidade do ambiente físico de academias ao ar livre**. 2018, (Dissertação de (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, Brasil. 2018. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-1374-5995>. Acesso em: 19 dez. 2020.

MANTA, S. W. (2017). **Espaços públicos e estruturas para atividade física no lazer em Florianópolis**: distribuição, qualidade e associação com a renda socioeconômica dos setores censitários. 2017, 134 p. (Dissertação (Mestrado em Educação Física)) – Centro de Desportos, UFSC, Florianópolis, SC, Brasil2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180531/348889.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MARANHO, Mariana M. Ciminelli. A qualidade de vida nos ambientes urbanos: parques e academias ao ar livre no município de Curitiba. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, v. 4, n. 46, p. 45-61, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://seer.utp.br/index.php/h/article/view/1054>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA FS, MARIANO SH, SILVA A, FERNANDES ÉAO *et al.* **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC** -- Região Metropolitana de Campinas. Curitiba: OPUS, 2007.

MIN, B., ; & LEE, J. Children's neighborhood place as a psychological and behavioral domain. **Journal of Environmental Psychology**, v. 1, n.26, p. 51-71, mar. 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272494406000235>. Acesso em: 17 dez. 2020.

NARDI, A. C. F. A. (2013). **A utilização das academias da terceira idade na promoção da saúde em Maringá-PR**. 2013, 56 p. (Dissertação de (Mestrado Profissional em Saúde Coletiva).) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil,. 2013. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12417/1/2013_AntonioCarlosFigueiredoNardi.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

NECA, Bruno B. David D. Rodrigues R.; RECHIA, Simone. Tarifa Domingueira. **Licere: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 23, n. 1, p. 582-613, mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/19803/16500>. Acesso em: 19 dez. 2020.

OLIVEIRA, D. M. **Exercitar-se conversando ou treinar focado: estudo sobre técnicas de si entre participantes de Academia ao ar livre e Academia de Ginástica e Musculação em Santa Maria – RS**. 2016, 120f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFSM, Santa Maria, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6279>. Acesso em: 15 dez. 2020.

PAULA, É. F. de. **Políticas públicas de esporte e lazer em Ponta Grossa/PR: representações sociais dos agentes públicos municipais vinculados à Fundação Municipal de Esportes**. [dissertação de m(Mestrado). em Ciências Sociais Aplicadas]. Ponta Grossa: – Universidade Estadual de Ponta Grossa; , Ponta Grossa, PR, 2018. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2460>. Acesso em: 19 dez. 2020.

PINHEIRO, W. L. **Perfil dos idosos usuários de academias ao ar livre para a terceira idade da cidade de Fortaleza, Ceará.** (2016). 92 p. (Dissertação de (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina da. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil, .2016. Disponível em: <https://1library.org/document/yd715j1y-perfil-idosos-usuarios-academias-terceira-cidade-fortaleza-ceara.html>. Acesso em: 15 dez. 2020.

PIRES, M. R. (2016). **Análise dos programas de atividade física dos municípios pertencentes à Microrregião de Saúde de Uberaba.** 2016. 120 p. (Dissertação de (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil2016. Disponível em: <http://bdtd.ufmt.edu.br/bitstream/tede/326/5/Dissert%20Marijunio%20R%20Pires.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

PONTA GROSSA. **Decreto n. 6.921, DE de 22/02/ de fevereiro de 2013.** Institui a Fundação Municipal de Esportes e Disciplina o seu Regimento Interno. Ponta Grossa-PR, 22 jul. 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/decreto/2013/693/6921/decreto-n-6921-2013-institui-a-fundacao-municipal-de-esportes-e-disciplina-o-seu-regimento-interno-2013-06-26-versao-consolidada>. Acesso em: 19/12/ dez. 2020.

PONTA GROSSA. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 7. Departamento de Compras - Divisão de Licitações. Ponta Grossa: Portal da transparência, nº 113, p. 1-9, 2011

PONTA GROSSA. DECRETO Nº 10.764, DE 20/11/2015. ABRE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 374.896,63. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/decreto/2015/1077/10764/decreto-n-10764-2015-abre-um-credito-adicional-suplementar-no-valor-de-r-374896-63?q=acad%EAmia>. Acesso em: 20/08/2021.

PONTA GROSSA. PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA: 05/2016. Aquisição eventual, através do sistema de registro de preços de academias ao ar livre. Disponível em: <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/31304>. Acesso em: 20/08/2021.

SANTIAGO, A. Vandalismo em academias ao ar livre gera prejuízo de R\$ 160 mil à Prefeitura de Ponta Grossa. **Prefeitura de Ponta Grossa.** 19

ago. 2019. Disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/44883>. Acesso em: 19 dez. 2020.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2013.

SARTORI, M. Saúde, esporte e lazer: Academias ao ar livre são instaladas em oito comunidades. **Prefeitura de Ponta Grossa**. 19 jul. 2017. Disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/35876>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

TRINDADE, C. S. **Academia ao ar livre e a percepção de qualidade de vida de idosos**. 2015, 135 p. (Dissertação de (Mestrado em Saúde na Comunidade).) – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.(, 2015). Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17139/tde-20072016-093722/pt-br.php>. Acesso em: 15 dez. 2020.

VERÍSSIMO, L. C. G. **O processo de construção em rede de políticas públicas na perspectiva da promoção da saúde**: a experiência do município de Maringá-PR. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, 2011, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/313831>. Acesso em: 15 dez. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

SEÇÃO II

PROGRAMAS INTEGRADOS DE ESPORTE E LAZER

A OFERTA DE PROGRAMAS DE ATIVIDADES ESPORTIVAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DO PARANÁ: SUBSÍDIOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Doralice Lange de Souza

Ruth Eugênia Amarante Cidade

Rafael Estevam Reis

Paulino Hykavei Junior

Arnaldo Scuissiato

Andria Watanabe de Godoy

Jackeline Colere

Décio Callegari (in memoriam)

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a oferta de projetos de atividade esportiva para as pessoas com deficiência - PCD, no estado do Paraná. Entendemos por PCD aqueles indivíduos cujos comprometimentos físicos, intelectuais ou sensoriais, associados a variáveis ambientais e sociais, têm sua autonomia, inclusão e participação em sociedade restringidas (BRASIL, 2014).

O Censo Demográfico de 2010 revelou que 23,9% da população brasileira tem algum tipo de deficiência. Entraram nesse levantamento pessoas com deficiência intelectual ou mental e pessoas com algum grau de dificuldade físico-motora, auditiva e visual (IBGE, 2012). Os dados do Censo, reanalisados posteriormente, também revelaram que 6,7% da população apresenta deficiência mental ou intelectual e/ou têm “muita dificuldade” ou “não conseguem de modo algum” enxergar, ouvir, andar ou subir degraus, e/ou ainda realizar atividades habituais, como trabalhar, ir à escola ou brincar (BOTELHO; PORCIÚNCULA, 2018).

Conforme o Capítulo 9 da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, artigo, 42, “a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer

em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso”. Também o artigo 43 desse mesmo capítulo versa que:

O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo, devendo:

I - incentivar a provisão de instrução, de treinamento e de recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;

II - assegurar acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades de que trata este artigo; e

III - assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Porém, será que as pessoas com deficiência de fato têm acesso à atividade esportiva? Visando responder a essa questão, desenvolvemos uma pesquisa que tem como objetivo geral levantar e traçar o perfil de projetos destinados a esse tipo de atividade para pessoas com deficiência física, auditiva, visual e intelectual no estado do Paraná¹ e desenvolver e disponibilizar uma base de dados interativa para o público, com dados a respeito desses programas. Temos como objetivos específicos: 1) mapear as instituições que oferecem atividades esportivas; 2) identificar os tipos de deficiência atendidas; 3) levantar a faixa etária do público alvo; 4) verificar o número de participantes; 5) identificar a natureza das atividades oferecidas; 6) mapear as atividades oferecidas; 7) analisar as formas de organização das entidades; 8) desenvolver uma base de dados interativa para hospedar informações sobre a oferta de atividades esportivas para consulta pública. Para fins do presente artigo, dados os limites de espaço, nos deteremos apenas aos objetivos 1, 2, 3, 4 e 5. Exploraremos os demais objetivos em futuras publicações.

O levantamento e análise de dados mencionados acima, por exemplo, a constatação da falta da oferta de atividades esportivas e/ou de determinadas modalidades esportivas em determinadas localidades poderá servir como subsídio para o desenvolvimento de políticas públicas para a melhoria das atividades

¹ Não levantamos dados relativos ao que o IBGE denominou de *deficiência mental*, o que muitos hoje chamariam de *transtorno mental*.

existentes e/ou para o desenvolvimento de novas atividades em áreas e locais mais estratégicos e mais necessitados do esporte adaptado. A disponibilização da base de dados² poderá servir de subsídio para novas pesquisas sobre a temática, para o desenvolvimento do trabalho de gestores e para a população em geral que deseja informar-se acerca da disponibilidade de programas de atividade física e esporte adaptado em seu município e estado. De um modo geral, a pesquisa como um todo pode dar suporte ao desenvolvimento do esporte para pessoas com deficiência.

METODOLOGIA

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá, por meio do parecer n. 3.557.222. Fizeram parte do universo da pesquisa as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e demais escolas especiais conveniadas com o estado do Paraná. Fizeram também parte desse universo todas as instituições que possivelmente ofereciam esporte para PCD, conforme informações obtidas em diferentes fontes, tais como explicaremos a seguir. Não fizeram parte do escopo do estudo projetos desenvolvidos por universidades, prefeituras e pelos governos estadual e federal. Esses projetos serão alvo de um futuro projeto de pesquisa, lembrando que muitos deles são desenvolvidos em parceria com instituições que ofertam esporte adaptado. Estas, por sua vez, entraram no escopo da pesquisa.

O levantamento das instituições envolveu os seguintes procedimentos:

- Identificação das escolas especiais no *site* da Secretaria da Educação e do Esporte do estado do Paraná³.
- Levantamento das APAEs no *site* da Federação Nacional das APAEs⁴.
- Mapeamento das instituições filiadas ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) no *site* dessa instituição⁵.
- Levantamento em *sites* de confederações e federações que oferecem o esporte adaptado.

² Essa base será hospedada no site do projeto: rededespr.org

³ Constante em: consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolasjava/pages/paginas/informacoes/consultasRelacaoEscolas.jsf?windowId=179

⁴ Endereço do *site*: <https://www.apaep.org.br/>

⁵ Endereço do *site*: <https://www.cpb.org.br/>

- Levantamento de informações via contatos pessoais dos pesquisadores (gestores, professores e pesquisadores que trabalham com o esporte adaptado).
- Levantamento em listas de participantes finalistas em campeonatos envolvendo o esporte adaptado no estado do Paraná.
- Busca no Google, utilizando termos e conjunções de termos tais como *Paraná, esporte adaptado, esporte paraolímpico, esporte paralímpico, paradesporto, associação, clube*.

Vale destacar que em nossa busca utilizamos os termos *paralímpico* e *paraolímpico*, uma vez que ambos vêm sendo utilizados no país. Porém, em respeito às normas da língua portuguesa, para fins deste trabalho, optamos pelo termo *paraolímpico*, exceto nos casos em que se trata de nomes próprios (ex.: Comitê Paralímpico e Jogos Paralímpicos).

Após a identificação das instituições que possivelmente ofereciam o esporte adaptado, buscamos seus contatos nas suas páginas na internet ou redes sociais (Instagram e Facebook). Quanto ao questionário para o levantamento de dados, ele continha questões fechadas e abertas e foi desenvolvido com base no objetivo geral e objetivos específicos do estudo. Utilizamos a plataforma do Google Forms para a coleta das respostas. Enviamos o convite para participação na pesquisa, o *link* para o questionário e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) via *e-mail* para todas as instituições. Quando não obtivemos resposta, entramos também em contato por meio de ligações telefônicas, WhatsApp, Instagram, Facebook ou contato com conhecidos que tinham acesso às instituições. Em muitos casos, usamos esses meios várias vezes, na tentativa de obtenção de resposta.

Encerramos a coleta dos dados para o presente artigo em 4 de outubro de 2020. Os números que aqui apresentaremos poderão mudar no futuro, em função de fatores tais como credenciamento ou descredenciamento de instituições nos *sites* de entidades esportivas e da Secretaria do Esporte e Cultura; registro das instituições em plataformas digitais que permitem sua localização via mecanismos de buscas, tais como o Google; aumento na taxa de devolução dos questionários preenchidos.

RESULTADOS

Informações gerais

Em relação ao universo do estudo, e mais especificamente, em relação às instituições formais de ensino fundamental e médio que fizeram parte do estudo, faz-se importante esclarecer que o sistema educacional brasileiro há até pouco tempo atrás ofertava basicamente dois tipos de escola: a escola regular e a escola especial. Em 2008, entrou em vigor o que ficou conhecido como *Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008), com o objetivo de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminassem as barreiras para a plena participação dos alunos com deficiência (física, intelectual e sensoriais), com superdotação ou altas habilidades e com transtornos do espectro autista (TEA). Desde então, o sistema escolar vem sofrendo modificações para atender a esses alunos. As escolas regulares passaram a acolher os alunos com deficiência e a dispor de recursos para promover o processo de inclusão.

Em 2011, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná publicou a Resolução 3600/2011 - GS/SEED, autorizando a alteração das escolas especiais para “Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial” nos níveis de educação infantil, ensino fundamental, educação profissional/formação inicial. A partir da autorização de funcionamento, as escolas especiais, incluindo as escolas mantidas pelas APAEs, passaram a ser integradas ao Sistema Estadual de Ensino (PARANÁ, 2011). Vale ressaltar, no entanto, que no dia 30 de setembro de 2020, entrou em vigor o Decreto 10.502/2020 (BRASIL, 2020) que institui a *Política de Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida* com foco no atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes e escolas regulares inclusivas, classes e escolas especializadas. Esse novo decreto está sendo analisado e discutido pela sociedade civil organizada. Não sabemos ainda o impacto dessa nova legislação no sistema educacional e na oferta de atividades esportivas adaptadas.

Fazem parte do universo do estudo 407 escolas especiais conveniadas com a Secretaria da Educação e do Esporte do Estado do Paraná, conforme o

site dessa instituição⁶ em outubro de 2020. Dentre elas, 323 são mantidas pelas APAEs. Entraram também outras 105 instituições não escolares que, com base em informações levantadas nas diferentes fontes consultadas, ofereciam ou potencialmente ofereciam atividades esportivas adaptadas.

Obtivemos uma boa taxa de resposta ao questionário por parte das escolas mantidas pelas APAEs, graças ao apoio da Coordenadoria de Educação Física, Desporto e Lazer da Federação das APAEs do Paraná. Essa coordenadoria enviou o questionário diretamente para os professores de Educação Física. Na falta de resposta aos questionários, os reenviou diretamente para os responsáveis pelas APAEs. Já no caso das escolas não apaeanas, 84 ao todo, obtivemos apenas 19 respostas, o que provavelmente ocorreu devido ao seu fechamento temporário em função da pandemia da covid-19. Dentre essas 19 escolas, apenas seis afirmaram oferecer atividades esportivas. Para nos certificarmos da oferta por outro meio que não o questionário, ligamos para cada uma das escolas que não responderam ao questionário, conseguindo contato com 48. Dentre estas, 17 afirmaram oferecer atividades esportivas no contraturno e 31 disseram que não oferecem. Como essas escolas não responderam aos questionários e os dados coletados via telefônica não são oficiais, essas instituições não serão computadas na presente análise.

Considerando a participação massiva das APAEs na pesquisa e as características únicas dessas instituições, os dados que dizem respeito a elas serão apresentados separadamente. Ou seja, dividimos a apresentação dos dados em dois segmentos: APAEs e entidades. Estas últimas incluem clubes, associações, institutos, centros de atendimento e as escolas de ensino fundamental e médio dedicadas à educação especial.

Das 302 APAEs que retornaram o questionário, 70 afirmaram oferecer atividades de esporte adaptado, além das aulas de Educação Física no contraturno e/ou finais de semana. Das 189 entidades que participaram do estudo (105 instituições e 84 escolas não apaeanas), 38 confirmaram, via preenchimento de questionários, que oferecem atividades esportivas. A soma dos dados relativos às APAEs e entidades que responderam aos questionários revelam que elas

⁶O endereço do site é: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/paginas/informacoes/consultasRelacaoEscolas.jsf?windowId=179>.

atendem ao todo 7.397 pessoas. As APAEs atendem 4.714 pessoas. Já as demais entidades, 2.683.

Quadro 1 – Número de instituições que participaram do estudo e que oferecem atividades esportivas adaptadas para PCD e número de pessoas atendidas.

Quantidade de instituições que participaram do estudo	518
APAE	329
Entidade (Instituições esportivas/centros de atendimento/escolas não apaeanas)	189
Quantidade de instituições que responderam	340
APAE	302
Entidade (Instituições esportivas/centros de atendimento/escolas não apaeanas)	38
Quantidade de instituições que responderam e que ofereceram atividades	106
APAE	70
Entidade (Instituições esportivas/centros de atendimento/escolas não apaeanas)	36
Total de participantes nas atividades	7.397
APAE	4.714
Entidade (Instituições esportivas/centros de atendimento/escolas não apaeanas)	2.683

Fonte: Autores (2020).

A oferta por cidade e por instituição

De acordo com estimativas do IBGE, a população do estado do Paraná em 2019 era estimada em 11.433.957 habitantes (IBGE, 2019). Se considerarmos que 6,7% da população brasileira apresenta deficiência (BOTELHO; PORCIÚNCULA, 2018), quando aplicamos essa percentagem à população do Paraná, podemos inferir que aproximadamente 766.075,119 pessoas no estado apresentam deficiência. As instituições que participaram deste estudo e que responderam ao questionário atendem ao todo 7.397 pessoas, o que corresponde a aproximadamente 0,96% da população com deficiência no estado.

Dos 399 municípios do Estado do Paraná, 78 oferecem atividades esportivas. Entre eles, 65 são atendidas apenas por APAEs, 4 são atendidas por APAEs e

outras instituições, e apenas 9 são atendidas exclusivamente por entidades não apaeanas. Ou seja, sem computarmos as APAEs, a oferta se restringe a apenas 13 municípios. Os nomes das cidades podem ser verificados a seguir, no quadro 2.

Quadro 2 - Cidades, entidades e tipo(s) de deficiência(s) atendida(s)

Cidade	Entidade	D A	D F	D I	D M	D V
Campo Largo	Associação dos Deficientes Físicos de Campo Largo - ADFCL	X	X	X	X	X
Campo Largo	Clube de Futebol Adaptado	X	X	X	X	X
Campo Largo	Associação Erceana Campolarguense			X	X	
Cascavel	Associação dos Paratletas de Cascavel - APAC	X	X	X	X	
Castro	Associação de Deficientes Físicos de Castro		X		X	
Colombo	Associação Colombense de Deficientes Visuais - ACDEV					X
Curitiba	Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - APABB	X	X	X	X	X
Curitiba	Associação dos Deficientes Físicos do Paraná - ADFP		X			
Curitiba	Associação Esportiva dos DV do Estado do PR - AEDV-PR					X
Curitiba	Centro de Atendimento Educacional Especializado Professor Osny Macedo Saldanha do Instituto Paranaense de Cegos - IPC		X			X
Curitiba	Clube de Regatas Curitiba		X	X	X	
Curitiba	Escola Especializada Primavera - EEP		X	X	X	
Curitiba	Instituto de Promoção do Paradesporto – IPP Brasil		X			
Curitiba	Saúde Esporte Sociedade Esportiva		X			
Curitiba	Associação Além da Visão					X
Curitiba	Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial - AFECE		X	X	X	
Foz do Iguaçu	Instituto do Atletismo de Foz do Iguaçu			X	X	X
Guarapuava	Associação dos Deficientes Físicos de Guarapuava - ADFG		X		X	

continua

conclusão

Cidade	Entidade	D A	D F	D I	D M	D V
Londrina	Instituto Pernas Preciosas / APVE (nome antigo)	X	X	X		X
Londrina	Instituto Roberto Miranda					X
Londrina	Instituto Londrinense de Ed. para Crianças Excepcionais - ILECE		X	X		
Londrina	Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Síndrome de Down			X		
Maringá	Assama		X			
Maringá	Associação dos Surdos de Maringá - Asumar	X				
Maringá	Associação Maringaense de Badminton e Parabadminton - AMPM		X			
Maringá	Associação Maringaense dos Autistas - AMA (Escola Leo Kanner)				X	
Maringá	Instituto Terezinha Guilhermina		X	X	X	X
Maringá	União Metropolitana Paradesportiva de Maringá		X	X		X
Medianeira	Associação Medianeirense de Atendimento Especializado, Reabilitação e Assistência à Criança e ao Adolescente - AMOA		X	X	X	
Paranaguá	Associação de Voleibol Paraolímpica do Litoral - AVPL		X			
Ponta Grossa	Associação de Pais e Amigos do Deficiente Visual - Apadevi				X	X
Ponta Grossa	Associação Paranaense de Equoterapia e Inclusão Equestre - APEIE	X	X	X	X	X
Ponta Grossa	Associação Pontagrossense de Emancipação para Deficientes - Apedef		X	X		X
Ponta Grossa	Escola Maria Dolores (Instituto Duque de Caxias - IEDC)				X	
Ponta Grossa	Escola Bilíngue para Surdos Geny de Jesus Souza Ribas	X	X	X	X	X
União da Vitória	Associação Municipal dos DF de União da Vitória-Amdefuv		X	X		X

Siglas: deficiência auditiva (DA); deficiência física (DF); deficiência intelectual (DI), deficiências múltiplas (DM) e deficiência visual (DV).

Fonte: Autores (2020).

As APAEs são fruto de uma ação pioneira no Brasil para prestar apoio às famílias e assistência terapêutica às pessoas com deficiência intelectual. Elas mantêm vários programas no atendimento à PCD. O movimento apaeano começou no Brasil em 1954 e foi instituída no Paraná em 1962. Hoje se faz presente em 329 dos 399 municípios do Estado, oferecendo vários programas no atendimento à pessoa com deficiência intelectual e outras deficiências associadas.

No Paraná o movimento é organizado em uma Federação Estadual. Trinta conselhos regionais atendem e auxiliam o funcionamento de 329 APAEs e 17 instituições coirmãs (instituições que firmaram parcerias com as Federações das APAEs). A missão do movimento é promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o movimento perante organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas APAEs e análogas (coirmãs), na perspectiva da inclusão social de seus usuários. Dentro da organização geral do movimento no Paraná, as APAEs oferecem vários programas de atendimento à PCD, atendendo em torno de 41.000 pessoas com deficiência intelectual (DI) e múltipla (DM) (FNA, 2019).

As 70 APAEs que responderam ao questionário e que oferecem atividade esportiva de forma extracurricular atendem às pessoas com DI e DM em 69 municípios do estado do Paraná. O quadro 3 lista as cidades onde elas se localizam, assim como demonstra os tipos de deficiência por elas atendidas.

Quadro 3 – Instituições, cidades e tipo de deficiência(s) atendida(s) nas atividades esportivas extracurriculares oferecidas pelas APAEs

APAE	D A	D F	D I	D M	D V
Apae de Agudos do Sul (Escola Israel Camargo)		X	X	X	X
Apae de Alvorada do Sul (Escola de Ed. Básica Celso Heinzen na Mod. de Ed. Especial)		X	X	X	
Apae de Antonina (Escola Joana Camargo de Machado)		X	X	X	
Apae de Apucarana (Escola José Antonio Menegazzo)			X	X	
Apae de Arapongas (Escola de Educação Especial Lions Clube Arapongas)			X	X	
Apae de Arapoti (Escola Rafael Ribeiro de Lara)			X	X	
Apae de Assaí (Escola Dra Zilda Arns)	X	X	X	X	X
Apae de Assis Chateaubriand (Escola Ternura)		X	X	X	

continua

continuação

APAE	D A	D F	D I	D M	D V
Apae de Barracão (Escola Novos Horizontes)	X		X	X	X
Apae de Bela Vista do Paraíso (Escola Maria Mendes Valente)			X	X	
Apae de Bom Jesus do Sul (Escola Zilda Arns)	X	X	X	X	
Apae de Braganey (Escola Raios de Sol)			X	X	
Apae de Candói (Escola Renascer)	X	X	X	X	X
Apae de Carlópolis (Escola Edwirges Benedito do Amaral)	X	X	X	X	
Apae de Cascavel			X	X	
Apae de Chopinzinho (Escola Professora Thereza Furigo)		X	X	X	
Apae de Clevelândia (Escola Clevelândia)			X	X	
Apae de Coronel Domingos Soares (Escola Elenita Almeida Ferreira)			X	X	
Apae de Cruzeiro do Oeste (Escola Irmã Ana Tomczak)		X	X	X	
Apae de Dois Vizinhos (Escola de Instituição Especializada Colibri)	X	X	X	X	X
Apae de Figueira (Escola Professora Maria Celeste de Araujo)			X	X	
Apae de Francisco Beltrão (Escola Antônio Lúcio Duarte Filho)		X	X	X	
Apae de Goioerê (Escola Padre Anchieta)			X	X	
Apae de Guaraci (Escola Estadual Rafael de Oliveira)		X	X	X	
Apae de Guarapuava (Anne Sullivan)		X	X	X	
Apae de Ibema (Escola Jean Marc Itard)			X	X	
Apae de Ibiporã (Escola João XXIII)			X	X	
Apae de Imbituva (Escola Professora Rosalina Izabel Pugsley)			X	X	
Apae de Itaguajé (Escola Rafael Costa da Rocha)			X	X	
Apae de Jaguariaíva (Escola São Judas Tadeu)		X	X	X	
Apae de Laranjeiras do Sul (Escola Nélci Felini)	X	X	X	X	X
Apae de Londrina (Escola Santa Rita)	X	X	X	X	X
Apae de Mandaguaçu (Escola Pelicano)		X	X	X	
Apae de Manoel Ribas (Escola Rotariana Manoel Ribas)	X	X	X	X	X
Apae de Mariópolis (Escola União)	X	X	X	X	
Apae de Nova Fátima (Escola Fatimense)		X	X	X	X
Apae de Palmas (Escola Sinhata Vianna)	X	X	X	X	X

continua

continuação

APAE	D A	D F	D I	D M	D V
Apae de Palmeira (Escola Ernesto de Oliveira)			X	X	
Apae de Palotina (Escola Rouxinol)	X	X	X	X	
Apae de Paranavaí (Escola Carmem Lúcia Rauen Lopes)			X	X	
Apae de Paula Freitas (Escola Alana Maria Mendes de Araújo)		X	X	X	
Apae de Pérola (Escola 19 de Junho)			X	X	
Apae de Pinhais (Escola Padre Ramiro)			X	X	
Apae de Pinhão (Escola Desembargador Leandro Freitas de Oliveira)		X	X	X	X
Apae de Piraí do Sul (Porta da Esperança)			X	X	
Apae de Planaltina do Paraná (Escola Padre José Sazami Kumagawa)	X	X	X	X	X
Apae de Primeiro de Maio (Escola Vera Vianna Baptista)	X	X	X	X	X
Apae de Prudentópolis (Escola Espaço e Vida)			X	X	
Apae de Quedas do Iguaçu (Escola Elvira Andreghetto Severgnini)		X	X	X	
Apae de Rebouças (Escola de Rebouças)		X	X	X	
Apae de Sabáudia (Escola Estrela da Vida)			X	X	
Apae de Santa Cruz de Monte Castelo (Escola Maria do Rosário Torre)	X	X	X	X	X
Apae de Santa Fé (Escola Novo Amanhecer)		X	X	X	X
Apae de Santa Isabel do Ivaí (Escola Professora Florinda Martins Bruno)			X	X	
Apae de Santana do Itararé (Escola Pequeno Miltinho)		X	X	X	X
Apae de São Jerônimo da Serra (Escola Prefeito João Maria Proença)		X	X	X	X
Apae de São João (Escola Novo Mundo)	X	X	X	X	X
Apae de São José dos Pinhais (Escola Amor Perfeito)	X	X	X	X	X
Apae de São José dos Pinhais (Escola Amor Perfeito - Costeira)	X	X	X	X	X
Apae de São Sebastião da Amoreira (Escola Professor Elias Abrahão)	X	X	X	X	X
Apae de Sarandi (Escola Luiz Bifon)	X	X	X	X	X
Apae de Saudade do Iguaçu (Escola Daisi Trento)	X	X	X	X	
Apae de Sertanópolis (Escola César Soriane)		X	X	X	X
Apae de Siqueira Campos (Escola Antônio Paulo de Souza)		X	X	X	
Apae de Tapira (Escola Roberto Farias da Silva)		X	X	X	
Apae de Terra Boa (Escola João Paulo II)	X	X	X	X	X

continua

conclusão

APAE	D A	D F	D I	D M	D V
Apae de Toledo (Escola Bem-Me-Quer)			X	X	
Apae de Umuarama (Escola Nice Braga)		X	X	X	
Apae de União da Vitória (Escola Hilda Adamio Roveda)			X	X	
Apae de Vitorino (Escola 7 de Abril)			X	X	

Fonte: Autores (2020).

Ainda que as APAEs atendam a um número significativo de pessoas (4.714) em atividades esportivas, quando comparado ao número de indivíduos atendidos por outras instituições (2.742), se considerarmos o universo de pessoas por elas atendidas (41.000), a oferta é limitada. Existe uma carência de profissionais que possam realizar esse tipo de atendimento. Os professores que atuam nessas instituições podem ser do Quadro Próprio do Magistério (QPM) do Estado do Paraná, ser cedidos pelas Secretarias Municipais de Educação, ou podem ser contratados pela própria instituição recebendo valores firmados por um convênio com a Secretaria da Educação e do Esporte. Eles podem ainda ser empregados diretamente com recursos próprios da APAE. Todos os professores contratados ou cedidos por meio de recursos públicos se dedicam à Educação Física como componente curricular, de acordo com as normas da Educação Básica, conforme a Resolução 3600/2011 (PARANÁ, 2011). As escolas mantidas pelas APAEs não são beneficiadas com o Programa Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo (AETE), que paga horas de treinamento para profissionais de Educação Física, por não ofertarem a modalidade Educação Integral em Turno Complementar, situação requerida pela Instrução Normativa 05/2018 SUED/SEED (PARANÁ, 2018). Consequentemente, apenas professores voluntários ou contratados com recursos próprios das APAEs atuam no contraturno e/ou finais de semana nessas instituições.

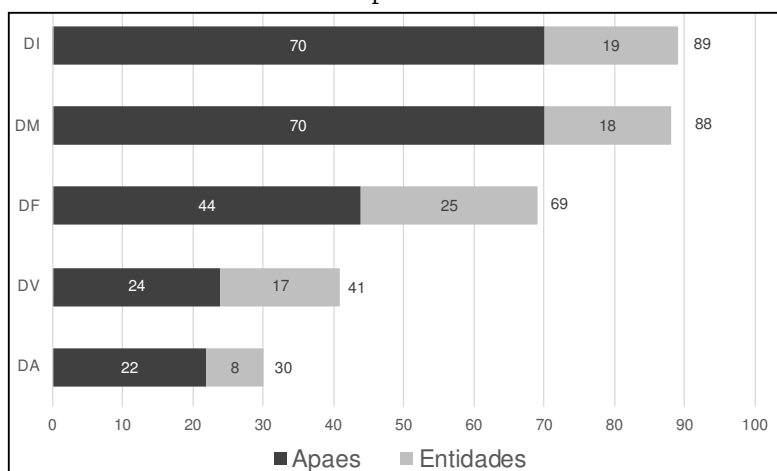
A oferta por tipos de deficiência

Segundo o Censo de 2010, do IBGE, 1,4 % da população brasileira tem deficiência mental ou intelectual permanente que limitam “as suas atividades habituais como trabalhar, ir à escola, brincar, etc.” (BOTELHO; PORCIÚNCULA,

2018). Note que o IBGE utilizou o termo mental/intelectual em seu instrumento de coleta de dados. Ele incluiu nessa categoria pessoas com transtorno do aspecto autista, neurose, psicose e esquizofrenia. Como esse levantamento não separou deficiência intelectual de transtornos mentais, não sabemos ao certo a percentagem exata de pessoas com deficiência intelectual no país ou no estado do Paraná. Também de acordo com o IBGE (BOTELHO; PORCIÚNCULA, 2018), 3,4% da população apresenta deficiência visual, 2,3 % deficiência física/motora e 1,1% deficiência auditiva permanentes que lhes causam “muita dificuldade” ou “não conseguem de modo algum” enxergar, ouvir, andar ou subir degraus, e/ou realizar atividades habituais como trabalhar, ir à escola ou brincar, dentre outras tarefas.

Conforme o gráfico 1, a seguir, 89 instituições atendem a pessoas com DI, 88 atendem a pessoas com DM, 69 atendem a pessoas com DF, 41 atendem a pessoas com DV e 30 atendem a pessoas com DA. Ressaltamos, no entanto, que, como as instituições tiveram a oportunidade de marcar uma ou mais alternativas, é possível que algumas delas tenham deixado de assinalar algumas opções por entenderem que, ao assinalar *deficiências múltiplas*, outros tipos de deficiência estariam contemplados. Esse tipo de problema pode ter sido minimizado, no entanto, considerando que o item *DM* era o último da lista.

Gráfico 1 - Tipos de deficiência



Fonte: Autores (2020).

Todas as 70 APAEs que oferecem atividades esportivas de forma extracurricular atendem a pessoas com DI e DM. No caso das demais entidades,

19 atendem a pessoas com DI e 18 com DM. Embora, conforme os dados do IBGE, não haja uma prevalência de DI em relação a outros tipos de deficiência (BOTELHO; PORCIÚNCULA, 2018), os nossos dados nos levam a inferir que no Paraná a oferta de atividades esportivas para DI e DM é expressiva em relação aos outros tipos de deficiência. Isso, por sua vez, está correlacionado à oferta das APAEs.

Quarenta e quatro APAEs⁷ e 25 outras entidades afirmaram oferecer atividades esportivas para pessoas com DF. A oferta de atividades para pessoas com esse tipo de deficiência tende a sobressair em relação à oferta para pessoas com DV e DA, provavelmente devido à organização do movimento paraolímpico, que surgiu baseado numa proposta do neurocirurgião Ludwig Guttmann, para reabilitação de sequelados da Segunda Guerra Mundial, a partir de 1944, no Hospital Stoke Mondeville. O sucesso da implantação de sua filosofia de trabalho deu origem à organização dos primeiros Jogos de Stoke Mondeville, em julho de 1948, e os desdobramentos desse movimento culminaram na primeira edição dos Jogos Paralímpicos em 1960 (CIDADE; FREITAS, 2009).

A oferta de atividades esportivas adaptadas para pessoas com deficiência física nas instituições tende a focar em modalidades presentes em competições que envolvem o esporte paradesportivo, tendo em vista a participação em Jogos Oficiais do Estado (Escolares, da Juventude e Abertos) e competições do sistema paraolímpico. A Associação dos Deficientes Físicos do Paraná (ADFP), por exemplo, conforme consta em seu *site*⁸, oferece oito modalidades. Dentre elas, seis são paraolímpicas e se fazem presentes em Jogos Oficiais do Estado: bocha, esgrima paraolímpica, natação, atletismo, basquete em cadeira de rodas e tênis de mesa.

Vinte e quatro APAEs e 17 instituições afirmaram oferecer atividades esportivas para pessoas com DV. Esse tipo de deficiência se configura como perda total (cegueira) ou parcial da visão (baixa visão). Vinte e duas APAEs e 8 outras entidades não apaeanas afirmaram atender pessoas com DA.

A baixa oferta de atividades para pessoas com DA está provavelmente relacionada com o fato de que elas não participam em categorias específicas de jogos oficiais como Jogos Abertos, Jogos Escolares, PARAJAPS e Jogos Paralímpicos.

⁷ Talvez mais que 44 APAEs ofereçam atividades para pessoas com este tipo de deficiência, mas não apareceram no levantamento por terem marcado DM no formulário.

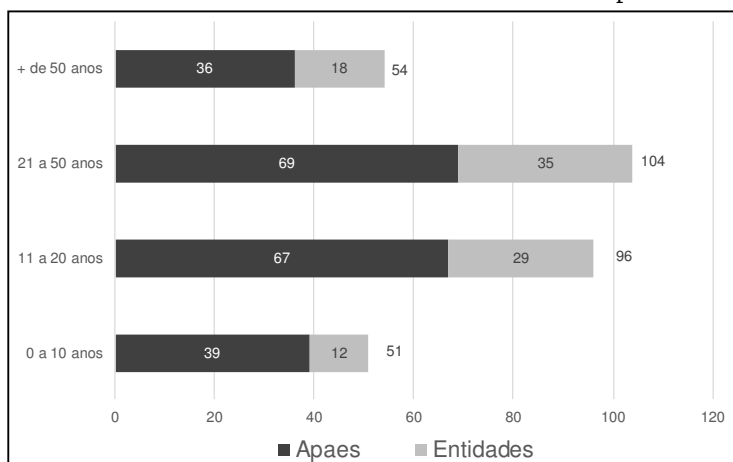
⁸ O endereço do *site*: <http://adfp.org.br>.

Em vários casos, a pessoa com deficiência auditiva compete junto com pessoas sem deficiência. Existe, no entanto, uma competição exclusiva para surdos denominada de Jogos Surdolímpicos ou *Deaflympics*, antigamente denominados de Jogos Silenciosos (CBDS, 2020). Vale ressaltar que uma parte da comunidade dos surdos não se considera como pessoa com deficiência, mas sim parte de uma minoria linguística e cultural. Sendo assim, nas competições de surdos, os esportes e as suas regras são idênticos às de atletas sem deficiência. Não há esportes especialmente dedicados a essa população. As únicas adaptações envolvem sinalização auditiva substituída por visuais. Para competir nos Jogos de Surdos, a exigência é que o surdoatleta tenha perda auditiva de pelo menos 55 decibéis no melhor ouvido (CBDS, 2020). Em acordo firmado em 2016 entre o Comitê Internacional de Esporte para Surdos - ICSD, Comitê Paralímpico Internacional - IPC e o Comitê Olímpico Internacional - IOC, o ICSD se desligou do IPC e do COI e não participa das Paraolimpíadas.

A oferta por faixas etárias

As 7.456 PCD atendidas pelas instituições participantes do estudo estão distribuídas em diferentes faixas etárias, a saber:

Gráfico 2 - Faixas etárias atendidas nas atividades esportivas



Fonte: Autores (2020).

Cinquenta e uma entidades oferecem atividades esportivas para PCD entre zero e dez anos de idade. A oferta aumenta tanto nas APAEs quanto nas demais

entidades para pessoas entre 11 e 50 anos. Caso um número maior de escolas tivesse respondido ao questionário, teríamos detectado um número maior de entidades que oferecem atividades para pessoas entre zero e 20 anos. Porém, ainda assim os nossos dados continuariam a contrastar, em certa medida, com os dados da pesquisa do IBGE (2017). Esse estudo demonstrou que o envolvimento com o esporte tende a cair significativamente com o processo de envelhecimento. O IBGE revelou, por exemplo, que 44% da população entre 15 a 17 anos, 27,5% entre 25 e 39 anos, 18,4% entre 40 a 59 anos, e 13,4% da população com mais de 60 anos pratica este tipo de atividade. Já os dados de nossa pesquisa revelam uma tendência diferente: a oferta do esporte adaptado tende a não cair com a idade até os 50 anos.

No caso da relativamente baixa oferta de atividades esportivas para o grupo de zero a dez anos, algumas hipóteses além da baixa taxa de respostas das escolas talvez possam explicar os dados: 1) Muitas famílias optam por estimular suas crianças em áreas que julgam ser prioritárias em relação ao esporte (por exemplo, desenvolvimento cognitivo ou reabilitação). Somente mais tarde procuram este último tipo de atividade. 2) Muitos pais ou responsáveis não sabem que PCD podem praticar atividades esportivas ou que existe oferta deste tipo de atividade em suas localidades. 3) Algumas famílias são superprotetoras e temem que esse tipo de atividade possa fazer mal para suas crianças. 4) As crianças mais novas dependem de um adulto para acompanhá-las até o local da prática e nem sempre elas podem contar com alguém que tenha disponibilidade para isso. 5) Muitas pessoas adquirem a deficiência no decorrer de suas vidas, e somente desde então se engajam em atividades esportivas adaptadas.

A oferta significativa de atividades esportivas para pessoas além dos 20 anos pode ser explicada em parte pelos fatores acima. Ela pode também ser parcialmente explicada pelo fato que as PCD tendem a permanecer no esporte de alto rendimento por mais tempo. Isso já foi constatado, por exemplo, no caso de modalidades tais como o golbol, bocha, atletismo, natação e judô (MAUERBERG-DECASTRO *et al.*, 2016). Ainda outro fator que interfere com a permanência no esporte é que, conforme apontam Patatas, de Bosscher e Legg (2018), o sistema de classificação funcional no esporte paraolímpico divide os atletas em diferentes classes. Isto, por sua vez, diminui a concorrência entre os atletas em uma mesma modalidade.

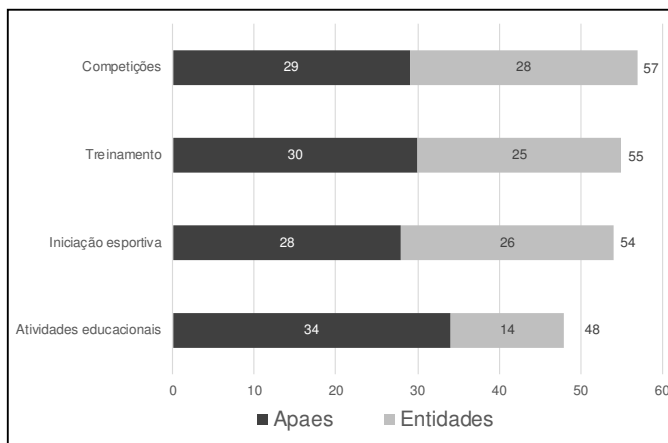
Tal como outros atletas, Ádria dos Santos é um exemplo de permanência no esporte a longo prazo. Ela participou com sucesso de quatro Paraolimpíadas (Seul, Barcelona, Atlanta e Pequim). Em 2013, ela anunciou oficialmente o encerramento de sua carreira, em que competia no atletismo em provas de velocidade. Em 2018, retornou aos Jogos Paralímpicos Universitários participando e vencendo no atletismo na prova de longa distância (1.500m), lançamento de disco e arremesso de peso (SILVEIRA, 2018). Numa entrevista em fevereiro de 2020, Ádria, com 46 anos, comentou estar se adaptando, treinando e competindo no ciclismo paraolímpico (CAMPOS; PETERS, 2020).

A oferta de competições paradesportivas pode estimular o desenvolvimento do paradesporto (PATATAS; DE BOSSCHER; LEGG, 2018). Sendo assim, podemos inferir que delimitações de faixa etária em grandes competições podem estimular – ou desestimular – investimentos na oferta e na procura de atividades esportivas. Nos Jogos Abertos Paradesportivos do Paraná (PARAJAPs), por exemplo, a idade mínima para participar é de 16 anos e não existe limite para a idade máxima (IPCE, 2019). A possibilidade de participar dessas competições pode motivar algumas entidades a investirem no desenvolvimento de atletas jovens adultos e mais velhos. No caso dos Jogos Escolares do Paraná (JEPs), até a sua última edição, podiam competir alunos desde os 12 anos (PARANÁ, 2019). Já o regulamento de 2020 (PARANÁ, 2020) manteve o limite mínimo em 12 anos. No entanto, diminuiu a idade máxima para 17 anos na modalidade de atletismo, o que impedirá que muitos alunos com deficiência intelectual participem da competição nesta modalidade. Este é o caso de alunos matriculados nas APAEs, que tendem a ficar até idades mais avançadas na instituição. Isso provavelmente irá desmotivar a oferta do atletismo para os alunos mais velhos nas APAEs.

Natureza das atividades ofertadas

A maioria das instituições se dedica ao treinamento e competições. Um número menor de instituições se dedica à iniciação esportiva e um número ainda menor a atividades educacionais, conforme se pode observar no gráfico 3, a seguir. Provavelmente, se mais escolas tivessem respondido o questionário, estes dados teriam uma configuração um pouco diferente.

Gráfico 3 – Natureza das atividades ofertadas



Fonte: Autores (2020).

O treinamento e a participação em competições são atividades que normalmente estão atreladas, ou seja, normalmente os atletas treinam com o propósito de competir. Também usualmente, aqueles que participam em competições treinam. Vale ressaltar, no entanto, que até pouco tempo atrás não era bem assim. Era comum observar pessoas que, mesmo sem muito treino, já começavam a participar de competições e que, sem terem passado por um processo bem estruturado e completo de iniciação esportiva e treinamento, logo se destacavam e não raramente passavam a receber incentivos financeiros e convocações para seleções nacionais (BERTOLDI *et al.*, 2018; CARDOSO *et al.*, 2019; MARQUES; GUTIERREZ, 2010).

A iniciação esportiva no movimento paradesportivo apresenta algumas especificidades. No caso do esporte convencional, a iniciação normalmente está associada a categorias de base e formação de jovens atletas. Isso também acontece no esporte adaptado. Neste último, no entanto, é comum encontrar pessoas que buscam o esporte já com idade mais avançada, querendo participar de competições o quanto antes visando a benefícios financeiros (bolsas) e profissionalização no esporte (CARDOSO *et al.*, 2019).

Existe também, no meio paradesportivo, o caso de indivíduos que adquirem a deficiência ao longo da vida (BERTOLDI *et al.*, 2018). Alguns deles já têm uma base esportiva, seja de fundo recreativo ou no alto rendimento. Outros nunca haviam se envolvido com a prática de modalidades esportivas. Em ambos

os casos, eles precisam passar por um processo de aprendizagem e adaptação no paradesporto, sendo que aqueles que já praticavam algum esporte tendem a ter mais facilidade nesse processo (MARQUES; GUTIERREZ, 2010). Conforme apontam vários estudos, a oferta de atividades esportivas e de boa qualidade na base é fundamental para o sucesso do desenvolvimento esportivo (DE BOSSCHER *et al.*, 2006; PATATAS; DE BOSSCHER; LEGG, 2018).

Os nossos dados revelam que a oferta de programas de iniciação esportiva ainda é escassa. Ela precisa, portanto, ser ampliada. Esses programas são fundamentais para que se possa garantir o processo de formação de crianças e jovens de forma progressiva, bem orientada e segura, o que consequentemente poderá gerar resultados esportivos melhores e mais consistentes no longo prazo. Se até recentemente, devido ao baixo número de competidores, aqueles que demonstrassem algum tipo de habilidade já passavam a participar de torneios e competições, sendo em alguns casos inclusive convidados a competir por mais de uma modalidade ao mesmo tempo (HAIACHI *et al.*, 2016; MARQUES; GUTIERREZ, 2010), isso hoje está se tornando mais difícil. O paradesporto de alto rendimento está se tornando cada vez mais competitivo. Para se destacar em uma modalidade, o atleta necessita, cada vez mais, de uma boa preparação de base, treinamento e suporte de uma equipe multidisciplinar que possa apoiá-lo no seu desenvolvimento na modalidade.

Apenas 34 APAEs e 14 entidades (incluindo as quatro escolas que responderam ao questionário) oferecem atividades esportivas de natureza educacional. Ainda que as escolas que não responderam ao questionário ofereçam esse tipo de atividade, a oferta ainda seria restrita, considerando o universo de entidades que participaram do estudo. A oferta do esporte de natureza educacional precisa ser ampliada. Essa oferta, conjuntamente com ações de conscientização sobre a importância do esporte em diferentes esferas da vida da PCD, poderia motivar maior adesão e aderência das crianças e adolescentes em atividades esportivas, seja para fins educacionais, lazer, reabilitação, saúde ou mesmo para alto rendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o universo desta pesquisa e as instituições que responderam ao questionário, concluímos que a oferta de atividades esportivas adaptadas para PCD no Paraná é limitada, atendendo apenas em torno de 1% da população com deficiência. Cento e seis instituições oferecem algum tipo de atividade, dentre as quais 70 são APAEs.

Dos 399 municípios paranaenses, 78 oferecem algum tipo de atividades esportivas para PCD, atendendo ao todo 7.397 pessoas. Sem as APAEs, as entidades atendem apenas a 13 municípios e 2.683 pessoas nestas atividades. Já as APAEs atendem a 69 municípios e 4.714 pessoas. As APAEs são as maiores responsáveis pela oferta de atividades esportivas para PCD no Estado.

Os tipos de deficiência mais contemplados por programas esportivos são DI e DM, a primeira atendida por 89 e a segunda por 88 instituições, sendo que, em ambos os casos, 70 são APAEs. Já a faixa etária mais contemplada é a de 21 a 50 anos. Tanto os tipos de deficiência quanto a faixa etária mais atendidas estão correlacionados à hegemonia das APAEs na oferta de atividades esportivas para PCD, uma vez que ela atende a pessoas de diferentes faixas etárias – incluindo as pessoas mais velhas – com DI e outras deficiências associadas. Considerando que 3,4% da população possui deficiência visual, 2,3% deficiência física ou motora, 1,4% deficiência mental/intelectual e 1,1% deficiência auditiva (BOTELHO; PORCIÚNCULA, 2018), fazem-se necessários mais incentivos para que a oferta de atividades esportivas para os diferentes tipos de deficiência seja melhor equacionada.

Somente 48 instituições (34 APAEs e 14 outras entidades) oferecem atividades de cunho educacional. Ou seja, a oferta de atividades dessa natureza é ainda limitada quando comparada à oferta de atividades de outra natureza como iniciação esportiva (54), treinamento (55) e competições (57). A oferta de atividades de cunho educacional precisa ser ampliada para que mais pessoas possam desenvolver o gosto pelo esporte e se envolver com ele a longo prazo tanto para fins recreativos quanto para a promoção da saúde. A oferta para iniciação esportiva precisa também ser ampliada, para que os atletas possam desenvolver uma base sólida no esporte e possam otimizar o seu desempenho e aumentar suas possibilidades de bons resultados a longo prazo.

Vale lembrar que o esporte paraolímpico enfrenta dificuldades adicionais às enfrentadas pelo esporte convencional e que precisam ser vencidas. Algumas delas são, por exemplo: barreiras de acessibilidade física; custos com equipamentos adaptados para a prática esportiva (por exemplo, cadeira de rodas, próteses e materiais especializados); custos com guias e acompanhantes para atletas que necessitam de alto grau de suporte devido a seu comprometimento; logística de transporte para atletas mais comprometidos; pouca oferta de competições de cunho recreativo que possam atrair mais PCD para a prática. Existem ainda outras barreiras que precisam ser enfrentadas, relacionadas à falta de conhecimento da sociedade e de profissionais do esporte em relação ao paradesporto e à capacidade das pessoas com deficiência de se envolverem com o mesmo (PATATAS; DE BOSSCHER; LEGG, 2018).

Este trabalho apresenta algumas limitações: 1) Talvez não tenhamos localizado todas as entidades que oferecem atividades esportivas, uma vez que algumas delas talvez não se façam presentes na internet ou possam não estar registradas no *site* das federações e confederações onde realizamos nossas buscas. 2) Não levantamos atividades esportivas desenvolvidas pelo Estado, prefeituras, faculdades e universidades. 3) Um grande número de escolas na modalidade de educação especial não respondeu os questionários. Essas questões conjuntamente afetaram os resultados aqui apresentados. Apesar dessas limitações, no entanto, os dados obtidos até então nos permitem concluir que o estado do Paraná precisa desenvolver e implementar políticas públicas que fomentem o aumento e melhor equacionem a oferta de atividades esportivas – bem como as condições para essa prática – para as pessoas de diferentes faixas etárias e com diferentes tipos e graus de deficiência. Conforme afirmamos anteriormente, conforme a Lei n. 13.146/2015 (BRASIL, 2015), o Estado precisa garantir o direito de acesso ao esporte por parte de PCD.

Para finalizar, esclarecemos que pretendemos dar continuidade à pesquisa, de forma a incluir as entidades que ficaram fora do estudo. Vale ressaltar, também, que pretendemos expandir a pesquisa e a base de dados para os outros estados da União. Estamos no momento buscando parecerias com pesquisadores e instituições esportivas nas diferentes regiões do país, para que isso seja possível.

REFERÊNCIAS

BERTOLDI, R. *et al.* Esporte Paralímpico e possíveis fatores determinantes do desempenho esportivo: estudo de caso. **Motricidade**, Ribeira da Pena, Portugal, v. 14, n. S1, p. 254-262, 2018. Disponível em: | <http://dx.doi.org/10.6063/motricidade.14610>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BOTELHO, L.; PORCIÚNCULA, K. Os desafios para a produção de indicadores sobre a pessoa com deficiência - ontem, hoje e amanhã. *In*: SIMÕES, A.; ATHIAS, L.; BOTELHO, L. (Org.). **Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais. Grupos populacionais específicos e uso do tempo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2018. p. 114-167.

BRASIL. **Decreto n. 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 7 jan. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2020.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). **Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: SNPD-SDR-PR, 2014.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 dez. 2020.

CAMPOS, B.; PETERS, R. Dona de 13 medalhas paralímpicas, Ádria Santos quer aumentar coleção como ciclista. **GE**, 20 fev. 2020. Joinville, SC. Disponível em: <https://ge.globo.com/paralimpiadas/noticia/dona-de-13-medalhas-paralimpicas-adria-santos-quer-aumentar-colecao-como-ciclista.gh.html>. Acesso em: 3 out. 2020.

CARDOSO, V. D. *et al.* Motivos para a continuidade de atletas no esporte paralímpico brasileiro. **Revista Iberoamericana de Psicología del Ejercicio y El Deporte**, Las Palmas de Gran Canaria, Espanha, v. 14, n. 1, p. 8-11, 2019. Disponível em: <https://www.riped-online.com/articles/reasons-for-continuity-of-athletes-in-brazilian-paralympic-sport.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Introdução à educação física adaptada para pessoas com deficiência**. Curitiba: UFPR, 2009.

CBDS - CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS DE SURDOS. **Paralimpíadas e surdolímpiadas. Por que os surdos não participam das Paralimpíadas?** Disponível em: <https://site.cbds.org.br/eventos/deaflympics/paralimpiadas-e-surdolimpiadas/>. Acesso em: 4 out. 2020.

DE BOSSCHER, V. *et al.* A conceptual framework for analysing sports policy factors leading to international sporting success. **European Sport Management Quarterly**, v. 6, n. 2, p. 185–215, 2006.

FNA - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **Documento norteador**. Brasília: Federação Nacional das APAES, 2019.

HAIACHI, M. de C. *et al.* Reflexões sobre a carreira do atleta paraolímpico brasileiro. **Ciencia e Saude Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 2999-3006, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.18512016>. Acesso em: 22 dez. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Práticas de Esporte e Atividade Física**. 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Cidades e estados: Paraná**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr.html>. Acesso em: 22 dez. 2020.

IPCE - INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE. **8º Jogos**

Abertos Paradesportivos do Paraná: Regulamento 2019. Curitiba:

IPCE, 2019. Disponível em: http://www.jogosabertos.pr.gov.br/arquivos/File/2019_parajaps_regulamento.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L. **O esporte paraolímpico no**

Brasil: profissionalismo, administração e classificação de atletas. São Paulo: Phorte Editora, 2010.

MAUERBERG-DECASTRO, E. M. *et al.* Fatores que afetam a carreira esportiva de alto rendimento do atleta com deficiência: uma análise crítica.

Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada,

Marília, SP, v. 17, n. 2, p. 23-30, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2674-8681.2016.v17n2.04.p23>. Acesso em: 22 dez. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução n. 3600/2011.** 18

ago. 2011. Disponível em: https://www.nre.seed.pr.gov.br/arquivos/File/toledo/ed_especial/legislacao/resolucao_3600_11.pdf. Acesso em: 19 dez. 2020.

PARANÁ. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Jogos Escolares do**

Paraná 2019. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2019.

PARANÁ. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Jogos Escolares do**

Paraná 2020. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2020.

PARANÁ. **Instrução Normativa n. 05/2018 – SUED/SEED, de 23**

de janeiro de 2018. Organização e funcionamento dos Programas de Atividades de Ampliação de Jornada Escolar que compõem a Educação Integral em Turno Complementar, ofertados nas instituições de ensino da rede pública estadual do Paraná. 23 ago. 2018. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/instrucao_052018.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

PATATAS, J. M.; DE BOSSCHER, V.; LEGG, D. Understanding parasport: an analysis of the differences between able-bodied and parasport from a sport policy perspective. **International Journal of Sport Policy**, Londres, ING., v. 10, n. 2, p. 235-254, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19406940.2017.1359649>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SILVEIRA, F. Em novas modalidades, Ádria Santos vence nos Jogos Paralímpicos Universitários. **O Mirante**, Joinville, 13 maio 2018. Disponível em: <https://omirantejoinville.com.br/2018/05/13/em-novas-modalidades-adria-santos-vence-nos-jogos-paralimpicos-universitarios/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E CULTURA DO LAZER COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL¹

Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires²

Morgana Claudia da Silva

Franciele Cristina

Cleusa Maria Irineu

Quando optamos por desenhar a pesquisa tendo como referencial as proximidades existentes entre as realidades da vulnerabilidade ambiental e vulnerabilidade social, o fizemos partindo do princípio de que a instituição, no imaginário social da cultura do lazer, por meio da implementação de políticas públicas sociais de lazer e esporte associadas a um processo de ressignificação das políticas de ocupação dos espaços urbanos, em especial os fundos de vale, seria a estratégia mais eficaz para o enfrentamento e superação daquelas vulnerabilidades e melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, as reflexões realizadas sobre a cidade, seu processo histórico de urbanização e a elaboração de seu plano diretor foram determinantes para a elaboração do planejamento da pesquisa. Portanto, colocar o *pensar a cidade* como primeira ação prática da pesquisa foi assumida como condição primária para que pudéssemos apreender as múltiplas determinações acerca do processo de ocupação dos espaços públicos da cidade e sua relação com as condições de vulnerabilidade ambiental e social existentes na cidade.

Aqui, destacamos que o olhar que lançamos sobre o problema de pesquisa procurando superar a marcante presença da visão binária, mesmo com alguns avanços já alcançados, que ainda predomina na área, sobre a temática da vulnerabilidade social e a busca de sua superação. Para tanto, forjamos nosso olhar

¹ Pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos sobre Educação Física, Esporte e Lazer – NEFEL, vinculado ao Centro de Educação Física e Esporte da Universidade Estadual de Londrina.

² Pesquisadores integrantes do Núcleo de Estudos sobre Educação Física, Esporte e Lazer – NEFEL.

na perspectiva de compreender o problema da pesquisa em sua complexidade e diversidade, o que nos levou a considerar relevante explicitar que o sentido da representação social instituída em nosso imaginário remete a ser a cidade um lugar saudável, democrático e direito de todos.

Os sentidos dessa representação se materializam no discurso que Gabo³ produz sobre a Macondo, a cidade imaginária que aparece em seu romance Cem Anos de Solidão, como um espaço público ocupado com base no princípio de ser a cidade um direito das pessoas, lugar em que teriam igual acesso a água, sombra, calor e luz, pois afinal foi planejada para ser a *cidade ideal*, porque fundada no princípio do *direito à cidade* como aspecto determinante no processo de produção e reprodução da ocupação dos espaços públicos. A cidade ideal, *cidade negadora* da realidade das cidades reais reflete a cidade como lugar de inclusão, acolhimento social, saudável e democrático.

Ao desenharmos a pesquisa, consideramos um conjunto de princípios e ideias, entre os quais destacamos; a) a representação da cidade como uma produção humana, síntese de processo histórico-social cumulativo, significando que ela porta marcas das intervenções pretéritas, ao mesmo tempo em que seu futuro é produzido na dinâmica das tramas do presente; b) os conteúdos das práticas sócio-espaciais dão forma e conteúdo ao pensar sobre a cidade; c) a cultura de lazer como uma das diretrizes para o enfrentamento das condições de vulnerabilidade ambiental e social; d) práticas de lazer e esporte, como práticas sociais, se materializam na qualidade de relações espaciais.

A pesquisa foca as tramas das relações dinâmicas que se estabelecem entre a maneira como se materializou a ocupação dos espaços públicos, em especial seus fundos de vale, e as questões referentes à vulnerabilidade ambiental, à vulnerabilidade social e ao desenvolvimento da cultura do lazer na cidade de Londrina, Paraná. Sua relevância está assentada nos seguintes características: a) apresentar como objeto de estudo a teia de relações existente entre as temáticas da vulnerabilidade ambiental, vulnerabilidade social e práticas de lazer e esporte; b) afirmar as políticas públicas de sociais de lazer e esporte como estratégia relevante ao enfrentamento das situações de vulnerabilidade ambiental e social; c) discutir as práticas de lazer e esporte associadas ao direito e à cidade; d) defender a cultura do lazer como um dos marcadores da agenda de elaboração

³Apelido de Gabriel García Márquez.

do planejamento urbano; e) ser palco para que as vozes dos atores da pesquisa sejam escutadas pelo poder público, no que diz respeito às suas lutas pelo acesso à práticas de lazer e esporte de qualidade.

A base teórica foi fundamentada nos princípios das teorias das representações sociais, análise do discurso, etnografia crítica e pesquisa participante. Seus conceitos básicos são: *vulnerabilidade ambiental*, *vulnerabilidade social*, *fundo de vale*, *cultura de lazer*, *socioespacialidade*, *espaços públicos*, *cidadania participativa*, *políticas públicas sociais* e *planejamento participativo*. O objetivo geral foi apresentar a implementação de políticas públicas sociais de lazer e esporte e a instituição da cultura do lazer como estratégias para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade ambiental e social, e os objetivos específicos: a) investigar como estão consignadas, no quadro das políticas públicas municipais, as práticas sociais esportivas e de lazer ; b) analisar as políticas públicas de ocupação dos fundos de vale. A população participante da pesquisa, neste momento, foi composta pelos ex-diretores-presidentes da Fundação de Esporte de Londrina – FEL. Os dados foram coletados por meio de entrevista não diretiva.

A opção por focarmos o objeto da pesquisa da perspectiva das políticas públicas sociais foi tomado em função do impacto que causam, direta ou indiretamente, na vida cotidiana das pessoas, na medida em que são implementadas com a finalidade de enfrentar as situações de pobreza, vulnerabilidades ambiental e social, bem como de servir de ferramenta para os grupos sociais nas lutas que travam, árdua e diariamente, para garantir, mesmo que de forma precária, uma existência de qualidade.

Para tanto, tomamos os dados do Sistema de Indicadores Sociais-SIS (IBGE, 2019) acerca da situação de extrema gravidade do cotidiano de pobreza e violência que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social estão vivendo, como indicador da urgência do poder público em apresentar respostas para as demandas básicas desses grupos sociais em situação de vulnerabilidade social e ambiental. Para garantir a esse grupo social “um padrão de vida digno e satisfatório”, a Organização das Nações Unidas - ONU, na Agenda 2030 (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável/ODS, de 25 de setembro de 2015), aponta que não basta garantir o acesso a uma “uma dieta balanceada, vestimentas adequadas, serviços de saúde e educação, dentre outros”, mas garantir lugares de moradia decentes, em espaços ambientalmente saudáveis e favoráveis

à produção de práticas socioafetivas, condições para “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos lugares” (ONU, 2015).

Posição bem parecida já havia sido adota pela Igreja Católica nos documentos Carta da Terra, que foi idealizada inicialmente pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1987, e depois fez parte das discussões da Cúpula da Terra, na EcoRio em 1992, a qual é uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global no século XXI, que seja, justa, sustentável e pacífica (ONU, 2000) e a Carta Encíclica *Laudato Si'* (FRANCISCO, 2015), nas quais se expõem críticas às condições ambientais, à vulnerabilidade ambiental e às suas relações com a situação de riscos em que pessoas no mundo estão vivendo. O foco dos três discursos está centrado no *pensar e viver a vida* em um mundo em que a relação entre natureza, sociedade e homem deve ser produzida buscando uma sociedade mais justa social, econômica e ecologicamente e pautada por condutas éticas, cidadãs e fundadas nos espíritos de sustentabilidade, liberdade, paz e justiça.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seus art. 6º e art. 225., afirma que a prática do lazer e o meio ambiente ecologicamente equilibrado são conquistas essenciais à qualidade de vida sadia, o que significa dever do poder público em garanti-los e defendê-los. Porém, na realidade das cidades, as pessoas vivem seu cotidiano em situação de risco e vulnerabilidades ambiental e social, que exigem do poder público ações rápidas que as retirem da invisibilidade econômica, educacional, social e política, condição determinante para que possam ter acesso aos direitos constitucionais fundamentais relativos à garantia de uma vida saudável, fundada nos princípios da dignidade e direitos humanos, rompendo com o ciclo vicioso que consolidaria continuarem a viver na invisibilidade e marginalizadas.

A realização da pesquisa se justifica, social e cientificamente, em função da possibilidade de resultados contribuírem para a implementação de políticas públicas sociais voltadas à promoção da cultura do lazer forjada nos princípios de uma formação cidadã, liberdade, igualdade, tolerância, não violência, direitos humanos, democracia e justiça social como estratégia de enfrentamento e superação da situação de vulnerabilidade ambiental e social das pessoas em situação de pobreza.

O campo da pesquisa é a cidade de Londrina, localizada na Região Norte paranaense. Administrativamente, é constituída por uma sede e oito distritos⁴, com população em torno de 569.733 habitantes⁵ (IBGE, 2019), é sede da Região Metropolitana (RMLO) formada por 25 municípios⁶. No campo da cultura, desenvolve festivais de artes cênicas, dança e música, possui museus, centros culturais, universidades e entidades sociais, recreativas e esportivas, reconhecidas nacional e internacionalmente, transformando a cidade em polo cultural regional. Seu Sistema Municipal de Educação está constituído por 84 unidades. Seu índice de escolarização de 6 a 14 anos é de 97,3% e de desenvolvimento humano é 0,778.

A cidade tem sua origem em 1922, com a implementação do governo estadual de um programa voltado à ocupação da região por meio da concessão de terras para empresas colonizadoras, estratégia desenvolvida pela Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da inglesa Paraná Plantations Ltda., e que impactou significativamente para o estabelecimento do processo de concentração da produção agrícola, principalmente café, expansões demográfica e de núcleos urbanos e aparecimento da classe média rural. Em 1934 foi criado o Município de Londrina, pelo Decreto Estadual n. 2.519, de 3 de dezembro de 1934 (AMORIM; STADLER, 2019, p. 254), o que significou a elaboração do plano urbanístico da cidade como estratégia de enfrentamento a desorganização e descontrole do processo de ocupação do território. A partir da década de 1960, a cidade passou por relevante desenvolvimento econômico centrado na agricultura, principalmente cafeicultura, o que a projetou como polo de investimento nacional e internacional. A potencialidade econômica da cidade foi alavancada pelo fato de ser uma das poucas cidades do interior brasileiro em que o poder público era responsável pelo setor de comunicações, com a criação do Serviço de Comunicação Telefônica de Londrina – SERCOMTEL⁷. A partir da década de 1970, o setor agrícola passou a atender a demanda do mercado externo, significando a criação dos primeiros polos agroindustriais, o que fez o poder público

⁴ Espírito Santo, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luiz e Warta.

⁵ Em termos populacionais é 2ª cidade do Paraná, 4ª do Sul e 38ª do país.

⁶ Composta pelos municípios Alvorada do Sul; Arapongas; Assaí; Bela Vista do Paraíso; Cambé; Centenário do Sul; Florestópolis; Guaraci; Ibiporã; Jaguapitã; Jataizinho; Londrina; Lupionópolis; Miraselva; Pitangueiras; Porecatu; Prado Ferreira; Primeiro de Maio; Rancho Alegre; Rolândia; Sabáudia; Sertaneja; Sertanópolis; Tamarana; Uraí e população de 1.101.595 habitantes (IBGE 2018).

⁷ Criada gestão Prefeito Hosken de Novaes, Lei Municipal n. 934, 10/1964, transformada em Autarquia Municipal, Lei Municipal n. 1.058/1966.

a elaborar o Plano Diretor Municipal para estabelecer as diretrizes do processo de ocupação urbana que passava por significativa aceleração.

Londrina ainda pode ser considerada uma cidade privilegiada em relação às questões ambientais, mesmo tendo passado por um processo de ocupação do território fundamentado em violento desmatamento da região, fazendo com que hoje tenha poucas áreas vegetais de sua formação natural⁸. Uma das estratégias para enfrentamento dessa situação de vulnerabilidade ambiental foi a transformação de seus fundos de vale em Áreas de Preservação Permanente – APPs, “faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 30 metros de largura, nos casos em que o rio apresentar uma distância de no máximo 10 metros entre suas margens” (SILVA JUNIOR *et al.*, 2010, p. 4), que só poderiam sofrer intervenção se isso colaborasse para sua preservação ou revitalização.

A aprovação do Estatuto das Cidades, Lei n. 10.257/2001 (BRASIL, 2008) levou à ressignificação de espaço público urbano e dos processos de sua ocupação, ao determinar que as cidades elaborassem e aprovassem seus planos diretores, que passariam a ser os instrumentos legal reguladores da política urbana municipal, bem afirmou a função social da propriedade como modelo conceitual orientador básico da ocupação territorial “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental [...]. A propriedade urbana, embora privada, deve ter uma função social”. (BRASIL, 2008). Conforme pode ser visto em:

Dessa perspectiva, o Plano Diretor será uma estratégia importante na garantia do princípio do “direito à cidade”, visto regular, da perspectiva da função social, a infraestrutura urbana, serviços públicos e espaços e equipamentos para as práticas de lazer, dentre outras ações, condições primárias para que a cidade possa ser um lugar democrático, inclusivo, equilibrado, sustentável, promovendo e garantindo as pessoas boa qualidade de vida ao enfrentar o crescimento desenfreado, por meio de políticas de distribuição mais justa dos custos e benefícios do seu processo de urbanização. Mas, sempre é bom não esquecermos que diretrizes urbanas

⁸ Reservas ambientais da mata pluvial tropical e subtropical, conhecidas como Reservas Floresta Estadual da Mata dos Godoy e Reserva Indígena do Apucarantina.

sempre existirão, “[...] a diferença é que com o plano diretor elas ficam explícitas, disponíveis ao cidadão para criticar, compreender e atuar sob ‘regras do jogo’ bem definidas.” (PRIETO; MENEZES; CALEGARI, 2017, n.p.).

Em Londrina, o gestor público, desde 1988, com a aprovação do Plano Diretor Participativo Municipal - PDPML passou a administrar o processo de ocupação e expansão do território, tendo como diretrizes:

área institucional ou destinada a equipamento comunitário é aquela reservada [para] edificações e instalação de equipamentos para fins específicos de utilidade pública, tais como educação, cultura, saúde e segurança, voltados ao atendimento às necessidades básicas da população, [...] áreas especiais de fundo de vale [...] equipamentos comunitários são equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e administração pública [...]. (LONDRINA, 2008).

O Estatuto das Cidades, associado ao PDPML, ao tornar mais adequado e ordenado o uso do território, colaborou no enfrentamento das situações de vulnerabilidades ambiental e social, fez com que o gestor colocasse as questões ambientais como um dos aspectos centrais do plano de desenvolvimento sustentável do município, considerando os:

[...] contextos físico-biológico, socioeconômico e cultural, [...] promoção humana e a qualidade de vida da população por meio do combate às causas da pobreza e da redução das desigualdades sociais, [...] gestão democrática do Município [...] como instrumento de construção da cidadania [...] ordenamento do território como garantia [...] das funções sociais da propriedade e do direito à cidade para todos, compreendendo os direitos: [...] ao lazer. (LONDRINA, 2008 art. 5º; art. 6º, incisos I, II, III, IV; IV, alínea i).

O PDPML explicita a valorização do patrimônio público ambiental, sua preservação e conservação, com o objetivo de garantir a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a qual deve ser assumida pelo poder público como *questão de estado*, condição para pensar uma *cidade inclusiva* e o enfrentamento das desigualdades sociais.

Nesse sentido, as políticas públicas devem promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, atendendo às suas necessidades básicas, possibilitando o acesso aos bens e serviços socioculturais e urbano por meio de:

[...] participação da sociedade, enfrentamento de qualquer tipo de discriminação, a transversalidade, universalidade, descentralização, democratização e equidade, [...]a garantia de sobrevivência material, ambiental, social, cultural e política, [...] [...] como forma de potencializar seus efeitos positivos, particularmente no que tange à inclusão social, à cidadania e à diminuição das desigualdades (LONDRINA, 2008, art. 10; art. 12; art. 13; art. 15).

Na pesquisa, a categoria *vulnerabilidade* remete a situações de risco, sejam elas de pessoas, comunidades ou natureza (meio ambiente), todas determinadas por fatores sociais, econômicos, ambientais, políticos e a práticas de exclusão, discriminação, violação de direitos humanos, sociais, econômicos, políticos e ambientais. Vulnerabilidade ambiental é assumida, conceitualmente, associada às condições de extrema pauperização das pessoas e às degradantes condições sociais em que vive grande parte da sociedade brasileira. Alves (2006) diz que os espaços públicos marcados por indicadores de um nível elevado de vulnerabilidade ambiental tendem a apresentar:

[...] condições socioeconômicas significativamente piores, além de maior concentração de crianças e jovens, do que aquelas com menor grau de vulnerabilidade ambiental, o que revela a existência de áreas críticas, onde ocorre forte concentração de problemas e riscos sociais e ambientais. (ALVES, 2006, p. 44).

Ressaltamos que, por ainda não haver um conceito de vulnerabilidade ambiental definitivamente consensualizado, faz com que se estabeleça uma confusão entre situações de risco e vulnerabilidade que dificulta a de implementação de políticas públicas de enfrentamento tanto da situação de risco quanto da de vulnerabilidade.

Consideramos ter assumido a expressão *vulnerabilidade ambiental* como o grau em que um sistema natural é suscetível ou incapaz de lidar com os efeitos das interações externas, que pode ser decorrente de características ambientais naturais ou de pressão causada por atividade antrópica ou sistemas frágeis, de baixa resiliência e capacidade do meio ambiente em retornar ao estado natural superando situação crítica. Já a *vulnerabilidade social* está associada às políticas públicas sociais que devem ser tratadas para além de “um exercício intelectual, objetivando compreender os desafios e tensões que se colocam para efetivar-se na perspectiva proativa, preventiva e protetiva” (MONTEIRO, 2015, p. 30).

Nesse sentido, Busso (2001) ressalta que uma das múltiplas condições objetivas determinantes da situação de vulnerabilidade social é a:

fragilidade ou desproteção ante as mudanças originadas em seu entorno, o desamparo institucional dos cidadãos pelo Estado; a debilidade interna de indivíduos ou famílias para realizar as mudanças necessárias a fim de aproveitar o conjunto de oportunidades que se apresenta; a insegurança permanente que paralisa, incapacita e desmotiva no sentido de pensar estratégias e realizar ações com o objetivo de lograr melhores condições de vida. (BUSSO, 2001, p. 186).

Por seu lado, a *representação social* é assumida enquanto um conhecimento prático, histórico e dinâmico que proporciona a compreensão do contexto social, material e ideativo, que se manifesta por meio de imagens, conceitos, categorias e teorias, que não podem ser reduzidos a aspectos cognitivos, sendo suas dimensões sociais apreendidas das perspectivas simbólicas e ideológicas. Elas abarcam os discursos produzidos por grupos sociais, pois é neles que se materializam os sentidos das representações (JODELET, 1985).

O *discurso*, elemento fundamental da Análise do Discurso - AD, é palavra em movimento, prática de linguagem, não foca o sentido do texto, pois esse não é produzido pelo sujeito (*sentido discursivo* é produzido em outro lugar, anterior e externo a ele mesmo), mas pelos modos e dinâmicas dos textos e discursos, quando da produção de seus sentidos. A AD parte da premissa dos sentidos não estarem no mundo ideal ou transcendental, eles só são a materialização na linguagem, que, segundo Orlandi (2009, p. 19), emerge do transpassamento entre língua e história produzindo a “forma material (não abstrata como a da linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos”. A autora diz que a AD parte das premissas de que “a língua tem sua própria ordem; a história tem seu real afetado pelo simbólico e o sujeito da linguagem é descentrado pois [...] funciona pelo inconsciente e pela ideologia”. (ORLANDI, 2009, p. 19).

Quando analisamos os planos de governo, discursos oficiais, referentes às práticas de lazer e esporte desenvolvidas no município, identificamos que as concepções sobre práticas de lazer e esportivas portam aspectos dominantes, dentre os quais ressaltamos: o pequeno capital político da pasta à qual as práticas são vinculadas; são setores marcados por ações localizadas, pontuais e marcadas por princípios assistencialistas, populistas e funcionalistas; o gestor

da pasta possui pouco capital político e baixa dotação orçamentária. Ressaltamos que essa concepção contradiz o movimento de ressignificação da representação instituída sobre a administração pública, produzido a partir dos anos 1980 pelo campo acadêmico associado às lutas dos servidores públicos, no que diz respeito às responsabilidades e controle das ações públicas, o que significava afirmar a necessidade da profissionalização do setor, mas, principalmente, realizar mudanças nos ordenamentos e posturas que permeiam as relações que se estabelecem entre a gestão política e os gestores públicos.

Considerando evidências identificadas nos discursos sobre administração pública dos gestores entrevistados, podemos inferir um núcleo que remete a uma representação associada ao modelo burocrático, com traços de práticas administrativas fundadas no modelo patrimonialista. Os discursos dos gestores são marcados pelas ideias de formalismo, impessoalidade, hierarquia e administração profissional, valores associados ao modelo burocrático, como argumentos justificadores das dificuldades que diziam ter para desenvolver ações, principalmente compras. Associavam a dificuldade ao enrijecimento administrativo da coisa pública, ou seja, à ineficiência do setor público. As marcas referentes ao modelo patrimonialista são percebidas na dificuldade em separar o público do privado; quando, ao preencher ocupar cargos na administração, opta por indicar *pessoas de sua confiança*, de seu grupo de relações pessoais; administrar buscando atender, concomitantemente, demandas políticas e pessoais; caráter arbitrário nas tomadas de decisões; pouco incentivo à participação popular e baixo nível de resposta às demandas sociais. Diante desse cenário, Galindo (2005, p. 50) aponta que a “[...] relação existente entre a expressão máquina ou aparelho administrativo do estado e o conceito de administração pública” é importante para compreendermos o papel do gestor público como elemento catalisador para o desenvolvimento do lazer e esporte no município.

Ao analisarmos os discursos dos gestores, ex-diretores-presidentes da Fundação de Esporte de Londrina - FEL, nossos atores sociais⁹, procuramos

⁹ Considerando que nossa opção teórica- metodológica fundada na AD, significa que nosso objeto de pesquisa é apreendido pelos sentidos dos discursos que os atores sociais produzem sobre ele. Para nós não há necessidade em se identificar socialmente o ator social, mas sim caracterizar contextualizadamente “o sujeito falante”. Para a análise dos discursos é relevante sabermos “quem fala, de onde fala e onde faz circular seu discurso”. Como tratamos de discurso dos sujeitos falantes, gestor esportivo, não há nenhuma necessidade metodológica de referenciar as estruturas discursivas analisadas, visto serem elas produzidas pelos sujeitos falantes já identificados como atores sociais da pesquisa.

fazer emergir sua representação sobre políticas públicas de lazer e esporte. Considerando as evidências, podemos inferir que o desenvolvimento do lazer e esporte na cidade não está associado a uma política pública. O envolvimento do poder público municipal com essas práticas se inicia na década de 1950, com a criação da Liga de Esporte Amador de Londrina - LEAL¹⁰, com base na qual foram dados os primeiros passos para organizar o esporte na cidade. O impacto da criação da LEAL no esporte da cidade ficou marcado pela realização, em 1957, dos I Jogos Abertos do Paraná – JAPs¹¹, pelo professor Reinaldo Ramon, que contou com a participação de equipes do interior paulista. O uso político dos JAPs se materializa na associação da participação de equipes de locais nas ações desenvolvidas pela parceria estabelecida entre a administração pública e entidades empresariais com o objetivo de apresentar a cidade ao país como um polo de desenvolvimento econômico e social moderno, conforme registrado no regulamento da competição “*Participar dos Jogos Abertos, e levar o nome de sua cidade através de todos os rincões da nação e aproximar-se cada vez mais dos seus irmãos de outras plagas*” (PARANÁ, 2020, grifo do autor) vinculando o sucesso no esporte ao desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade..

A LEAL foi substituída pela Autarquia Municipal de Esporte de Londrina – AMEL, com a finalidade de construir o estádio de futebol municipal, realizar certames e promover exposições de caráter desportivo, sociais ou artísticos. Para tanto, a AMEL deveria ser financiada por recursos públicos municipais, ao mesmo tempo em que buscava patrocínio junto a empresas, principalmente públicas. Em função de sua política de gestão, a Prefeitura realiza mudanças regimental, de estrutura e de finalidades na AMEL, como ação preparatória para sua incorporação, pela Divisão de Turismo da Secretaria de Educação e Cultura, sob a figura jurídica de Autarquia Municipal de Esportes e Turismo – AMETUR (Lei n. 2.542, de 20 de junho de 1975). Nos discursos de ex-gestores, as ações da AMETUR ao longo do período eleitoral de 2000 foram pautadas pelos candidatos a prefeito da perspectiva da transformação de sua natureza jurídica de autarquia para fundação ou secretaria de esporte.

No centro dos debates políticos, estava o corpo docente do Curso de Ciências do Esporte do Centro de Educação Física e Desporto da Universidade

¹⁰ Sobre a liga, não encontramos documentos oficiais, as informações às quais tivemos acesso emergiram da memória de um dos nossos entrevistados.

¹¹ Essa ação foi organizada na gestão do professor Reinaldo Ramon.

Estadual de Londrina – UEL, que se posicionou, majoritariamente, a favor da criação da Fundação de Esportes, argumentando que: *“Secretaria é muito inflexível, estaria muito amarrada na distribuição de verbas; O Projeto futuro: se fosse secretaria demoraria muito a funcionar”; “Fundação dá mais autonomia, agilidade”; “Fundação, melhor para desenvolver os projetos. Secretaria muita coisa amarrada, e demora para liberação do dinheiro”*. Os discursos nos permitem inferir, que, de maneira geral, os atores demonstraram dificuldade em apresentar uma argumentação consistente tanto da perspectiva acadêmica quanto técnica, para a justificativa de sua opção pela modalidade *fundação*. Acreditamos que a opção tenha sido feita sem ter como referência uma base teórica ou vivência prática na administração pública, no que se refere ao seu ordenamento jurídico, princípios, finalidades, objetivos e compromissos com a sociedade. Identificamos que a formação profissional do grupo se deu no campo do esporte, e não da gestão pública.

A representação sobre ser uma fundação a instância administrativa mais pertinente remete ao fato dela permitir *“mais rapidez e agilidade”* na gestão do esporte, enquanto na secretaria *“as ações são mais lentas”* em função da *“burocracia e certames públicos”*. Enfim, os discursos em defesa da fundação permitem inferir que a representação do esporte como uma atividade que, por suas especificidades, exige tomadas de decisões rápidas para sua implementação e gerenciamento, associada às dificuldades postas pelos *“obstáculos jurídicos da legislação pública”* e a pouca *“autonomia na gestão dos recursos financeiros, para realizar compras, firmar contratos e, principalmente, parcerias com a iniciativa privada”* são as determinantes principais que levaram à opção pela fundação. Aqui é importante atentarmos para as teias de relações que os gestores tecem sobre facilidades ou dificuldades com que se depararam ao longo de suas gestões: *“saber aplicar o erário público”, “gerenciar o dinheiro para aplicar e desenvolver o esporte”* e *“as questões políticas que o cargo exige”*, pois elas passam a ser colocadas por eles como obstáculos intransponíveis (resistência?) que levam dos ex-gestores em lidar com o processo de transição do deslocamento de suas intervenções profissionais, do setor esportivo para o setor da administração pública, em especial com a lógica norteadora das práticas no campo do setor público.

Bittar (2002) aponta que o gestor do setor público desenvolve seu trabalho considerando suas perspectivas política e técnica, o que, no caso da organização dos espaços públicos para as práticas de lazer e esporte de competição, é assumido

como o mais delicado desafio de seu cotidiano administrativo. Nesse sentido, só um discurso aponta uma sugestão para melhorar essa situação. O ator entende que a necessidade urgente da área deve ser “*pensar a formação da gestão para o esporte e para o lazer, melhorando a formação acadêmica*”. Aqui há um elemento discursivo que merece ser ressaltado, o fato do campo do lazer e esporte na administração pública em geral ser gerenciado por pessoas não habilitadas profissionalmente e não necessariamente servidores públicos, o que caracteriza esse tipo de gestão como uma ação de atendimento às demandas políticas do executivo municipal. Diante desse cenário, os discursos dos ex-gestores demonstram que o olhar que lançam sobre o fato remete a uma posição tomada da perspectiva da categoria de classe, o que significa a existência de um espírito de corpo, corporativista e de reserva de mercado de trabalho, mesmo que no setor público e, no caso, em cargo comissionado. O que se depreende é que o ex-gestor esportivo, que está, temporariamente, na administração pública ocupando um cargo comissionado, de confiança do poder executivo, mesmo defendendo uma formação profissional especializada para ocupar a função, justifica-se como ex-atleta, ter exercido alguma função administrativa em instituições esportivas privadas, ser docente de curso superior ou sua dedicação e paixão pelo campo esportivo.

Esse discurso de classe, defensor de mercado de trabalho, é justificado legalmente com a tese de que a profissionalização e normatização da gestão esportiva pública, reconhecida desde 1941 (BASTOS, 2003), garantiria o desenvolvimento de uma gestão de qualidade, ou seja, a gestão esportiva deveria ser feita, preferencialmente, por “*profissionais formados em educação física e com experiências no campo esportivo*”. Do silêncio desses discursos, emerge a ideia de que o profissional de educação física se acha apto a exercer tal função, principalmente “*por ter passado pelo campo do esporte (atleta, treinador, etc.)*”. Sobre esse campo, da *expertise* relativa à gestão esportiva, Melo e Hungaro (2020, p. 2) dizem que a partir da década de 1970 “a produção teórica referente à temática vem sendo produzida por profissionais de Administração, Marketing, Engenharia e, mais recentemente, Educação Física, por meio de monografias, dissertações e teses de doutoramento”. O entendimento, pode ser até plausível, porém, a vivência no esporte continua sendo referência dominante para qualificar o gestor esportivo no setor público.

Retornando ao contexto, entendemos que os gestores que passaram pela administração pública apresentam vasta experiência no campo esportivo e que esse foi um indicador importante para sua ascensão à função, mas, contraditoriamente, não percebemos nos discursos da maioria dos ex-gestores falas sobre a necessidade de uma preparação específica na formação profissional no campo da Educação Física para o exercício da função, evidenciando que a concepção paternalista ainda norteia a forma de escolha da pessoa para o cargo. Santos (2006, p. 25) aponta que, para além do desenvolver as modalidades esportivas, o gestor deve conhecer muito bem a cidade, visto que a elaboração do planejamento de atividades por ele coordenada “implica necessariamente numa análise do espaço geográfico onde esta prática se realiza”, e que no caso das práticas de lazer e esporte o autor nos lembra que elas utilizam, principalmente, praças, parques, jardins, escolas e ruas.

Sobre o desenvolvimento das ações ao longo de suas gestões, os discursos dos ex-diretores-presidentes nos falam que elas foram pensadas, planejadas e implementadas sem nenhuma diretriz norteadora vinculada a uma política pública para o campo do esporte e muito menos para o lazer. Entre as ações destacadas nos discursos três, são as que mais são referenciadas, sendo que a mais citada é o esporte, por meio do FEIPE¹²; “*Lei de patrocínio de esporte*”; “*investimentos no JOJUPS*”; “*Circuito BB*” e “*Eventos da maratona de Londrina*”. O Projeto Futuro¹³, que está presente no planejamento de todas as gestões desde sua implementação em 1985, sendo concebido como “*Esporte educação/ participação/lazer*”; “*Projeto Futuro (herdado de outras administrações)*”; “*Projeto Futuro voltado ao esporte de iniciação, principalmente de periferia*”; “*Revitalização de espaços públicos: praças, parques e campos*”; “*Projeto Futuro que desenvolve o esporte nas comunidades*”

As outras ações que emergiram nos discursos se apresentam confusas e desvinculadas de qualquer planejamento, que identificamos como ações independentes e de atendimento a demandas políticas e desejos dos próprios gestores. As mais referendadas foram: “*Programas divididos: juventude, eventos de lazer*

¹² FEIPE: Fundo Especial de Incentivo a Projetos Esportivos, criado em 2002, Lei Municipal n. 8985 de 6 de dezembro de 2002, com o objetivo de incentivar a prática de esportes na cidade de Londrina. Sua finalidade é designar recursos aos diferentes projetos esportivos. As entidades interessadas apresentam propostas e, após analisadas e habilitadas, firmam convênios com a Fundação de Esportes de Londrina.

¹³ O Projeto Futuro, instituído em 1985, tinha a finalidade de ser um programa esportivo e social que tem o objetivo de intensificar a prática do esporte e desenvolver atividades multidisciplinares que despertem no indivíduo o exercício de suas competências e promover uma formação harmoniosa e integral por meio do esporte orientado valorizando o companheirismo, o respeito e a disciplina.

esportivos de bairros”; “políticas de eventos”; “Reformas nos campos de futebol/suíço/quadras e campos”; “corridas nos bairros”; “Revitalização de espaços públicos: praças, parques e campos”; “Atendimento ao município: ginástica, caminhadas, corridas, iniciação esportiva com estagiários (pandemia acabou com isso)”, e “Academias ao ar livre para atendimento ao público”.

É marcante nos discursos que os eventos esportivos estão presentes de forma avassaladora, e pouca coisa voltada à população, como espaços e atividades de lazer. Entendemos que é nesses espaços que a cidade tem que o esporte e o lazer deveriam aparecer como manifestação pública e esses “espaços são resultados de um determinado contexto cultural que lhe garante valor simbólico e não apenas uma realidade físico/sensível” (SANTOS, 2006, p. 28). Porém, destacamos outros aspectos que marcam os discursos dos ex-gestores, que foram: a) elaboração do calendário/planejamento das ações da FEL são desvinculadas de uma política pública social de lazer e esporte; b) hegemonia das ações desenvolvidas vinculadas ao campo esportivo; c) a inexistência de ações fundamentadas em princípios do lazer; d) o desenvolvimento das práticas de lazer não estava incluído nas prioridades na FEL.

Os discursos dos ex-gestores remeteram nossa análise ao princípio exposto por Rezende (2000), quando aponta que no Brasil o gestor aparece como aquela pessoa responsável pela organização de atividade física, esportiva e de lazer, na perspectiva de ações isoladas e pontuais desenvolvidas ao longo do ano. Podemos fazer essa inferência em função de termos observado que a mais longa ação desenvolvida pela FEL, o Projeto Futuro, que foi implementado em 1985. O Projeto Futuro é um programa de desenvolvimento de modalidades esportivas na fase de iniciação, na cidade de Londrina e com a parceria das associações de bairros. Esse projeto perpassou as gestões de todos os gestores entrevistados, e as outras ações, esporádicas, aparecem de acordo com o olhar ampliado de cada gestor. Sua relevância social é tão significativa que desde sua criação está consignado no planejamento anual que a direção da FEL encaminha para a Câmara de Vereadores, ao início de cada ano administrativo. No entanto, o que nos chamou a atenção é fato de o Projeto ainda ser assumido pela FEL apenas como uma ação no campo do esporte educativo - social. Considerando sua temporalidade e sua relevância para a sociedade, principalmente para as camadas sociais menos favorecidas, a FEL já deveria tê-la tornado uma política pública.

Uma ação desenvolvida que, em geral, é identificada no planejamento das secretarias, fundações e ou autarquias de esporte é a revitalização de espaços públicos, principalmente os campos de futebol, porém, contraditoriamente, nos discursos analisados essa ação pouco se faz presente, o que, considerando a realidade da baixa qualidade de manutenção dos espaços públicos de Londrina que a população utiliza para realizar suas atividades de lazer e esporte. Nesse sentido, considerando as transformações sociais por que têm passado as grandes cidades, não conseguimos identificar os fatores que levam os gestores a não colocar como prioridade de seu programa de governo a valorização dos espaços públicos destinados ao desenvolvimento de práticas de lazer. Brandão (1995) justifica essa característica com o fato de terem sido marcados como espaços nos quais imperam as mais diversas formas de violência, o que colaborou para que a prática do lazer fosse deslocada para o espaço privado, significando um estabelecimento de uma lógica de exclusão das populações mais carentes do acesso ao lazer.

Nos discursos dos gestores, observamos que o sentido de lazer está marcado por dois aspectos dominantes. Desde a criação, em 1957, de uma instituição na administração pública municipal para atuar no campo do esporte, até a constituição do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, em 2019, muito pouco se fala do lazer, o objeto central das gestões era e é o esporte, em geral de rendimento. O segundo remete ao fato de não termos identificado no quadro funcional nenhum profissional com especialização no campo do lazer. Pois bem, assim, quando buscamos nos discursos dos gestores especificamente atividades de lazer proporcionadas aos municípios, encontramos as seguintes falas: *“Festivais esportivos”*; *“Atividades voltadas ao esporte, esporte/lazer”*; *lazer mais social, tentar uma lei municipal que dê esse encaminhamento*; *“Criação de eventos esportivos, projeto futuro atendendo a comunidade”*. Fica nítido nos discursos a marcante e hegemônica ideia de atrelar o lazer ao esporte. Decerto esse movimento acontece em função da força que o esporte passou a ter no último século, que acabou por fazer dessa prática social um dos principais fenômenos culturais, econômicos e políticos da modernidade.

Castro e Castro (2015, p. 141), apontam que ainda no Brasil o lazer “não se encontra totalmente estruturado, o que faz com que possua um grau de autonomia apenas relativo”. Mesmo o lazer aparecendo na Constituição Brasileira como

um direito garantido (será?) desde 1988, o lazer não apresenta pela população e muito menos pelos gestores a compreensão de ser um direito social garantido por lei no país. Entendemos que a compreensão dos gestores se dá como atividade de lazer o município proporcionar eventos esportivos que podem levar à distração, a um tempo de relaxamento para os munícipes.

É bom não esquecermos que o lazer no cenário político fica em segundo plano, pois para a prática política o potencial do esporte é mais significativo. Porém, tal como outros setores da administração pública, o lazer é encarado pelos agentes políticos da administração como um campo de menor visibilidade e potencialidade política, percepção que o coloca como atividade pouco relevante no universo das políticas públicas. Para Bahia (2012, p. 58) existem duas questões que necessitam ser conectadas, para que se produzam transformações efetivas nessa percepção “a educação da sociedade e o compromisso político”. A estratégia para esse fim é pensar as políticas públicas de lazer, esporte, cultura e educação de forma integrada com a perspectiva social dessas práticas. Assim, é importante que os futuros gestores da FEL estejam conscientes e preparados técnica e politicamente, aptos a pensar a gestão dessas práticas de forma transdisciplinar.

Aqui, é importante marcarmos que foram necessários 50 anos desde a criação da AMEL para que a Fundação de Esportes de Londrina - FEL fosse instituída com a mesma finalidade da AMEL: fomentar o esporte amador no município, marcando, historicamente, o esporte como prática nuclear das administrações do município. É importante dizermos que a lei não faz menção ao lazer, e quando mergulhamos de forma mais radical no discurso legal nos deparamos com o seguinte texto: “III - elaborar e propor programas para as atividades físicas de lazer, considerando de forma integrada todos os fatores que intervêm no processo de desenvolvimento da atividade” (LONDRINA, 1999, art. 3º, inciso III). Em todo restante do seu texto, a Lei n. 7941, de 23 de novembro de 1999 remete a ações ligadas ao esporte iniciação e de rendimento.

Ao mesmo tempo em que identificamos uma única referência ao lazer¹⁴ no discurso oficial, os ex-diretores em nenhum momento falam dos espaços públicos como campo de lazer, mesmo quando considerado o impacto positivo que essas práticas causam no enfrentamento da vulnerabilidade ambiental pre-

¹⁴ Para mais informações, consultar o site: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/l/londrina/lei-ordinaria/1999/795/7941/lei-ordinaria-n-7941-1999-autoriza-o-executivo-municipal-a-instituir-a-fundacao-de-esportes-de-londrina-com-a-finalidade-de-fomentar-o-esporte-amador-no-municipio-de-londrina>.

sente na cidade, principalmente em relação aos fundos de vales; enfim, o lazer para as administrações da cidade não se caracteriza como uma prática social de relevância para a melhoria da qualidade de vida e saúde das pessoas.

Essa desqualificação da prática de lazer e da inexistência do desenvolvimento de uma cultura do lazer, característica das sociedades modernas, por parte do poder público da cidade, coloca em xeque a própria identificação da cidade como polo de produção cultural regional e nacional, bem como pelo dinamismo e modernidade de sua arquitetura urbana.

É um paradoxo a cidade culturalmente tão dinâmica não conceber a ocupação dos espaços públicos como campo de práticas do lazer em seu planejamento estratégico. Nesse sentido, compactuamos com o pensamento de Figueiredo (2008, p. 81), quando diz que o espaço público deve ser “visto como uma área de sociabilidade e lazer indispensável à vida nas cidades e, muitas vezes, agregando valores da natureza, está em oposição ao restante do urbano, com o concreto em demasia, sistemas econômicos de produção etc.”. Com base nessa perspectiva, os ex-diretores, ao falarem sobre a cidade remetiam às suas praças, bosques, campos de futebol e parques. Não se referiram aos fundos de vales e nem colocaram esses espaços urbanos como campo de intervenção da Fundação de Esporte da cidade. Quando olham para esses espaços centram o foco, principalmente, nos equipamentos esportivos, brinquedos de grande porte e academias de ginástica ao ar livre, sem apontar qualquer forma de ocupação dos espaços com práticas de lazer. Aqui, pensamos ser interessante marcar o desconhecimento, por parte dos gestores, da importância da ocupação dos espaços públicos pelas pessoas, seja com práticas religiosas, afetivas, esportivas, culturais, políticas, festivas, de lazer na formação da cidadania e da prática democrática (ROBBA; MACEDO, 2002).

Quando perguntamos aos ex-gestores sua opinião sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Londrina, em 5 de abril de 2017, marcamos o art. 1º da Lei n. 12.496, de 5 de abril de 2017, que diz “vinculado à Fundação de Esportes de Londrina, com a finalidade de formular políticas públicas e implementar ações destinadas ao fortalecimento das atividades esportivas e de lazer no Município de Londrina”. Eles produziram discursos que demonstravam desconhecimento da criação do Conselho, já que não participaram do processo, por não terem sido convidados, argumento que sustentou a não emissão de opinião sobre a questão. Um ex-gestor explicitou que “lançava um olhar positivo

sobre a criação do conselho e seu papel”, pois garantiria assim “*transparência para o dinheiro público, cada programa uma representatividade para cada segmento uma pessoa, mas tenho medo de que seja usado com fins eleitoreiros*”. Nas conversas, eles, ao mesmo tempo em que apontavam sua importância, não conseguiam valorar e dizer o porquê, talvez por falta de conhecimento sobre o papel de um conselho municipal de esporte dentro do município.

Ora, os profissionais gestores do esporte deveriam saber que um Conselho Municipal de Esporte e Lazer apresenta como finalidade elaborar políticas públicas de esporte e lazer e assessorar o executivo quanto à organização de um sistema público descentralizado e participativo, que envolve as esferas públicas, privadas e sociedade civil. Seu papel é pensar as políticas públicas de esporte e lazer com base em um conjunto de princípios, diretrizes e objetivos que darão um modelo de desenvolvimento do esporte e do lazer para o município. Dessa maneira, ele é um suporte para as ações da Fundação, como se apresenta em outros municípios e outros estados. Dessa maneira, como acontece em outros sistemas do poder público, os conselhos municipais se “configuram como instâncias de participação e articulação social, entre o poder público e a sociedade civil, assumindo funções estratégicas no funcionamento de um sistema”. (TERRA; CRUZ, 2019, p. 593).

No trilhar do processo, sentimos a necessidade de realizar alguns apontamentos, entre os quais destacamos a necessidade dos próximos gestores assumirem o papel de relevância do lazer na qualidade de vida das pessoas, portanto, atividade de relevo na administração pública. Compreendemos que existiu uma grande boa vontade de execução de atividades e ações relativas ao desenvolvimento do esporte em Londrina, que foi bem organizado nas lentes dos interlocutores dessa pesquisa. O esporte é tido com o carro-chefe, como acontece na maioria das cidades do estado, o que marca a importância dada ao Projeto Futuro pelos ex-diretores. Podemos dizer que, ao longo desse tempo, os gestores criaram ações efetivas, importantes, que caminham em torno do esporte para iniciação e para rendimento. No entanto, é hora de se pensar a cidade como um todo e criar políticas públicas que demandem ações no campo do lazer e do esporte. Assim, podemos dizer que não existem políticas públicas tanto para o esporte quanto para o lazer em Londrina.

Em relação ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer, urge sua implementação real, criação da diretoria para que ela passe de forma efetiva a realizar ações e propor políticas públicas, pois é necessária clareza sobre as responsabilidades de políticas públicas de esporte e lazer, em Londrina e no Brasil. A responsabilidade dos gestores em fomentar, democratizar, ampliar o acesso a todas as atividades, que devem ser esportivas, recreativas e culturais, dentro do município, devam dar acesso a toda a população, desta maneira uma política pública efetiva de esporte e de lazer ainda não se vê construída, articulada na cidade, e o papel do conselho municipal será o de articular diálogos para a implantação de políticas que atendam a toda necessidade do município, e que não priorizem a formação esportiva, ele precisa imediatamente sair do papel para a ação.

Castro e Castro (2015, p. 156) dizem que o poder público “não pode se omitir em relação a políticas públicas que viabilizem melhores condições de lazer, e sim pensar estratégias de planejamento que insiram a participação da sociedade civil, como colaborador dessas políticas”, o que nos fez pensar na importância, para a compreensão do objeto da pesquisa, de escutarmos as vozes dos prefeitos sobre o papel que foi consignado para o esporte e lazer em seu plano de governo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, H. P. F. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 43-59, jun. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982006000100004>. Acesso em: 22 dez. 2020.
- AMORIM, F. B.; STADLER, A. O acesso a à informação na gestão pública: dificuldades enfrentadas pelo poder executivo municipal de Londrina (PR). **Revista Gestão Secretariado**. v.10, n.2. p. 246-268,. maio/ago. 2019,. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/873>. Acesso em: 22 dez. 2020.
- BAHIA, M. **O Lazer lazer e as relações socioambientais em Belém -- Pará**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém: UFPA, 2012.

BASTOS, F. C. Administração esportiva: área de estudo, pesquisa e perspectivas no Brasil. **Motrivivência**, ano 15, n. 20-21, ed. Especial, p. 295-306, mar./dez. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BITTAR, E. C. B. **Doutrinas e filosofias políticas**: contribuições para a história da ciência política. São Paulo: Atlas, 2002.

BRANDÃO, C. R. Espaço público de lazer e cidadania. In: SILVA, L. H.; AZEVEDO, J. C. (Org.). **Paixão de aprender II**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 129-123.

BRASIL. **Carta da Terra**: a carta propriamente dita. Extraída do site: .

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/508200>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BRASIL. **Estatuto da Cidade. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. /2001**. 3. ed. Brasília, DF: Senado Edições Técnicas, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BUSSO, G. Vulnerabilidad social: nociones e implicancias de políticas para latinoamerica a inicios del siglo. In: SEMINARIO INTERNACIONAL LAS DIFERENTES EXPRESIONES DE LA VULNERABILIDAD SOCIAL EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 21 2001, Santiago de Chile. **Informe...** Santiago de Chile: CELADE, 2001. p. 1-39.

CASTRO, V. S.; CASTRO, C. A. T. A Gestão Pública do Lazer em espaços públicos urbanos: um estudo de caso da praça do Operário, no município de Breves-PA. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 2, nº. 3, Dossiê Lazer e Esporte, p. 139-158, set./dez. 2015.. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/481/321>. Acesso em: 22 dez. 2020.

FIGUEIREDO, S. Espaços de cultura nas cidades: notas sobre ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, S. **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: UFPa, 2008. In: FIGUEIREDO, S. (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008. p. 79-92.

FRANCISCO, SANTO PADRE (Papa). **Carta Encíclica “Laudato Si”**: sobre o cuidado da casa comum. Vaticano: Santa Sé, 24 maio 2015. Disponível em: http://www.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

GALINDO, A. G. Esporte e lazer municipal: reflexões sobre as bases do planejamento e gestão pública. **Revista do Plano Diretor Participativo do Município de Santana-AP**, - vVol. 1, n. – Num.1, –out. 2005. , p. 49 a 62. Disponível em: <https://mid.curitiba.pr.gov.br/2015/00160848.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Estudos & Pesquisas, 39). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em 22dez. 2020.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1985. p. 1-21. Disponível em: 20 dez. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324979211_Representacoes_sociais_Um_dominio_em_expansao. Acesso em: 20 dez. 2020.

LONDRINA. **Lei Municipal n. 12.496, de 05/04/ de abril de 2017**. Cria o Conselho Municipal de Esporte e Lazer no município de Londrina. 2017. Disponível em: <https://www.cml.pr.gov.br/cml/site/leidetalhe.xhtml?leicodigo=LE124962017>. Acesso em: 20 dez. 2020.

LONDRINA. **Lei Municipal n. 7.941, de 23/11/ de novembro de 1999**. Autoriza Executivo Municipal a instituir Fundação de Esportes de Londrina, com finalidade de fomentar o esporte amador no município de Londrina. 1999. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/l/londrina/lei-ordinaria/1999/795/7941/lei-ordinaria-n-7941-1999-autoriza-o-executivo->

municipal-a-instituir-a-fundacao-de-esportes-de-londrina-com-a-finalidade-de-fomentar-o-esporte-amador-no-municipio-de-londrina. Acesso em: 20 dez. 2020.

LONDRINA. **Lei Municipal n. 2.542 de 20/06/ de junho de 1975.**

Dispõe sobre a incorporação à Autarquia Municipal de Esporte de Londrina – AMEL. 1975. Disponível em: <http://www2.cml.pr.gov.br/cons/lnd/leis/1975/L02542.htm>. Acesso em: 20 dez. 2020.

LONDRINA. **Plano Diretor Participativo Municipal. Lei n. 7.483, de 24/12/ de dezembro de 2008.**

Institui as diretrizes do Plano Diretor Participativo do município de Londrina - PDPML e dá outras providências. 2008. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-londrina-pr>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MELO, L. L.; HÚNGARO, V. **Gestão pública de esporte e lazer: uma análise crítica.** Disponível em: <https://observatoriodoesporte.mg.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/Gest%E2%95%9Eo-P%D0%B3blica-Esporte-e-Lazer.pdf> Acesso em: 10 set. 2020.

MONTEIRO, S. R. da R. P. Marco O marco conceitual da vulnerabilidade social. Pelotas: **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40, jul./dez. 2015/2011. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/download/695/619/2583>. Acesso em: 20 dez. 2020.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.** Conferência Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20. 15 set. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 22 dez. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta da Terra:** a carta propriamente dita. Haia, Holanda, 2000. Disponível em: http://www.cartadaterrabrasil.com.br/prt/Principios_Carta_da_Terra.pdf . Acesso em: 19 dez. 2020.

ORLANDI, E. **Análise do Discurso:** princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PARANÁ. **Histórico dos Jogos Abertos do Paraná – JAPs**: Histórico. [2020]. Disponível em: <http://www.jogosabertos.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=48>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PRIETRO, I.; MENEZES, M.; CALEGARI, D. Plano diretor: como é feito e para que serve. **Politize!**. 24 nov. 2017. Disponível em <https://www.politize.com.br/plano-diretor-como-e-feito/>. Acesso em: 22/08/ ago. 2020.

REZENDE, J. R. **Organização e administração no esporte**. Rio de Janeiro: Ed. Sprint, 2000.

ROBBA, F.; MACEDO, S. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, E. S. Reflexões sobre a utilização de espaços públicos para o lazer esportivo. **R. RA' RA'E GA**, Curitiba – PR, n. 11, p. 25-33, 2006 Editora UFPR,. Curitiba, nº. 11, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/7745/5508>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SILVA JUNIOR, *et al.* Lagos Igapó I, II, III e IV: um olhar ambiental sobre quatro áreas de preservação permanente na área urbana de Londrina – Paraná. In: VI SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 6.; E SEMINÁRIO IBERO- AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 2. maio 2010, Universidade de Coimbra. ,2010. **Actas...** Coimbra: Cegot, 2010. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema4/francisco>. Acesso em: 20 dez. 2020. p. 1-13.

TERRA, R. B.; CRUZ, R. P. V. A política de esporte e de lazer no município de Campo Grande/MS. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, nº. 2, p. 570-613, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/download/13582/10767/36093#:~:text=A%20Pol%C3%ADtica%20Movimenta%20Campo%20Grande,e%20necessidades%20da%20comunidade%2C%20sendo>. Acesso em: 20 dez. 2020.

OFERTA DE PROGRAMAÇÕES ESPORTIVAS E A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS: ANÁLISE DE DISTINTOS TERRITÓRIOS DO PARANÁ

Arestides Pereira da Silva Júnior

Giuliano Gomes de Assis Pimentel

Luís Eduardo Thomassim

Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski

Andréia Juliane Drula

Felipe Canan

João Fernando Christofoletti

Verónica Gabriela Silva Piovani

Érika Fernandes de Almeida Arruda

Shayda Muniz Oliveira Guilherme

Thalita de Castro Basilio

Laura Correa Martiniano

Melissa Beatriz Salvador

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentamos e discutimos os primeiros resultados obtidos pela pesquisa *Territórios urbanos e oferta de programações esportivas* – ação III da linha II, dos Programas Integrados de Esporte e Lazer, da Rede Cedes do Paraná. Nossa equipe interinstitucional (UFPR – Setor Litoral, UEM e UNIOESTE) buscou identificar a oferta de programações esportivas em regiões distintas do estado do Paraná e compreender elementos relacionados à participação de crianças nessas iniciativas.

As investigações que tematizam as programações esportivas para crianças fora do turno escolar têm sido frequentes na agenda de diferentes linhas de pesquisas acadêmicas. Além do estudo propriamente dito de políticas de esporte e de lazer, a temática é abordada também entre as linhas dedicadas a discussões sobre infância, organizações não governamentais, políticas educacionais, entre outras,

conforme revisões de literatura publicadas recentemente (CARON; MARCHI JUNIOR; SILVA, 2018; DOTTO; MYSKIW; FORREL, 2018; KRAVCHYCHYN; OLIVEIRA, 2015).

Nesta pesquisa, propomos um objeto de análise que se constitui relacionalmente, ou seja, procurando situar a existência dessas programações esportivas em sua relação com os territórios em que elas atuam. Nesse sentido, entendido a partir das dinâmicas culturais, econômicas e políticas que o conformam – além de seus aspectos físicos e demográficos –, o território não seria meramente o ambiente ou espaço em que as programações ocorrem, mas sim um aspecto da vida social que se relaciona e participa da própria materialização dessas programações (THOMASSIM, 2010).

Por *programação esportiva* entendemos toda a atividade ofertada de forma regular, com frequência semanal, por entidades, sejam elas estatais, paraestatais ou privadas, possibilitando a fruição de uma ou mais modalidades esportivas mediadas. O enfoque pode visar à educação, à recreação, ao rendimento ou à inclusão social, embora seja comum observar mais de um propósito elencado nos objetivos justificadores da oferta.

Neste enquadramento do objeto de estudo, o que está em análise é o conjunto de programações esportivas que se faz presente nos territórios. Para tanto, a pesquisa toma o cotidiano das crianças como fonte inicial e prioritária de dados, a fim de identificar o cenário das experiências esportivas acessíveis em cada território. Além disso, ao assumirmos a validade e pertinência de buscarmos as informações sobre programações esportivas com base na clientela infanto-juvenil, nos somamos às abordagens das ciências sociais que compreendem as crianças como atores da vida social (COHN, 2005; SIROTA, 2001).

Dada essa premissa, temos como hipótese que a diversidade de atores, realidades territoriais e populações envolvidas pode traduzir-se também em arranjos variados de ofertas de programações esportivas. Assim, buscamos identificar e analisar variáveis situacionais e contextuais, que permitem compreender os cenários de oferta de programações e as respectivas relações das crianças com essas programações.

O presente capítulo está organizado de forma a, além de descrever aspectos metodológicos, apresentar dados referentes a quatro dimensões de análise, sendo elas: participação em programações esportivas, modalidades esportivas

ofertadas, informações sobre as programações e, por fim, deslocamento e acompanhamento até as programações. Na última parte do texto, são apresentadas as considerações finais.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se caracteriza como *quali-quantitativa*, na medida em que procura, com base em dados quantitativos, explorar ou problematizar “o universo de significados” (MINAYO, 2002, p. 21), nas dinâmicas territoriais na relação de crianças com programações esportivas em territórios urbanos. Nessas dinâmicas, mesmo que com base em dados quantitativos, é possível mapear e identificar como as programações esportivas se apresentam e são apropriadas no cotidiano das crianças, tendo em vista suas relações com o bairro, a escola, o ambiente familiar e instituições diversas.

A pesquisa foi desenvolvida com crianças estudantes de escolas públicas localizadas em territórios urbanos de diferentes municípios localizados em quatro regiões do estado do Paraná, a saber: Matinhos e Paranaguá (Litoral); Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba); Maringá (Norte-Noroeste); Marechal Cândido Rondon, Toledo e Maripá (Oeste).

Em cada localidade houve, num primeiro momento, uma fase exploratória (MINAYO, 2002) com a construção de dossiês baseados em revisão bibliográfica e, principalmente, de levantamento de dados sociodemográficos secundários extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e das prefeituras municipais. O objetivo desse levantamento foi reconhecer e delimitar os territórios pesquisados, que abrangem tanto bairros residenciais periféricos, vilas ou favelas com concentração de população de baixa renda familiar, quanto bairros mistos, com população de baixa ou média renda familiar. Essa fase da pesquisa possibilitou também a definição das escolas pesquisadas em cada território e o recorte populacional de alunos matriculados no terceiro, quarto e quinto anos do Ensino Fundamental.

Na segunda fase, foi aplicado um questionário para os escolares abrangidos pelo recorte populacional. Tomamos como base para tal instrumento o utilizado por Thomassim (2010), o qual revisamos e ampliamos, tendo em vista melhor

se aproximar da realidade da presente pesquisa. Para tanto, o instrumento foi submetido a um processo de testagem com crianças da mesma faixa etária de outras escolas não selecionadas para a pesquisa.

O instrumento abrange questões abertas e fechadas sobre dados sociodemográficos em geral e, principalmente, dados concernentes à relação das crianças com a programação esportiva de contraturno (*se participa, do que, onde, como e em que lugar participa, se existe relação da escola com essas programações*). A ideia era de que os dados oriundos do questionário permitissem a comparação entre os territórios, tanto considerando características da oferta de programações (por parte de instituições e agentes) quanto de condições de participação nelas (por parte das crianças e famílias).

Para a aplicação, contatamos a gestão pública de todos os municípios, por meio das Secretarias Municipais de Educação ou Esporte e Lazer. Após anuência, a coleta foi realizada em diferentes momentos, de acordo com a organização das equipes e disponibilidade das escolas: em Matinhos, Paranaguá, Pinhais, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Maripá a coleta de dados ocorreu no final do ano letivo de 2019; e em Maringá, no início do ano de 2020.

Somente compuseram a amostra da pesquisa as crianças que retornaram com o questionário preenchido e o termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelos pais ou responsáveis, totalizando 1163 participantes. As características da amostra são apresentadas na tabela 1.

Tabela 1- Total de escolas, alunos respondentes e alunos por ano/série – f (%)

Indicadores	M. C. R.*	Maripá	Toledo	Pinhais	Paranaguá	Matinhos	Maringá	Total
Amostra territorial								
Escolas	3(13,0)	1(4,3)	3(13,0)	1(4,3)	1(4,3)	1(4,3)	13(56,5)	23(100)
Alunos	229(19,7)	109(9,4)	134(11,5)	79(6,8)	86(7,4)	87(7,5)	439(37,7)	1163(100)
Participantes da pesquisa por ano/série								
3º ano	81(35,4)	11(10,1)	51(38,1)	29(36,7)	21(24,5)	-- (--)	135(30,7)	324(27,9)
4º ano	73(31,9)	60(55,0)	23(17,2)	24(30,4)	22(25,6)	29(33,3)	147(33,4)	375(32,2)
5º ano	75(32,8)	38(34,9)	60(44,8)	26(32,9)	43(50,0)	58(66,7)	143(32,5)	443(38,1)

*Marechal Cândido Rondon

Fonte: Autores (2020).

A média de idade dos participantes da pesquisa em todas as localidades é de 9,4 anos, sendo que a mais alta é do município de Matinhos, 10,7 anos, posto

que a maioria dos respondentes é do quinto ano. De forma geral, verificamos uma adequação de idade e série nas escolas pesquisadas, com a maioria dos estudantes com idade entre 8 e 11 anos. Do total, 47,1% são do sexo masculino, 52,5 % feminino e 0,4% não informaram.

Na análise dos dados quantitativos, utilizamos a estatística descritiva – frequência (*f*) e porcentagem (%), com o auxílio do *software SPSS Statistics 22.0*. No exame qualitativo, adotamos a análise de conteúdo, seguindo os procedimentos indicados por Laville e Dionne (1999): seleção das informações relacionadas ao objetivo da pesquisa, categorização e quantificação, interpretação e escrita em forma de texto, confrontando com o referencial teórico. As categorias de análise foram: participação em programações esportivas; modalidades esportivas praticadas; informação sobre as programações; deslocamento e acompanhamento até as programações.

PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAÇÕES ESPORTIVAS

Os dados obtidos sobre a existência de vínculo das crianças em programações esportivas no contraturno são heterogêneos se formos observar a comparação entre cidades.

Tabela 2 - Participação em práticas esportivas ofertadas no lazer (%)

Participação	M. C. R.*	Maripá	Toledo	Pinhais	Paranaguá	Matinhos	Maringá	Total
Sim	57,1	60,2	41,2	56,4	12,7	48,2	33,9	43,4
Não	42,9	39,8	58,8	43,6	87,3	51,8	66,1	56,6

*Marechal Cândido Rondon

Fonte: Autores (2020).

Agrupamos os dados em quatro faixas distintas de realidades, a saber: acima de 50%, entre 40 e 50%, entre 30 e 40% e abaixo de 30%. As duas primeiras faixas abarcam cinco municípios (Toledo, Matinhos, Pinhais, Marechal Cândido Rondon e Maripá) e apontam para realidades de alcance relevante de programações de contraturno entre as crianças respondentes. A diferença, contudo, entre a primeira e a segunda faixa está associada a componentes contextuais diversos. Na primeira, encontramos os seguintes fatores particulares: atividades

de contraturno realizadas na própria escola ou próximo dela, programa público realizado em parceria com a escola, condições socioterritoriais urbanas de baixa ou média vulnerabilidade. Na segunda faixa, identificamos também a existência de programações públicas, mas realizadas fora da escola e de sua vizinhança mais imediata.

Na comparação entre ambas as faixas, destacamos também que os valores da primeira faixa incluem maior frequência de respostas, indicando vínculos com programações privadas (academias e escolinhas esportivas, por exemplo). Esse dado não apenas indica condições econômicas das famílias, mas também proximidade espacial de oportunidades dessa natureza ou mesmo de condições de acessibilidade urbana favorável. A diferença entre as duas faixas também é caracterizada pela variedade maior de atividades, modalidades e localidades nos municípios da primeira faixa.

A terceira faixa, referente aos resultados de Maringá, exige particular atenção. Por um lado, a coleta de dados ocorreu durante a pandemia do coronavírus (que causa a covid-19), no ano de 2020, portanto, com a maioria das programações de contraturno suspensas ou eventualmente ocorrendo de modo remoto. Nesse sentido, não há como inferirmos dos resultados o mesmo investimento comparativo feito em relação aos demais territórios. Ao mesmo tempo, conforme dados do dossiê do município, coletados junto ao governo municipal, ele experimenta transição para a escola em tempo integral, o que já se mostra como um limitador do tempo disponível para o esporte fora da escola.

Ainda assim, apesar da ponderação em relação aos dados maringenses, é fundamental termos em mente que a dimensão territorial, populacional e de complexidade urbana do município (o maior dos pesquisados, em termos populacionais e de perímetro urbano) implica também uma variedade maior de circunstâncias, que interferem tanto na oferta quanto na adesão e no vínculo das crianças às programações esportivas. Por conta da maior complexidade urbana, é identificada também maior heterogeneidade relativa à programação e participação esportiva. Por exemplo, a média de participação das crianças nos territórios pesquisados de Maringá foi de 33,9%, sendo que o território com maior vulnerabilidade social infantil do município apresentou média de 22,7% de participação.

Na última faixa, situamos os resultados do território da Ilha de Valadares em Paranaguá, cuja realidade apresenta-se como significativa, considerando o fato de combinar ausência de ofertas públicas de esporte e lazer, segregação territorial e índices de vulnerabilidade elevados, conforme identificado no dossiê do município e no trabalho de Santos (2019). Essa localidade, tratando-se de uma ilha vizinha à região central do município e às grandes estruturas esportivas, a baixa participação parece associar-se a dificuldades de mobilidade das crianças e famílias para fora da ilha. Contudo, considerando-se também a existência de estruturas dentro da própria ilha, o desafio de análise que Paranaguá impõe implica em identificarmos aspectos específicos referentes aos modos de vida das crianças da ilha. Há indicação de que atividades informais, na rua ou em casa, bem como a intensidade das relações de pares na vizinhança apresentam valores significativos, como identificou Santos (2019). A baixa participação em programações formais, assim, pode ser justificada tanto por dificuldade de deslocamento para fora da ilha quanto pela ocupação do contraturno com atividades informais.

Entretanto, a interpretação de que se trata de uma relação mecânica entre oferta e participação pode esvaziar a compreensão de certas dimensões das experiências das crianças. Em pesquisa com crianças participantes de projetos sociais em território periférico, Thomassim (2010) buscou tipificar quatro formas de interação decorrentes de diferentes experiências vividas, enfatizando particularidades de sentidos que elas remetem: *participações compulsórias*, *participações como interesse pela atividade*, *participações como convívio* e *participações como projeto ou investimento*.

MODALIDADES ESPORTIVAS OFERTADAS

A categorização das modalidades praticadas pelas crianças foi orientada por um conceito estrito de esporte como o defendido, entre outros, por Barbanti (2006) e Parlebas (2001). Mais precisamente, o esporte, com base nessa perspectiva, é compreendido como o conjunto de práticas cuja motricidade é indispensável e que devem também apresentar as características de competição e regramento institucionalizado. Isto é, o esporte é constituído por uma instituição credenciada e aceita para tal, normalmente uma federação internacional. Isso

significa que práticas não motrizes, não competitivas ou não institucionalizadas, como xadrez, andar de patins ou caminhada, embora citadas pelas crianças, não foram contabilizadas para fundamentar a análise aqui tecida.

Contudo, é preciso que fique claro que, embora tal perspectiva teórica oriente a categorização das modalidades da presente pesquisa, isso não significa que as crianças, obrigatoriamente, precisavam estar inseridas em um processo competitivo formal da prática mencionada, bastando que estivessem envolvidas em um processo de vivência ou ensino-aprendizagem-treinamento formal. Em outras palavras, para serem consideradas na análise de frequência e percentual, as crianças precisavam estar inseridas em uma prática esportiva mediada por um professor ou treinador, em uma instituição ou local específico para tal. Na tabela 3 apresentamos as modalidades citadas pelas crianças participantes da pesquisa.

Tabela 3 – Modalidades esportivas praticadas pelas crianças (f)

Modalidades	M. C. R.*	Maripá	Toledo	Pinhais	Paranaguá	Matinhos	Maringá	Total
Futebol	8	3	7	8	8	20	17	71
Futsal	13	22	2	2	--	--	15	54
Lutas	7	6	1	5	--	3	22	44
Basquetebol	24	--	3	4	--	--	2	33
Natação	3	1	2	--	1	--	26	33
Voleibol	3	20	1	3	--	--	1	28
<i>Badminton</i>	19	1	--	--	--	--	--	20
Gin. Rítmica	7	4	2	1	--	--	1	15
Capoeira	1	--	4	--	1	1	4	11
Handebol	--	8	--	--	--	--	--	8
Surfe	--	--	--	--	--	8	--	8
Tênis	--	5	--	--	--	--	--	5
Bicicross	1	--	--	--	--	--	--	1
Tênis de mesa	--	--	1	--	--	--	--	1
Gin. Acrobática	--	--	1	--	--	--	--	1
<i>Softbol</i>	--	--	--	--	--	--	1	1
<i>Skate</i>	--	--	--	--	--	1	--	1

*Marechal Cândido Rondon

Fonte: Autores (2020).

É possível percebermos que o futsal e o futebol, se considerados em conjunto, são predominantes como as atividades esportivas formais das crianças,

nas regiões pesquisadas. Exceto em Marechal Cândido Rondon, futsal e futebol são as práticas com as maiores frequências em todas as amostras. Esse achado corrobora com os dados apresentados por outros diagnósticos, como do IBGE (2015), do Ministério do Esporte (2015), e da empresa de consultoria Deloitte (2011), bem como de pesquisas como a de Malagutti, Hirata e Starepravo (2016), além, ainda, da própria percepção baseada no senso comum, de que o futebol é paixão nacional.

Apesar do futsal mostrar-se quase tão praticado quanto o futebol, entendemos que ele, na realidade, é utilizado como ferramenta inicial para o ensino-aprendizagem-treinamento do próprio futebol, como apontam Balzano *et al.* (2011) e Fonseca (2007). Não obstante, se o futsal e o futebol forem analisados isoladamente, numa concepção que não considere essas possíveis complementariedades, ambas as modalidades seriam concorrentes em termos de disputar o interesse e envolvimento das crianças. Além de concorrerem entre si por praticantes, disputam e algumas vezes perdem para outras modalidades, como se vê nos casos de Marechal Cândido Rondon e Maringá. Além disso, o futebol tem um número de praticantes inferior ao de outras modalidades em Maripá, enquanto o mesmo acontece com o futsal em Matinhos, Paranaguá, Pinhais e Toledo. Nos municípios de Marechal Cândido Rondon e Maringá, tanto o futebol quanto o futsal são superados em número de praticantes pelo basquetebol e *badminton* e pela natação, respectivamente. A oferta dessas modalidades, realizada pelo poder público municipal ou dele em parceria com outras instituições e associações (escolas, por exemplo) é especialmente identificada nos locais de prática mencionados pelas crianças.

Com isso, reiteramos a cultura geral, de caráter nacional, que instiga a oferta e a demanda esportiva brasileira, isto é, que move as crianças, bem como as instituições e os profissionais, públicos ou privados, do esporte brasileiro a se interessarem por futebol e futsal. Porém, em complemento, destacamos que a especificidade de cada região marca a oferta esportiva. Assim, a oferta e demanda podem ser determinadas pelas condições geográficas, como no caso do surfe em Matinhos, ou por questões efetivamente culturais, históricas ou estruturais, como parece ser o caso do basquetebol em Marechal Cândido Rondon, voleibol em Maripá e natação em Maringá, além, obviamente, da ação do poder público, instituições privadas e do terceiro setor.

Para além das questões locais, depois do futebol e futsal (considerados conjuntamente), encontramos, como prática mais frequente, a de lutas, que apresenta praticantes em todas as escolas investigadas, exceto a de Paranaguá. Não se pode perder de vista que as modalidades de lutas estão sendo consideradas em conjunto, podendo aí abranger práticas distintas entre si, como judô, jiu-jitsu, *muay thai*, entre várias outras. Ademais, se a capoeira for somada a essa categoria por também poder ser entendida como uma modalidade de luta, embora possa ser igualmente compreendida como dança, jogo, arte, cultura e ginástica (CAMPOS, 2001), a quantidade total de praticantes de lutas passa de 44 para 55 e inclui a escola de Paranaguá. Aliás, a capoeira, por si só, se considerada isoladamente, está presente na maioria dos municípios pesquisados, exceto Maripá e Pinhais.

Por fim, a ginástica rítmica também se mostra bastante presente, não sendo praticada somente pelos alunos investigados em Matinhos e Paranaguá, região litorânea do estado. Como Oliveira, Lourenço e Teixeira (2004) comentam, o Paraná é um dos polos de ginástica rítmica do Brasil, o que justifica a relevante frequência dessa modalidade na amostra aqui investigada, com destaque para as Regiões Oeste e Metropolitana de Curitiba, respectivamente. Resta dizermos que o Paraná também se notabiliza nacionalmente no surfe, sendo que em Matinhos a modalidade está em segundo lugar entre as praticadas pelas crianças, atrás apenas do futebol.

INFORMAÇÃO SOBRE AS PROGRAMAÇÕES

A divulgação das programações é uma ação de fundamental importância para que as crianças tenham acesso e possam delas usufruir (BRASIL, 2018), tendo em vista que nessa faixa etária ainda são dependentes de informações oriundas de pessoas próximas ou de instituições com credibilidade. Nesse sentido, verificamos quais são os principais meios de divulgação das atividades realizadas pelas crianças fora do horário escolar (tabela 4).

Tabela 4 – Forma de divulgação das atividades que pratica fora do horário escolar (%)

Divulgação	M. C. R. ^{**}	Maripá	Toledo	Pinhais	Paranaguá	Matinhos	Maringá	Total
Escola	57,2	58,7	45,5	24	42,4	35,4	16,6	34,8
Amigos	13,1	26,6	19,4	18	12,8	32,3	9,3	15,2
Familiares	8,3	8,3	9	39,3	14,3	18,2	12,7	12,6
Mídia*	5,6	7,3	5,2	9,8	14,4	7,1	13,3	9,4
Igreja	9,2	9,2	4,5	0	9,5	2	4,1	5,4
Vizinhos	3,1	0,9	2,2	8,2	3,3	2	4,1	3,3

* Rádio, televisão e internet

** Marechal Cândido Rondon

Fonte: Autores (2020).

Constatamos que em quase todos os territórios pesquisados, a escola é a principal fonte de acesso a informações sobre as programações esportivas (34,8%), até mesmo naqueles territórios em que a participação nos projetos é restrita, como é o caso da localidade pesquisada no município de Paranaguá. Thomassim (2010) reforça o papel da escola no processo de divulgação das programações, tendo em vista, sobretudo, que as instituições educacionais são espaços formais estabelecidos e com mais tradição no contexto comunitário, o que favorece a ampla divulgação e o acesso à oferta de práticas esportivas confiáveis.

Darido e Oliveira (2009) afirmam que a escola é a instituição que favorece a inclusão e a adesão das crianças aos projetos e as práticas esportivas e, por isso, há a necessidade de uma integração entre o projeto pedagógico da escola com a comunidade local, de forma a promover parcerias e estreitar os contatos que favorecerão o maior quantitativo de crianças a serem beneficiadas. Destacamos que, em se tratando de escolas públicas, essas parcerias são construídas especialmente com a gestão pública (considerando os três entes federativos) e viabilizadas por meio de ações desenvolvidas na própria escola ou no território onde elas estão inseridas.

Agregando às demais formas de divulgação apresentadas nos resultados da pesquisa, constatamos que amigos (15,2%) e familiares (12,6%) também são importantes para a adesão à programação esportiva. Darido e Oliveira (2009) enfatizam que a ampla participação social e comunitária, que envolve família, amigos e vizinhança, fortalece as ações e vínculos sociais, de forma a ampliar a abrangência de divulgação e de acesso às informações da localidade.

As mídias (rádio, televisão e internet) exercem fundamental importância nas campanhas de publicidade e *marketing*, principalmente no que diz respeito às redes sociais. No entanto, os resultados desta pesquisa revelam que esse tipo de divulgação não está entre os meios mais eficazes e com maior acesso pelas crianças, demonstrando que os contatos pessoais e as relações com as pessoas na divulgação são formas mais representativas entre esse público.

As relações interdependentes que se estabelecem entre os agentes e atores sociais (crianças) são determinantes para que as atividades garantam o quantitativo mínimo e possibilitem a qualificação das ações, de forma a motivar e manter a aderência dos praticantes. Nesse sentido, entendemos como fundamental o estabelecimento de parcerias entre agentes e instituições, na busca por uma aproximação das ações e do diálogo horizontal, possibilitando uma configuração favorável e positiva nas ações de divulgação e acesso às informações relativas às programações esportivas para as crianças nos territórios urbanos.

DESLOCAMENTO E ACOMPANHAMENTO ATÉ AS PROGRAMAÇÕES

O acesso às programações esportivas aponta para uma diversidade de condições de vida dos moradores e diferentes efeitos nas suas socializações. As consequências derivadas do local de moradia podem ser variadas e ambivalentes, aparecendo tanto como um recurso quanto como uma restrição para os indivíduos (FERREIRA, 2016). Os efeitos do local de moradia não são mecânicos e uniformes, dependendo da sociabilidade dos sujeitos, de forma que o território urbano pode ser considerado mais que um cenário, pois apresenta propriedades que produzem efeitos sobre as ações humanas, no modo de habitar e coabitar (AUTHIER, 2006).

Ressaltamos que a maioria das pesquisas que avaliam as condições oferecidas pelas cidades ou territórios consideram a visão dos adultos. Porém, é importante conhecer como as crianças se apropriam, vivenciam e socializam nesses contextos, para assim produzir políticas públicas de qualidade, com legislações eficientes para o direito da infância e, ao mesmo tempo, promover discussões entre “os cidadãos acerca de como suas cidades acolhem e tratam as crianças que nelas vivem” (FERREIRA, 2016, p. 67).

Dessa forma, verificarmos como e com quem as crianças se deslocam até as programações esportivas é um ponto importante para conhecermos as oportunidades e obstáculos que elas vivenciam, que não dependem unicamente das programações em si, mas também do contexto no qual estão inseridas. Nesse sentido, Souza, Castro e Mezzadri (2012) descrevem a contradição existente entre o fato de que projetos sociais podem ser percebidos como *portos seguros* e por outro lado, o deslocamento até os locais onde as atividades acontecem pode ser um obstáculo para a participação de crianças e adolescentes nas atividades. A forma de deslocamento e acompanhamento às programações esportivas são apresentadas na tabela 5.

Tabela 5 – Forma de deslocamento e acompanhamento até o local de prática (%)

Indicadores	M. C. R.**	Maripá	Toledo	Pinhais	Paranaguá	Matinhos	Maringá	Total
Forma de deslocamento para ir até o local de prática								
A pé	48,5	37,6	64,2	46,0	60,8	33,0	49,2	49,8
Bicicleta	38,0	64,2	23,9	20,0	24,3	38,6	14,1	28,5
Carro/moto	33,2	38,5	35,8	29,0	2,7	20,2	38,9	33,1
Ônibus/Van	11,8	4,6	3,7	3,0	--	6,4	1,3	4,6
Acompanhamento até os locais de prática								
Sozinho(a)	31,4	39,4	27,6	21,5	12,8	31,0	5,4	19,9
Com familiares	62,4	61,5	66,4	75,9	45,3	55,2	74,0	66,3
Com amigo(a)	31,9	35,8	32,8	27,8	15,1	33,3	7,7	21,8
Com vizinho(a)	5,2	5,5	4,5	5,1	12,8	3,4	1,8	4,5
Outro(a)*	3,5	0,9	3,7	--	--	1,1	0,2	1,4

*Exemplo de outros: professor e cuidador da criança (babá)

**Marechal Cândido Rondon

Fonte: Autores (2020).

Chamou nossa atenção que as crianças das escolas pesquisadas na maioria dos municípios vão a pé para as programações esportivas (Marechal Cândido Rondon, Toledo, Pinhais, Paranaguá e Maringá). Somente os participantes das escolas de Maripá e Matinhos tiveram como meio de deslocamento mais representativo a bicicleta. No entanto, destacamos que entre os participantes de Marechal Cândido Rondon também houve um número expressivo de crianças que manifestaram ir de bicicleta (38,0%). Quando consideramos o total de respostas de todos os municípios investigados, evidenciamos que o deslocamento de carro ou moto está em segundo lugar, atrás do deslocamento a pé. Somente no caso

da Ilha de Valadares no município de Paranaguá, o deslocamento de carro ou moto foi inexpressivo (2,7%).

Em relação à companhia no deslocamento, identificamos que a maioria das crianças vai até os locais de programações esportivas acompanhada, principalmente por familiares e, em segundo lugar, por amigos. Apenas nos municípios de Maringá e Paranaguá, o acompanhamento de amigos foi pouco prevalente, inferior a 20% (7,7% e 15,1%, respectivamente). O deslocamento sozinho encontra-se em terceiro lugar. Nos municípios de Marechal Cândido Rondon, Maripá e Matinhos, mais de 30% responderam ir sozinhos às programações, enquanto em Maringá apenas 5,4% o fazem.

Não identificamos pesquisas sobre formas de deslocamento das crianças em programações esportivas, mas sim, ao menos, em relação ao trajeto casa-escola, com foco na avaliação do nível de atividade física a elas relacionados (BORFE *et al.*, 2011; SOUZA *et al.*, 2018). As evidências trazidas por esses autores ajudam a compreender alguns dos dados encontrados na presente pesquisa, pois classificam os meios de deslocamento em *ativos* (bicicleta e caminhada) e *passivos* (automóvel, moto, ônibus ou transporte escolar).

Souza *et al.* (2018) encontraram como principal meio de deslocamento utilizado no trajeto casa-escola, entre crianças de contexto urbano, o automóvel, seguido pelo deslocamento a pé e pelo autocarro ou ônibus, ressaltando que nenhuma das crianças declarou utilizar a bicicleta. Os autores destacam o fato de que as crianças que se deslocam a pé moram próximo às escolas (até 3 km), concluindo que a distância é um fator influente no deslocamento ativo.

Por outro lado, Borfe *et al.* (2011) encontraram que a maioria das crianças estudantes de escolas públicas do município de Santa Cruz do Sul - RS e que moravam na periferia, deslocavam-se de forma ativa no trajeto casa-escola (a pé, bicicleta). Nesse caso, esse achado se relaciona com o nível socioeconômico ao qual as crianças pertenciam. Em contrapartida, os estudantes de escolas privadas da região central do município eram transportados de forma passiva até a escola.

Na presente pesquisa, inferimos que existe a influência de ambos os tipos de deslocamento (ativo e passivo) na forma de locomoção das crianças até os locais das programações esportivas, uma vez que, na maioria dos municípios pesquisados, o ir a pé foi o principal meio de transporte, seguido de carro ou moto.

Além disso, a insegurança no trânsito e, em geral, durante o trajeto à escola foi apontada na pesquisa de Souza *et al.* (2018) como uma barreira para as crianças, em relação ao uso da caminhada ou a bicicleta como meio de deslocamento. Ao relacionar esse dado com os aqui obtidos a respeito dos deslocamentos em bicicleta, é possível identificarmos que é justamente nos municípios com menor número de habitantes (IBGE, 2020) e, em tese, com maior segurança no trânsito, que ocorre o uso mais efetivo da bicicleta.

Em relação ao tema dos deslocamentos, Ferreira (2016) evidenciou que, entre crianças pesquisadas no município de Curitiba, a maioria tinha pouca autonomia para se locomover pelo bairro, normalmente sendo acompanhadas por um adulto. Somente no caso do caminho entre a casa e a escola algumas crianças iam sozinhas porque moravam próximo à escola. Ferreira (2006) aponta também a menção de medo e de insegurança como temas ligados ao deslocamento das crianças pelo bairro. Souza, Castro e Mezzadri (2012), em pesquisa com crianças de dois projetos sociais do município de Curitiba, identificaram que a principal barreira para a participação era a falta de segurança no trajeto.

Alertamos que os municípios geralmente não são projetados para receber uma infância que tenha a possibilidade de se locomover com segurança e autonomia (FERREIRA, 2016). Nesse caso, os municípios de menor porte podem oferecer condições mais acessíveis para as crianças, como pode ser o caso de Marechal Cândido Rondon, Maripá e Matinhos, menores que Toledo, Pinhais, Paranaguá e Maringá, as quais apresentam mais de 100 mil habitantes (IBGE, 2020).

Destacamos, por fim, que não somente o contexto social interfere na autonomia das crianças para se locomover dentro do espaço urbano, mas também o ambiente familiar, influenciado por fatores culturais (ARAÚJO, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta de programações esportivas de contraturno escolar para crianças, sobretudo em territórios urbanos vulneráveis, ganha sua legitimidade social sob o apelo de possibilitar o aprendizado e a prática de modalidades esportivas, assim como um trabalho complementar das ações de socialização da família e da escola. Não por menos, uma das pesquisas da Rede Cedes Paraná privilegiou

a compreensão de elementos relacionados à participação de crianças em programações esportivas de territórios urbanos de municípios de regiões distintas do Paraná. Uma singularidade apresentada nessa investigação refere-se ao fato de tomar as crianças como interlocutoras, tendo em vista que são também protagonistas desse processo, possibilitando conhecer seus vínculos com as programações esportivas.

É importante salientar que os resultados não possibilitam um panorama geral dos municípios investigados, ficando restritos aos territórios selecionados. No entanto, o desenho metodológico adotado nessa pesquisa poderá ser utilizado e replicado em outras realidades na busca da identificação de relações em diferentes territórios urbanos. Por outro lado, sugere-se o aprofundamento da investigação, no intuito de compreender as dinâmicas de interação da população local com as programações esportivas, o que não foi possível nesta pesquisa em decorrência da pandemia do coronavírus (causador da covid-19) e suas consequências de isolamento social e paralisação das atividades nas comunidades.

De forma específica, obtivemos, na maior parte dos territórios investigados nesta pesquisa (Toledo, Matinhos, Pinhais, Marechal Cândido Rondon e Maripá), uma proporção relevante e satisfatória, representada por aproximadamente metade das crianças participantes de ao menos uma programação esportiva. Considerando que a pesquisa no município de Maringá abrangeu uma amplitude maior de territórios pesquisados (13 escolas), constatamos que um terço ($1/3$) das crianças estão inseridas em alguma programação esportiva. O caso da Ilha de Valadares, em Paranaguá, mostra uma realidade mais preocupante, tendo em vista que apenas um oitavo ($1/8$) das crianças pesquisadas estão envolvidas na prática de modalidades esportivas, presumindo-se que a vulnerabilidade acentuada e a ausência de oferta de políticas públicas de esporte para essa comunidade realçam tais indicadores.

Corroborando outros levantamentos nacionais sobre a preferência das crianças em relação a essas modalidades, apontamos que futebol e futsal são as modalidades mais praticadas na maioria dos territórios pesquisados. Por outro lado, revelamos haver diversidade de modalidades praticadas pelos jovens, que traduzem especificidades regionais e territoriais, com destaque para a indicação de um número relevante de alguns esportes pouco convencionais e tradicionais para crianças, como o *badminton* e ginástica rítmica em Marechal Cândido

Rondon, o tênis de campo e lutas em Maripá, o surfe em Matinhos e as lutas e natação em Maringá. Dessa forma, em primeiro lugar, ressaltamos a importância da oferta de modalidades esportivas diversificadas para esse público, pois é uma forma de oportunizar o conhecimento e a vivência de práticas para crianças com diferentes afinidades esportivas. Em segundo lugar, sublinhamos que essas afinidades são construídas dentro de contextos territoriais, com determinadas características socioculturais, econômicas e políticas. Se as primeiras são fundamentais na relação que as crianças estabelecem com as programações esportivas, as políticas são determinantes na oferta dessas programações.

Outra consideração importante está relacionada ao protagonismo da escola na adesão e aderência das crianças à prática esportiva. Revelamos ser ela o principal meio de divulgação sobre as programações esportivas nos territórios pesquisados. Outro dado relevante para a gestão responsável das ofertas é que a maior parte das crianças se desloca a pé e sozinha até o local de prática. Logo, reconhecemos a importância da localização e do engajamento local na oferta das programações esportivas.

A partir do exposto, recomendamos à gestão pública municipal, às escolas e demais instituições direcionadas para o atendimento às crianças, o fomento a ações de planejamento, execução e avaliação visando ao incentivo à prática esportiva, de forma que considerem a complexidade e abrangência de fatores presentes na participação infanto-juvenil em uma modalidade esportiva, em determinado território. Afinal, como dito nas linhas introdutórias, o território não é somente o espaço onde as programações são ofertadas, na medida em que participa da própria materialização dessas programações.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. L. C. Infância e cidade: reflexões sobre espaço e lugar da criança. **Aprender - Cad. de Filosofia e Psic. da Educação**, Vitória da Conquista, v.ano X, n. 16, p. 107-127, 2016. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/2347/1958>. Acesso em: 22 dez. 2020.

AUTHIER, J. Y. La question des “effets de quartier” en France. Variations contextuelles et processus de socialisation. *In*: AUTHIER, J. Y.; BACQUÉ,

M. H.; GUÉRIN-PACE, F. (Org.s). **Le Quartier**: enjeux scientifiques, actions politiques et pratiques sociales. Paris: La Découverte, 2006. p. 206-216.

BALZANO, O. N. *et al.* O futsal como ferramenta na formação desportiva do atleta de futebol de campo. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 15, n. 152, jan. 2011. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd152/o-futsal-na-formacao-de-futebol-de-campo.htm>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BARBANTI, V. O que é esporte? **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Londrina, v. 11, n. 1, p. 54-58, 26 abr. 2006. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/833>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BORFE, L. *et al.* Atividades realizadas no tempo livre e tipo de deslocamento para a escola: um estudo com escolares do município de Santa Cruz do Sul, RS. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, v. ano 16, n. 163, p. 1-7, dez. 2011. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd163/atividades-no-tempo-livre-e-deslocamento.htm>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Diretrizes do Programa Segundo Tempo**. 2018. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo/orientacoes/manuais-de-diretrizes>. Acesso em: 23 set. 2020.

CAMPOS, H. **Capoeira na escola**. Salvador: EDUFBA, 2001.

CARON, A. E. G.; MARCHI JUNIOR, W.; SILVA, M. M. O Mapeamento mapeamento da produção científica sobre projetos esportivos no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 26-49, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1809>. Acesso em: 20 dez. 2020.

COHN, C. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

DARIDO, S. C.; OLIVEIRA, A. A. B. Procedimentos metodológicos para o Programa Segundo Tempo. In: OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G. L. (Org.s). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo**: da reflexão à prática. Maringá: Eduem, 2009, p. 207-236.

DELOITTE. **Rugby e artes marciais são os esportes apontados como os de maior crescimento futuro no Brasil**. Deloitte Touche Tohmatsu,

2011. Disponível em: <http://www.deloitte.com.br/Comunicados/ReleasePesquisaEsportes.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

DOTTO, A.; MYSKIW, M.; FORELL, L. Projetos sociais esportivos: análise da produção da área no Brasil e na América do Sul. *In: IX CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE.*, 9., 2018, Lajeado.

Anais... Lajeado: UNIVATES, 2018. Disponível em <http://congressos.cbce.org.br/index.php/9sulbrasileirocbce/9sulbrasileirocbce/paper/viewFile/10900/5687> Acesso em: 23/09/ set. 2020.

FERREIRA, V. M. R. Deslocamento de crianças nos bairros de Curitiba e sua relação com processos de socialização. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 10, n. 1, p. 52-68, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14244/198271991231>. Acesso em: 17 dez. 2020.

FONSECA, C. **Futsal: o berço do futebol brasileiro**. São Paulo: Aleph, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Práticas de esporte e atividade física**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100364.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

KRAVCHYCHYN, C.; OLIVEIRA, A. A. B. Projetos e programas sociais esportivos no Brasil: uma revisão sistemática. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 4, p. 1051-1065, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.54017>. Acesso em: 20 dez. 2020.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Artmed, 1999.

MALAGUTTI, J. P. M.; HIRATA, E.; STAREPRAVO, F. A. O futebol / futsal e as políticas públicas das cidades do estado do Paraná. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 4, p. 842-854, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rpp.v19i4.39154>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In: MINAYO, M.C.S. (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-30.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Diagnóstico Nacional do Esporte – DIESPORTE, Caderno 1**. Ministério do Esporte: Brasília, 2015. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/diesporte/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

OLIVEIRA, M. M. M.; LOURENÇO, M. R. A; TEIXEIRA, D. C. Incidências de lesões nas equipes de Ginástica Rítmica da UNOPAR. **UNOPAR Científica. Ciências biológicas e da saúde**, Londrina, v. 5/6, n. 1, p. 29-40, out. 2003/2004. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/JHealthSci/article/view/1633>. Acesso em 20 dez. 2020.

PARLEBAS, P. **Juegos, deporte y sociedad**: léxico de praxiología motriz. Barcelona: Paidotribo, 2001.

SANTOS, B. L. **Esporte e lazer na Ilha dos Valadares**: uma análise do acesso à a experiências esportivas de crianças do Ensino Fundamental I. 2019. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (Graduação em Educação Física). Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná – setor litoral, Matinhos, 2019.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 7-31, 2001. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/mostraPagina.php?paginapdf=10018134/100181340001.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SOUZA, A. R. *et al.* Deslocamento ativos no trajeto casa-escola em alunos de escolas do meio rural e urbano. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo. v. 12. n. 79, Supl. 2, p. 953-961, 2018. Disponível em: <http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/view/1543>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SOUZA, D. L.; CASTRO, S. B. E; MEZZADRI, F. M. Facilitadores e barreiras para a implementação e participação em projetos sociais que envolvem atividades esportivas: os casos dos projetos Vila na Escola e Esporte Ativo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 419-430, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1807-55092012000300008>. Acesso em: 20 dez. 2020.

THOMASSIM, L. E. C. **O “público-alvo” nos bastidores da política**: um estudo sobre o cotidiano de crianças e adolescentes que participam

de projetos sociais esportivos. 296 fp. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) -- Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SEÇÃO III

MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER

CENTROS DE MEMÓRIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER EM UNIVERSIDADES PARANAENSES: UEL, UEM E UFPR

Ademir Faria Pires
Adriely Gonçalves Orlando
André Mendes Capraro
Carlos Herold Júnior
Cláudio Kravchychyn
Ieda Parra Barbosa Rinaldi
Jacqueline Osana da Silva
João Pedro Lezan
Jorge Both
Karolline Zanetoni dos Santos Moldo
Marcelo Moraes e Silva
Matheus Chiconato Borges
Matheus Henrique Mendes Oliveira
Ricardo João Sonoda-Nunes
Rubiane Giovane Fonseca
Thiago Pelegrini
Tony Honorato
Weslei da Mota

INTRODUÇÃO

Este texto se propõe a apresentar a construção e os resultados da ação de pesquisa intitulada *Centros de memória de educação física, esporte e lazer no Paraná*, da linha III: *Memória de educação física, esporte e lazer* do projeto Rede Cedes-Paraná (2015-2021)¹. A ação foi desenvolvida por pesquisadores em rede de investigação interinstitucional, envolvendo a Universidade Estadual do

¹ Em 2015, foi firmado junto ao Ministério do Esporte o convênio do Projeto Rede Cedes Paraná, com previsão inicial de dois anos para execução. Contudo, os recursos financeiros aportaram no final de 2018 e o termo de convênio foi prorrogado, no final de 2020, até maio de 2021. Por isso, estabeleceu-se a temporalidade do Projeto Rede Cedes-PR entre 2015 e 2021.

Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Federal do Paraná (UFPR – Curitiba e Setor Litoral) e Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR). Essa ação de pesquisa foi coordenada pelos pesquisadores da UEL², UEM³ e UFPR⁴ e contou com os pesquisadores colaboradores vinculados às demais instituições supracitadas.

A construção da problemática da pesquisa considerou que desde a década de 1930 há na sociedade brasileira instituições civis específicas formando professores na área de Educação Física, esporte e seus fenômenos correlatos. Cada uma produziu e continua a produzir trajetórias com experiências singulares de sujeitos em temporalidades e territorialidades que permitem compreensões da história da Educação Física e do esporte. Para esse passado significativo deixar de ser lançado ao abismo do esquecimento perdendo elementos históricos explicativos do porquê, como e onde chegou-se à Educação Física brasileira, torna-se fundante serem formuladas cada vez mais políticas de preservação de memórias para produzir histórias. Um caminho potente é o fortalecimento de políticas voltadas à criação, estruturação, consolidação e funcionamento de centros de memória (CMs) em universidades nas quais há cursos de Educação Física.

Os CMs são lugares com objetivos de guardar, preservar, disponibilizar, divulgar e disseminar memórias e histórias institucionais como fundamentais para construção de identidades para a vida em sociedade. Eles fomentam a produção de conhecimento histórico com seus acervos, fundos e coleções, e muitas vezes cumprem a função de promover exposições temáticas e consultas de obras de referências disponíveis em suas bibliotecas. Segundo Macedo e Goellner (2019), no campo acadêmico-profissional da Educação Física brasileira, as primeiras iniciativas de CMs institucionalizados remontam à década de 1990, no contexto de uma renovação historiográfica que contribuiu para edificar espaços no interior

² Tony Honorato (bolsista responsável local). Pesquisadores: Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires; Jorge Both; Matheus Chiconato Borges; Rubiane Giovane Fonseca; Thiago Pelegrini.

³ Ieda Parra Barbosa Rinaldi (bolsista responsável local). Pesquisadores: Ademir Faria Pires; Adriely Gonçalves Orlando; Carlos Herold Junior.

⁴ Ricardo João Sonoda Nunes (bolsista responsável local). Pesquisadores: André Mendes Capraro; Jacqueline Osana da Silva; João Pedro Lezan; Marcelo Moraes e Silva; Matheus Henrique Mendes Oliveira; Weslei da Mota.

das universidades com a função ampla de guarda de memórias institucionais. Entre eles registram-se:

Quadro 1 - Centros de memória das universidades federais

Centro	Sigla	Fundação
Centro de Memória do Esporte	Ceme/UFRGS	1996
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	Cemef/UFMG	2001
Centro de Memória Inezil Penna Marinho	CMIPM/UFRJ	2001
Centro de Memória da Educação Física e do Esporte no Nordeste	Cemefen/UFPB	2002
Centro de Memória do Departamento de Educação Física	Cemedef/UFPR	2004
Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	Cemefel/UFS	2005
Centro de Memória do Esporte e da Educação Física da Bahia	Cemeefb/UFBA	2008
Centro de Memória do Esporte e da Educação Física de Juiz de Fora	Cemeef/UFJF	2009
Centro de Memória da Educação Física e do Esporte	Cemefe/UFMT	2013
Memorial da Educação Física e do Esporte	Memorial do CEFD/UFSM	2014

Fonte: Macedo e Goellner (2019, p. 3).

Os centros de memória de Educação Física mais institucionalizados vão ocupando espaços nas universidades federais, destacadamente na primeira década do século XXI. Soma-se a esse movimento o Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer (Cemefel) do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (Ifsuldeminas – *campus* Muzambinho) criado em 2010 e as experiências em universidades estaduais, tais como a criação em 2009 do Centro de Memória, Informação e Documentação sobre Educação Física, Esporte e Lazer (Cemidefel) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e em 2010 a criação da Sala de Coleções Especiais da Biblioteca Prof. Asdrúbal Ferreira Batista da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

No contexto das universidades, os CMs apresentam-se como lugares de atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Em âmbito de graduação e pós-graduação, podem ser realizadas aulas teórico-práticas nos CMs e com isso ampliar-se-iam ações formativas. As bases documentais de acervos são muitas vezes angariadas e organizadas por meio de ações extensionistas, que objetivam

enfrentar a problemática da degradação de documentos que estão lançados às pragas, poeiras e porões. A constituição e a disponibilização de suas coleções e fundos podem fomentar pesquisas de iniciação científica, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, fortalecendo a produção de conhecimento acadêmico-científico. Há expectativa de inovações objetivadas na produção de materiais didáticos, cadernos de memória, tecnologias de catalogação, estudos de temáticas pouco exploradas preenchendo lacunas de conhecimento, utilização de novas metodologias de ensino, contribuição para a elaboração de políticas públicas na área, entre outras.

Os CMs localizados nas universidades são canais de transferência de conhecimento histórico e memórias das práticas corporais essenciais para construção de identidades coletivas, consciências históricas e valores para a vida em sociedade. Nesses lugares, é possível preservar registros do passado, reconstruir histórias e redimensionar o amanhã.

Com as experiências dos centros de memória nas universidades (GOELLNER, 2007; LUCENA; MENDES; CANUTO, 2011; MACEDO, 2017; MAZO, 2001; MELO, 2005; MORO; GODOY, 2006; PIRES *et. al.*, 2012; QUEIROZ *et. al.*, 2014; ROSA; CUNHA; JESUS, 2008), observa-se então que a organização, sistematização e transmissão de informações e conhecimentos históricos enfrentam, por um lado, dilemas entre a pesquisa e a disponibilização de fontes. Por outro, é desafiadora a promoção da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão-inovação, o que potencializaria ainda mais a formação de profissionais para intervirem em diferentes segmentos da área de Educação Física, entre eles nos programas de esporte, lazer e atividade física providos pelo poder público para a população.

Assim, as universidades que ofertam cursos de Educação Física demandam cada vez mais por lugares específicos de preservação, disponibilização e disseminação de documentos históricos e memórias, isto para ampliar o desenvolvimento de práticas formativas e de produção de conhecimento a ser transferido, visando à resolução de questões socioculturais e à qualificação da experiência de consciência histórica, bem como uma possibilidade de capacitação de educadores e de gestão de políticas públicas que atuem de modo socialmente significativo, se apropriando de processos do passado para reler o presente e projetar o futuro.

Considerando o cenário, os pesquisadores da Rede Cedes-PR detectaram que, na área de Educação Física e esporte, diferentes desafios vêm sendo postos, entre eles encontrou-se a necessidade crescente de enfrentamento da problemática de implantar, estruturar e consolidar lugares de memória e de produção do conhecimento histórico sobre educação física, esporte e lazer. Pensando com Nora (1993), os lugares de memória são, simultaneamente e em graus diversos, material simbólico e funcional, isso porque eles nascem e vivem do sentimento de que não há mais memória espontânea e natural. Logo, é preciso criar e fomentar arquivos, centros e instituições que, por meio de seus agentes, superem iniciativas individuais e particulares na preservação da memória e na problematização histórica.

Tornou-se, então, emergencial configurar lugares de memória nas universidades como alternativa de intervenção política, sociocultural, pedagógica e científica no campo acadêmico-profissional da educação física e de suas interfaces com as políticas públicas de esporte, lazer, saúde e educação. Conforme Goellner (2007, p. 237), a intervenção política de um centro de memória não se resume em “agrupar dados, objetos, documentos, experiências individuais e coletivas, mas, fundamentalmente, preservar e transmitir informações oriundas de suas coleções às novas gerações, por entender que ali alojam-se conhecimentos de grande significação social”.

Ao quadro de urgência de implantação, estruturação, consolidação e ampliação de lugares de memórias, somou-se a preocupação em disponibilizar para a sociedade paranaense documentos, informações e conhecimentos sobre a memória e a história da Educação Física, do esporte e do lazer em âmbito local, regional e nacional. Nestes termos, na Rede CEDES-PR (2015-2021), foi concebida a linha III de pesquisa, *Memória da educação física, esporte e lazer*.

A linha III estruturou-se em duas ações: 1) Centros de memória de educação física, esporte e lazer em universidades públicas no Paraná; 2) Memórias dos cursos de educação física e esporte no estado do Paraná. Os seus objetivos gerais foram: a) fomentar e contribuir com a qualificação de Centros de Memória de Educação Física, Esporte e Lazer no Paraná; e b) desenvolver estudos sobre histórias e memórias dos cursos de Educação Física e esporte no Paraná. Para atingir os objetivos, os pesquisadores da Rede Cedes-PR elegeram como estratégia o fortalecimento e a estruturação de dois CMs então existentes – o Centro

de Memória do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (Cemedef/UFPR – criado em 2004) e o Centro de Memória, Informação e Documentação sobre Educação Física, Esporte e Lazer da Universidade Estadual de Londrina (Cemidefel/UEL – criado em 2009) –, e a criação e a implantação de um Centro de Memória de Educação Física na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

As estratégias implicaram ampliar os acervos do Cemedef-UFPR e do Cemidefel-UEL. A criação do Centro de Memória do Curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (Cemedef-UEM) também foi concretizada, conforme será apresentado mais à frente.

O Cemidefel-UEL, o Cemedef-UFPR e o Cemedef-UEM, ligados à Rede Cedes-PR, foram contemplados com a aquisição de equipamentos, tais como microcomputador, *notebook*, armário, estante, projetor multimídia e material de consumo. Os equipamentos foram fundamentais para a coleta, organização, digitalização, catalogação e acondicionamento dos documentos.

Por sua vez, os acervos dos CMs podem ser organizados tomando como referência à disposição diferentes fundos e coleções, entre eles: arquivos pessoais; audiovisual; bibliográfico; curso de Educação Física e esporte; documentos institucionais; *e-books*; hemeroteca; iconográfico; memória material; memória oral; periódicos impressos e *online*. Há também o entendimento de que cada CM é detentor de singularidades orientadoras de formulações de fundos, coleções e acervos.

Os pesquisadores da linha III da Rede Cedes-PR, especificamente na constituição e ampliação dos acervos, focaram na identificação e seleção de documentos institucionais referentes à trajetória dos cursos, departamentos e centros de Educação Física e esporte de oito universidades públicas paranaenses: UNICENTRO (*campus* Guarapuava e Irati), UEL, UEM, UENP (*campus* Jacarezinho), UNIOESTE (*campus* Marechal Cândido Rondon), UEPG, UFPR (Curitiba e Setor Litoral) e UTFPR (*campus* Curitiba). Isso permitiu que cada CM pudesse constituir um fundo documental sobre cursos de Educação Física e esporte nas IES do Paraná. No caso do Cemidefel e do Cemedef-UEM houve também a eleição da imprensa periódica – jornal Folha de Londrina (1952-1960) e O Diário Norte do Paraná (1974-1982) – como possibilidade de constituição de

fundos sobre as manifestações de esporte, lazer e das demais práticas corporais na cidade.

Para essas atividades de pesquisa, o trabalho em rede foi crucial, por se caracterizar como uma valência aberta e complexa demandando interações, cooperações, solidariedades e relações sustentáveis entre os pesquisadores e as instituições universitárias. Sem ele, dificilmente a investigação envolvendo cursos de Educação Física de oito universidades paranaenses seria realizada em um exíguo prazo. Por outro lado, a investigação em rede exigiu o desafio de estabelecer diretrizes de pesquisa, permitindo um maior entrelaçamento das ações e de seus sujeitos. Nesse sentido, três diretrizes foram formuladas pelos pesquisadores, voltadas à constituição dos fundos documentais Cursos de educação física e esporte no Paraná:

1^a) Documentos a localizar, identificar, selecionar e digitalizar: projetos pedagógicos de curso; processos de reconhecimento de curso; resoluções de currículos de curso; relatórios; programa de cadeiras/disciplinas; atas de reuniões pedagógicas e administrativas; fotografias;

2^a) Locais de pesquisa: pró-reitorias; departamentos e centros de Educação Física, sistema de arquivos das IES e outros;

3^a) Organização e catalogação dos dados em planilha Excel seguindo os indicadores e colunas de catalogação de fontes:

Quadro 2 - Indicadores da planilha de catalogação de fontes

Indicadores/ colunas	Descrição
Instituição	registrar nome e a sigla das diferentes instituições (Escola de Educação Física e Desporto do Paraná; Fundações de Ensino Superior; CEFET; Faculdades; Universidades e seus <i>campi</i> ; etc.).
Modalidade de Curso	registrar o nome do curso de formação voltado a professores, profissionais, técnicos, instrutores (Curso Normal, Educação Física Infantil, Educação Física Superior, Instrutor de Ginástica, Técnica Desportiva, Treinamento e Massagem, Medicina do Esporte, Licenciatura, Bacharelado etc.).
Título do documento	transcrever o título de capa principal e geral do documento. Na ausência, anotar: s/t (= Sem título).

continua

conclusão

Indicadores/ colunas	Descrição
Descrição do assunto	transcrever o assunto geral registrado no documento, bem como registrar os assuntos estruturais do documento, as finalidades do documento.
Ano	registrar o ano de referência do documento (4 dígitos).
Quant. Páginas/ Folhas	registrar o número da última página (por ex.: 102 p.) ou da última folha (50 f.) do documento físico (datilografado, impresso, manuscrito, mimeografado, etc.), seguindo da abreviatura “p.” ou “f.”.
Quant. Páginas PDF	registrar o número geral de páginas PDF do documento originalmente digital ou físico digitalizado.
Interessado	registrar dados de identificação do órgão institucional (depto.; colegiado; direção; centro; setor; faculdade; diretório de estudantes; reitoria; prefeitura; governo estadual; conselhos etc.) ou da(s) pessoa(s) proponente(s) do documento.
Número Institucional	registrar o número de identificação institucional (Ex. 224-1987; 128/1971; 010-17/05/1980; n. de processo; n. de ofício; n. de relatório; n. de circular interna; etc.). Muitos documentos apresentam número + ano do protocolo/processo. Na ausência, registrar: s/ni (= sem número institucional)
Tipo de documento	registrar o(s) tipo(s) de documento(s): por ex.: relatório anual/bimestral, ata, parecer, projeto de curso, programa de disciplina, projeto, ofício, circular, resolução, decreto, lei, fotografias, etc.).
Local do original	registrar o nome do local e demais informações (por ex.: código; n. caixa/pasta etc.) para que o interessado possa ter acesso facilitado ao documento original (físico ou digital). Por ex.: Centro de Memória; Prograd, nome do arquivo geral da IES.
Local do Centro de Memória	registrar dados para localização do documento no acervo do centro de memória (UEL, UEM e/ou UFPR).
Observação	registrar outras informações que contribuirão para o melhor entendimento do conteúdo e do tipo de documento, bem como para melhor entendimento dos dados registrados nas colunas da planilha.

Fonte: Autores (2020).

As diretrizes de pesquisa e de registro dos documentos históricos ampliaram as conexões entre os pesquisadores e os três CMs (Cemidefel, Cemedef-UFPR e Cemedef-UEM), permitindo certa padronização na criação do fundo de

pesquisa, em cada CM, intitulado Cursos de Educação Física e esporte no Paraná. Essa ação facilitou e facilitará o acesso aos documentos coletados por meio de intercâmbios interinstitucionais e respeitando a singularidade de cada CM.

A seguir, apresentamos cada centro de memória que compõe a Rede Cedes Paraná (2015-2021).

Cemedef - UFPR

O Centro de Memória do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (Cemedef/UFPR) foi criado em 2004, oriundo de uma proposta coordenada pela professora Vera Luiza Moro, com apoio de outros professores do departamento, estudantes de graduação e pós-graduação e auxílio do Arquivo Público do Paraná (QUEIROZ *et. al.*, 2014; SOUZA; CAPRARO, 2010; 2013). Inicialmente, o Centro de Memória teve como objetivo principal recuperar, preservar e divulgar a memória da antiga Escola de Educação Física e Desportos (MORO; GODOY, 2006, p. 120).

Os trabalhos iniciaram-se com o apoio de três bolsistas voluntários, organizando a documentação, que foi separada por tipo e cronologia dos referidos documentos. Posteriormente, visando realizar adequadamente os procedimentos de inventariação, higienização e armazenamento, foi efetuado contato com o Arquivo Público do Paraná, para conhecer tal processamento técnico da documentação. As primeiras ações identificaram documentos originários da antiga Escola de Educação Física e Desportos do Paraná/EEFDP – fundada em 1941, tais como: relatórios de concurso de habilitação de docentes e de vestibular, atas de reuniões, fichas de cadastro de estudantes e professores, documentação contábil, entre outros.

Segundo Moraes e Silva e Capraro (2011), e também Queiroz *et. al.* (2014), a EEFDP foi fundada em 1941, estimulada pelo atendimento à demanda de formação de profissionais da área de Educação Física com vistas à atuação em clubes e escolas paranaenses. Com sede em Curitiba – capital do estado, a escola foi incorporada à Universidade Federal do Paraná (UFPR) no ano de 1977 e atualmente é o Departamento de Educação Física, vinculado ao Setor de Ciências Biológicas da mesma Universidade.

O Cemedef-UFPR é vinculado ao Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade (Cepels), que desde 2004 compõe a Rede Cedes Paraná. No ano de 2008, o acervo do Centro de Memória foi ampliado, recebendo informações e documentação sobre a atividade estudantil das décadas de 1980, 1990 e 2000, vinculada ao Centro Acadêmico do Curso de Educação Física (CAEF) da UFPR. Também passaram a integrar o seu acervo um conjunto de materiais doados por professores e ex-professores do respectivo curso, o que se denomina *arquivos pessoais*.

Em relação à estrutura física, o CM era constituído por quatro pequenas salas, sendo uma para reuniões e outras três para a guarda de documentos, sendo: a) sala de catalogação de documentos; b) sala de identificação e higienização de documentos; c) sala de guarda e pesquisa de documentos.

O acervo do Cemedef-UFPR apresenta cerca de 700 obras e itens, entre livros, periódicos, manuais, boletins, revistas, monografias, artigos, coletâneas, atas, correspondências, ofícios, fontes iconográficas e outros documentos administrativos (QUEIROZ *et. al.* 2014; SOUZA; CAPRARO, 2010; 2013). Souza e Capraro (2010; 2013) registram ainda a tarefa de manter esses materiais livres da degradação, visto que o prédio do Departamento de Educação Física era muito antigo, sendo necessário realizar uma série de ações.

Ao final de 2019, o Departamento de Educação Física da UFPR foi transferido para uma nova edificação, sendo destinada ao Cemedef uma sala com 36,12 m² de área com placa de identificação personalizada. Foram mantidos os armários e estantes em aço para guarda do acervo. Essa mudança coincide com o período do projeto da Rede Cedes Paraná (2015-2021), que adquiriu equipamentos (microcomputadores, *notebook*, projeto de multimídia, outros) para estruturar o Centro de Memória.

Com a Rede Cedes, o Centro Memória da UFPR, além das condições físico estruturais, pôde sobretudo retomar suas atividades de catalogação de fontes. Até o presente momento, a equipe do Cemedef, composta por docentes e estudantes (bolsistas e colaboradores), conseguiu catalogar todos os relatórios da EEFD, ao todo são 102 documentos produzidos entre 1944 e 1977, que juntos somam mais de 22.000 páginas. Nesse processo de catalogação, foi utilizado a planilha Excel, já apresentada na introdução deste texto, com detalhe para a

coluna *descrição do assunto*, que gerou 37 temas formulados com o agrupamento de conteúdos, conforme segue:

- 1) Acadêmico/aluno/estudante concluinte do curso (por ano ou integral) por ordem de classificação; 2) Acadêmico/aluno/estudante matriculado (períodizado e dependente) por ano/período/série e curso; 3) Acadêmico/aluno/estudante que trancou a matrícula por ano/período/série e curso; 4) Ata de sessão de colação de grau de curso (diversos); 5) Ata de sessão/reunião da congregação; 6) Ata de sessão/reunião do colegiado de curso; 7) Ata de sessão/reunião do conselho administrativo; 8) Ata de sessão/reunião do conselho departamental; 9) Ata de sessão/reunião do conselho técnico-administrativo; 10) Ata de sessão/reunião do departamento de cadeiras/disciplinas pedagógicas; 11) Balanço/balancete econômico/contábil/patrimonial; 12) Banca/comissão examinadora de avaliação/prova de acadêmico/aluno/estudante matriculado; 13) Concurso docente; 14) Corpo docente (adido; assistente; auxiliar; catedrático; coadjuvante; contratado; instrutor; titular; voluntário) e outros cargos: alteração e relação; 15) Corpo docente: currículo/*curriculum vitae*; 16) Dados acadêmicos gerais sobre o curso por série: Resultado de avaliação/exame/prova por cadeira/disciplina realizada em segunda época; Número de matriculados, submetidos a exames finais, percentual de aprovados por cadeira/disciplina; Número de matrículas por curso; 17) Descrição, quantidade e percentagem de pontos; descrição de questões de avaliação/prova por cadeira/disciplina; 18) Edital de inscrição (data; horário; local; banca examinadora) do concurso de habilitação/vestibular (publicação em jornal); 19) Edital de inscrição (data; horário; local; banca examinadora); Relação de candidato inscrito do/no concurso de habilitação/vestibular; 20) Guia de transferência de acadêmico/aluno/estudante; 21) Histórico escolar de acadêmico/aluno/diplomado/estudante; 22) Informação (data; horário; duração) de prova por cadeira/disciplina; 23) Informação (horário; duração) de aula por cadeira/disciplina; 24) Informação sobre início de uma seção: Parte apreciativa e Parte documentária; 25) Informações gerais (Entidade/Instituição/Mantenedora; Equipe administrativa; História/Histórico; Organização didática; Capacidade e gestão financeira; Regimento interno); 26) Infraestrutura (aparelhamento; aparelho; biblioteca; edifício; equipamento; material; material didático; melhoramento; obra); 27) Matérias lecionadas/ministradas por cadeira/disciplina; 28) Número de aulas por cadeira/disciplina e número de faltas do corpo docente (mapa; quadro; tabela); 29) Ofício de abertura/sumário do relatório; 30) Parecer

(concurso de habilitação/vestibular)/ Termo de visita da Inspetoria/do Inspetor Federal; 31) Parecer do Centro/Diretório Acadêmico; 32) Pontos; questões de avaliação/prova por cadeira/disciplina: descrição/relação = pontos e questões; quantidade e percentagem não lecionada = pontos; 33) Programa (matéria/conteúdo) previsto por cadeira/disciplina; 34) Regimento interno; 35) Relatório de psicologia experimental; 36) Resultado de avaliação/exame/prova por cadeira/disciplina (dependência; final; regular; segunda época) e geral (parcial; anual); 37) Resultado/Classificação do concurso de habilitação/vestibular.

Para melhor compreensão e organização desses dados, foram convencionados o uso de pontuações e símbolos descritos no quadro a seguir:

Quadro 3 - Pontuação e símbolos utilizados na catalogação específica dos relatórios da EEFD

Símbolo	Descrição
\	utilizada para separar categorias de assunto
/	utilizada para separar termos similares dentro da mesma categoria de assunto
;	utilizado para separar assuntos de uma mesma categoria
:	utilizado para indicar ramificação ou desdobramento sobre um termo ou assunto
()	utilizados para indicar informações adicionais sobre um termo ou assunto
=	utilizado para indicar vínculo entre os assuntos de uma mesma categoria

Fonte: Autores (2020)

Além desses relatórios, no contexto das ações da linha III da Rede Cedes-PR, para ampliação de acervo foram catalogados os projetos pedagógicos de curso (PPCs) e outros documentos relacionados dos seguintes cursos: graduação em Educação Física (bacharelado EaD, bacharelado presencial e licenciatura) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); graduação em Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da UFPR (bacharelado e licenciatura), graduação em Gestão Desportiva e do Lazer (bacharelado) e graduação em Educação Física (licenciatura) do Setor Litoral da UFPR; graduação em Educação Física (bacharelado presencial e licenciatura) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Alguns desses documentos foram digitalizados e outros já estavam disponíveis em versão digital, ao todo foram catalogadas 216 fontes que totalizam 27.544 páginas digitais. Esses PPCs passaram a integrar o acervo do Cemedef-UFPR.

Embora todo o esforço realizado pela equipe da Rede Cedes Paraná nos últimos dois anos para ampliação do acervo e estruturação do Cemedef-UFPR, ainda é necessário reorganizar boa parte do acervo na sala atual, para posteriormente considerar a possibilidade de disponibilização dos documentos para consulta do público e outras atividades didáticas formativas. O trabalho está longe de ser concluído, se constitui como um desafio constante que pode ser potencializado integrando atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Cemidefel – UEL

O Centro de Memória, Informação e Documentação sobre Educação Física, Esporte e Lazer (Cemidefel) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) teve seu início, registrado institucionalmente, em agosto de 2009, como um programa de extensão constituído por um conjunto de ações. A criação do programa justificou-se pela necessidade de continuidade e ampliação das atividades que já estavam sendo desenvolvidas pelo Centro de Memória do Esporte Londrinense (Cemel-UEL), implantado em novembro de 2004 e coordenado pelo professor Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires, que é docente no Departamento de Estudos do Movimento Humano (EMH) do Centro de Educação Física e Esporte (CEFE) da UEL.

Segundo Pires *et al.* (2012), o Cemel foi o ponto de partida para a constituição do Cemidefel e em 2009 ele teve o seu campo de estudos do esporte ampliado para o do lazer e da educação física, que envolvem práticas da cultura corporal tais como as do jogo, brincadeira, ginástica, dança, lutas e atividades de aventura. A principal finalidade do Cemidefel é recuperar, preservar, organizar, salvaguardar, pesquisar e divulgar acervos documentais materiais e imateriais, permitindo acesso à produção de memórias e histórias dos cursos de Educação Física e Esporte da UEL, bem como das manifestações da cultura corporal e esportiva na cidade de Londrina-PR.

O Cemidefel se alicerça no interesse e cuidado com a memória, materialidade, documentação e informação como fontes disponíveis às possibilidades de se reconstruir memórias e histórias, considerando a cultura material objetivada e as sensibilidades da consciência histórica de atores sociais. Assim, o tempo passado interpelado como representação de práticas sociais é assumido como alternativa

de produção de conhecimento histórico para que se possa aproximar da realidade. Atualmente, ele está vinculado ao Núcleo de Educação Física, Esporte e Lazer (NEFEL-UEL) e integra ações da linha III de pesquisa da Rede Cedes-PR.

No contexto do Cemidefel, muitas ações de pesquisa, extensão e ensino foram realizadas envolvendo memória imaterial e memória material. Entre elas, registram-se alguns projetos institucionalmente formalizados:

- *Mulheres guerreiras do esporte londrinense: o resgate das memórias de Cleusa Maria Irineu e Vanda Sanches*. Coord.: Prof. Antonio Geraldo M.G. Pires.
- *O resgate da memória do professor Vitor Marinho de Oliveira: um mergulho no pensamento pedagógico da Educação Física brasileira*. Coord.: Prof. Antonio Geraldo M. G. Pires.
- *Criação e implantação do Cemidefel Virtual*. Coord.: Prof^a. Catiana Leila Possamai Romanzini.
- *História do esporte e do lazer em Londrina (1934-1960)*. Coord.: Prof. Tony Honorato.
- *O esporte e o lazer na cidade de Londrina segundo a imprensa periódica (1952-1960)*. Coord.: Prof. Tony Honorato.
- *História da educação e da educação física pelos impressos*. Coord.: Prof. Tony Honorato.
- *Garimpendo a memória do CEFE – Fase I e II*. Coord. Prof. Antonio Geraldo M.G. Pires.

O acervo do Cemidefel é constituído pelos seguintes norteadores: bibliográfico (livros, coletâneas, obras de referência, apostilas, manuais, TCCs, monografias); iconográfico (fotografias, pinturas, quadros, desenhos, cartazes); filmoteca (filmes, documentários, vídeos de palestras e eventos, depoimentos); memória imaterial (entrevistas e depoimentos transcritos); jornais; hemeroteca (recortes temáticos de revistas e jornais); arquivos pessoais de professores. O lugar tem características de arquivo, biblioteca e espaço de referência para pesquisas e encontro de grupos de pesquisa.

O Cemidefel, uma vez vinculado à Rede Cedes Paraná (2015-2021), pôde intensificar o seu processo de estruturação demarcada por aquisição de tecnologias (2 microcomputadores, 1 *notebook*, 2 armários de aço sem porta para pasta AZ, 2 armários com portas)⁵ e de ampliação do seu acervo. Os materiais

⁵ No projeto Rede Cedes Paraná (2015-2021), para o trabalho no centro de memória da UEL, estava prevista aquisição de 1 *scanner* planetário, 1 *scanner* Bookeye 4 V2 profissional e 1 arquivo deslizante. Contudo, os

permanentes foram alocados em duas salas de aproximadamente 30 m² cada, que abrigam o Cemidefel e NEFEL do Centro de Educação Física e Esporte (CEFE). As salas estão estruturadas com estantes de livros conformando uma biblioteca, armários da filмотeca, móvel com gavetas para hemeroteca, arquivos GV de pastas suspensas, armários de madeira e de aço acondicionando documentos, 1 impressora, 1 *scanner*, computadores, gravadores, 1 projetor multimídia, 1 retroprojetor, 1 aparelho de TV, rede lógica, mesas e cadeiras.

No que diz respeito à ampliação de seu acervo, os pesquisadores da Rede Cedes-PR avançaram em duas direções: 1^a) documentos institucionais dos cursos de Educação Física e esporte da UEL; 2^a) digitalização do jornal Folha de Londrina (1952-1960) e catalogação de seus registros sobre manifestações esportivas e de lazer.

Os documentos dos cursos de Educação Física e esporte da Universidade Estadual de Londrina foram encontrados no arquivo da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), no Sistema de Arquivos da UEL (SAUEL) e no Centro de Educação Física e Esporte (CEFE). Entre 1972 e 2019, na UEL funcionaram, cada um em sua temporalidade, os cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física e o curso de bacharelado em Esporte. Essas modalidades de cursos circunscreveram a investigação realizada pelos pesquisadores da Rede Cedes na UEL.

A coleta de documentos institucionais resultou em 34.399 páginas digitalizadas e organizadas em 1.285 pastas eletrônicas. Os documentos identificados e catalogados foram produzidos entre 1968 e 2019. Abaixo segue uma relação dos tipos de documentos encontrados:

Projetos dos Cursos de Educação Física e Esporte; Programas e planos de ensino das disciplinas curriculares; Processos de reconhecimento dos cursos; Resoluções de aprovação de propostas e adequações curriculares; Atas de colegiado dos cursos; Ofícios de Chefia de Departamento, Coordenador de Colegiado e Direção de Centro; Relatórios de prestação de contas; Projetos dos cursos de pós-graduação *lato sensu*; Projetos dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado); Projetos de disciplinas especiais e de ensino; Projetos de extensão universitária; Projetos e relatórios de eventos; Projetos de pesquisa;

equipamentos não foram adquiridos por razões de inviabilidade administrativa e de execução orçamentária, motivada pelo convênio com o Governo Federal, Ministério do Esporte. Os trabalhos foram realizados com *scanners* e máquinas fotográficas disponíveis no Cemidefel e no Projeto MEL – Museu Escolar Londrinense.

Relatórios de projetos de ensino, pesquisa e extensão coordenados pelos professores dos cursos do CEFE; Projetos e relatórios do Núcleo de Atividade Física – NAFI; Planta arquitetônica do CEFE; Fotografias (900 imagens digitalizadas).

A digitalização desses documentos foi um significativo ato de preservação do patrimônio histórico documental dos cursos de Educação Física e Esporte da UEL, cujo primeiro curso de Educação Física comemorará seu cinquentenário em 2022. Depois de digitalizados, os documentos tendem a se manter intactos por um período maior de tempo, fazendo com que os originais perdurem ainda mais, permitindo aos interessados analisar experiências do passado, reconstruir memórias e escrever histórias.

É importante destacar que os documentos originais depositados na SAUEL e na Prograd estão sob intervenção de técnicos especializados em arquivologia e encontram-se bem acondicionados. Para os dois órgãos de guarda consultados, os pesquisadores da Rede Cedes disponibilizaram um *backup* dos arquivos digitais produzidos durante as coletas.

Ainda sobre a pesquisa sobre documentos institucionais para ampliar acervos dos CMs, no trabalho em rede, os pesquisadores do Cemidefel também ficaram com a função de reunir documentos dos cursos de Educação Física da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO). Para isso, demandou um trabalho colaborativo entre os pesquisadores da UEL e os da UNICENTRO liderados pelo Prof. Deoclecio Rocco Gruppi – membro da linha III da Rede Cedes-PR.

A UNICENTRO conta com dois cursos de Educação Física, sendo um de licenciatura situado no *campus* de Irati (criado em 1997) e o outro de bacharelado (criado em 2004) ofertado no *campus* de Guarapuava. Sobre os dois cursos, a pesquisa resultou na coleta e catalogação de 2.023 documentos, entre eles constam projetos pedagógicos de cursos (PPCs: 1997-2015), planos de ensino (2002-2019), projetos de extensão (1997-2019), relatórios de eventos, atos oficiais, atas administrativas e pedagógicas. Esses documentos foram localizados nos Departamentos de Educação Física (*campus* Guarapuava e Irati), Pró-Reitoria de Ensino, Arquivo Geral da instituição, Divisão de Apoio Acadêmico (Diap) e no Sistema de Gestão Universitária (SGU-UNICENTRO). As planilhas com a catalogação foram enviadas aos pesquisadores da UNICENTRO e estão disponíveis para consulta no Cemidefel.

A ampliação do acervo do Cemidefel também foi potencializada com a criação do *Guia de fontes para pesquisa histórica do esporte e do lazer na cidade de Londrina (1952-1960)*. Para a constituição desse guia de fontes, os pesquisadores da Rede Cedes contaram com a digitalização na íntegra de 2.151 edições do jornal Folha de Londrina, publicadas entre 1952 e 1960⁶, que proporcionaram um acervo digital de 27.800 imagens, contribuindo assim com a preservação do periódico. Os exemplares do jornal foram identificados no suporte impresso no acervo da Biblioteca Pública Municipal de Londrina, um *backup* dos arquivos digitais foi depositado junto à Biblioteca.

Com os exemplares digitalizados, foi possível empreender esforços na identificação e catalogação de registros sobre as manifestações esportivas e de lazer na cidade de Londrina. Uma parcial dos resultados da pesquisa é visualizada no quadro 4, a seguir:

Quadro 4 – Número de registros sobre esporte e lazer publicados no Jornal Folha de Londrina

Ano / Número de ocorrências								
1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960
978	2.078	3.035	2.556	1.975	2.742	4.220	6.915	11.804

Fonte: Autores (2020).

No jornal Folha de Londrina (1952-1960), identificaram-se aproximadamente 36.303⁷ registros envolvendo manifestações de esporte e de lazer na cidade de Londrina. Esses registros compuseram o *Guia de Fontes para Pesquisa Histórica do Esporte e do Lazer na cidade de Londrina (1952-1960)*, formatado em 7.006 páginas de PDF, em letra fonte Arial tamanho 9. Esse guia ainda carece de intervenção editorial para ser amplamente disseminado junto à comunidade, por ora ficará disponível para consulta no Cemidefel.

A pesquisa na coleção Folha de Londrina e a pesquisa sobre os documentos institucionais dos cursos de Educação Física e Esporte da UEL e da UNICENTRO

⁶ O jornal Folha de Londrina foi fundado em 1948 e continua em produção e circulação, no suporte impresso e digital. Trata-se de um dos principais jornais impressos de Londrina e do Estado do Paraná, ele está presente em mais de 253 municípios. Registra-se que os exemplares das edições publicadas entre 1948 e 1952 não foram localizados na pesquisa, informações indicam que eles não existem mais. A periodização do estudo encerrou-se em 1960, em razão do tempo disponível para realizar a pesquisa, da quantidade de dados e da nossa capacidade de trabalho.

⁷ Aproximadamente porque a capacidade humana de quantificar apresenta limites e há margens de erro e subjetividades que nos constituem enquanto humanos. Essa atividade de pesquisa envolveu muitos estudantes. O estudante Matheus Chiconato Borges (UEL), bolsista da Rede Cedes-PR, organizou o *Guia de Fontes*.

permitiram a ampliação do acervo do Cemidefel, atendendo o objetivo da Rede Cedes Paraná de fortalecer o Centro de Memória. Ainda, os acervos produzidos, além da preservação documental, poderão servir de consulta para muitas outras atividades de ensino, pesquisa e extensão envolvendo temáticas de memórias e de histórias sobre o esporte, lazer e educação física.

Cemedef – UEM

O Centro de Memória do Curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (Cemedef/UEM), diferentemente do CM da UFPR e o da UEL, tem a sua criação recente, mais especificamente com a edição do projeto da Rede Cedes Paraná (2015-2021). Isto ocorreu, pois um dos objetivos da linha III de pesquisa foi criar e implantar um centro de memória na UEM.

Visando cumprir com as demandas de sua criação, um dos primeiros passos foi a institucionalização da pesquisa na UEM, com a aprovação do projeto encaminhado para o Comitê de Ensino e Pesquisa da universidade, sob o título *História e memórias da educação física, esporte e lazer na Universidade Estadual de Maringá* e sob a coordenação da professora Ieda Parra Barbosa Rinaldi – docente no Departamento de Educação Física (DEF-UEM).

O projeto tem como objetivo contribuir com a implantação do Cemedef-UEM e apresentar fontes referentes à história e à memória do curso de Educação Física. Inicialmente, o seu registro institucional contempla a duração de três anos, extrapolando a duração do projeto da Rede Cedes-PR, pois acredita-se que isso ampliará também o número de fontes e dados que comporão o Centro de Memória. O projeto conta também com a participação de outros docentes do DEF-UEM.

Em seguida, representando uma conquista importante para o Cemedef-UEM, os esforços da professora Ieda Parra Barbosa Rinaldi, juntamente com o DEF e a Prefeitura do *Campus* da UEM, resultaram na concessão, ocupação e reforma de uma sala de aproximadamente 25 m², localizada no Bloco M-08, que abriga o Cemedef/UEM.

Em concomitância com a conquista, ocupação e organização do espaço, a equipe em Maringá iniciou a coleta de dados e a reunião de materiais para iniciar o processo de constituição do acervo do Cemedef-UEM. No que diz respeito ao

acervo, é preciso considerar que ele se encontra, portanto, em fase inicial de implantação e ainda há um caminho longo a ser percorrido, de modo que ainda existem documentos que precisam ser localizados e preservados, para que posteriormente sejam digitalizados, catalogados e disponibilizados.

Fotografia 1 - Entrada e interior do Cemedef-UEM em 2020



Fonte: Autores (2020).

Com apoio da Rede Cedes Paraná, empreenderam-se esforços na busca pelos documentos para composição do acervo do Cemedef-UEM. Essa atividade aconteceu no período de maio de 2019 a setembro de 2020, e consistiu na pesquisa nos *websites* dos Conselhos Superiores, bem como na investigação de arquivos disponibilizados na secretaria do DEF e no arquivo geral permanente da UEM.

Os documentos identificados foram digitalizados e estão organizados em 108 pastas digitais, somando 1.698 arquivos. Eles são referentes aos projetos pedagógicos do curso de Educação Física da UEM, contando com 1.816 páginas

digitalizadas. Além disso, arquivos físicos referentes à documentação do curso, edições do *Journal of Physical Education* e fotografias do DEF foram angariados, para que possam ficar disponíveis fisicamente no acervo do Cemedef. Contudo, essa documentação ainda carece de tratamento técnico.

Os documentos localizados até o presente permitem a seguinte organização:

Resoluções dos conselhos superiores da UEM (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho Universitário, Conselho Acadêmico e Conselho Interdepartamental do Centro de Ciências da Saúde), referentes ao curso de Educação Física da UEM: 1972 – 2020; Reconhecimento do curso de Educação Física da UEM: 1975; Processos n. 1009/1977 e n. 1530/1991, contendo resoluções, ofícios, relatos, solicitações, pareceres, encaminhamentos e demais documentos referentes aos Projetos Pedagógicos do Curso: 1977 – 2019; Coleção *Journal of Physical Education*, periódico do DEF/UEM: 1989 – 2020; Relação dos professores que fizeram parte do corpo docente do DEF/UEM, desde sua criação; Documentos e fotografias referentes ao evento *Semana da Educação Física*, organizada pela UEM nas décadas de 1970, 1980 e 1990; Imagens que retratam acontecimentos do DEF/UEM desde a sua criação – 1973 (são aproximadamente duas mil fotos).

Além desses documentos, no contexto das ações da linha III da Rede Cedes, para ampliação de acervo foram catalogados os projetos pedagógicos de curso (PPCs) e outros documentos relacionados dos seguintes cursos: graduação em Educação Física (licenciatura e bacharelado) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – *Campus* Marechal Cândido Rondon) e graduação em Educação Física (licenciatura e bacharelado) da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP – *Campus* Jacarezinho). Esses documentos passaram a integrar o acervo do Cemedef-UEM.

O acervo também está sendo constituído com inventários de fontes produzidos por outros projetos coordenados por professores ligados ao Cemedef-UEM e à Rede Cedes Paraná. Registra-se que está em desenvolvimento o projeto de pesquisa institucional *Práticas e representações sobre a educação corporal na história da cidade de Maringá: fase 1 - O jornal O Diário do Norte do Paraná (1974-1982)*, sob coordenação do professor Carlos Herold Junior, pesquisador colaborador da Rede Cedes-PR.

O projeto considera a imprensa periódica como fonte e tema de pesquisa histórica na área de Educação e de Educação Física. Como eixo temático, ele foca a educação corporal, que se trata de um conceito que permite um movimento analítico que alarga o leque de práticas, instituições e atores a serem investigados, contextualizando o vasto horizonte de práticas corporais. Para tanto, no que tange aos procedimentos para coleta e posterior análise dos dados, foi elaborado um banco de dados no programa Access da Microsoft, pelo qual se criou um formulário para registrar as seguintes informações: a) Título da matéria; b) Data da publicação; c) Edição; d) Palavras-chave; e) Presença ou ausência de imagens; f) Número da página de localização.

Os exemplares de O Diário do Norte do Paraná são consultados na Gerência do Patrimônio Histórico de Maringá. O jornal teve seu primeiro número publicado em 29 de junho de 1974 e circulou na cidade de Maringá até abril de 2019, quando encerrou suas atividades. A coleção disponibiliza aproximadamente 1.800 edições, até outubro de 2020 foram consultadas 1.010 edições.

Por ora, especificamente sobre o Departamento de Educação Física da UEM, o que contribui diretamente com o Cemedef e o projeto Rede Cedes-PR, foram identificadas no jornal 46 (quarenta e seis) ocorrências. Os assuntos noticiados versam sobre o envolvimento do DEF na organização de eventos esportivos e recreativos, mormente voltados ao público escolar. O Diário do Norte do Paraná também faz menção aos professores do DEF e a outros que tiveram destaques na condução técnica de modalidades esportivas em Maringá. Em síntese, a pesquisa, brevemente relatada, permitirá reconstituir redes de sociabilidades em prol do esporte e da recreação na cidade, biografias de professores de Educação Física, traçar registros de políticas públicas de esporte escolar na localidade, entre outros assuntos.

Assim, a criação e implantação do Cemedef-UEM é um movimento coletivo fomentado pela Rede Cedes Paraná. A expectativa é poder avançar na estruturação do Centro de Memória, objetivando ampliar o seu acervo, promover ações de interação entre o ambiente acadêmico e a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação de pesquisa *Centros de memória de educação física, esporte e lazer no Paraná* da linha III *Memória de educação física, esporte e lazer* do projeto Rede Cedes-PR (2015-2021), atendeu aos seus dois objetivos, isto é, estruturou o Centro de Memória do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (Cemedef/UFPR – criado em 2004) e o Centro de Memória, Informação e Documentação sobre Educação Física, Esporte e Lazer da Universidade Estadual de Londrina (Cemidefel/UEL – criado em 2009), bem como criou e implantou o Centro de Memória do Curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá, o Cemedef-UEM.

A estruturação dos Centros de Memória (CMs) demandou aquisição de tecnologias e ampliação dos acervos. As tecnologias foram e são necessárias para digitalização, catalogação e acondicionamento dos documentos coletados. A ampliação esteve circunscrita à criação de fundos de documentos institucionais sobre os cursos de Educação Física e Esporte de oito universidades públicas localizadas no estado do Paraná: UNICENTRO, UEL, UEM, UENP, UNIOESTE, UEPG, UFPR (Sede e Setor Litoral) e UTFPR.

Os fundos de documentos registram acontecimentos dos cursos de Educação Física e Esporte no estado do Paraná, referentes ao período entre 1941 e 2020. Eles estão assim distribuídos:

Quadro 5 – Distribuição dos fundos de documentos sobre os cursos de educação física e esporte das universidades públicas do Paraná

Cemedef-UFPR	Cemedef-UEM	Cemidefel-UEL
Documentos dos cursos de Educação Física da UFPR	Documentos dos cursos de Educação Física da UEM	Documentos dos cursos de Educação Física e do Curso de Esporte da UEL.
Documentos dos cursos de Educação Física da UEPG, UFPR-Litoral e UTFPR (Curitiba)	Documentos dos cursos de Educação Física da UENP e UNIOESTE	Documentos dos cursos de Educação Física da UNICENTRO (<i>Campus</i> Guarapuava e Irati)

Fonte: Autores (2020).

Também para ampliação de acervos, o Cemidefel-UEL contou com a pesquisa sobre manifestações esportivas e de lazer divulgadas no jornal *Folha de Londrina* (1952-1960) e o Cemedef-UEM contou com a pesquisa sobre práticas de educação corporal divulgada no jornal *O Diário do Norte do Paraná* (1974-1982).

A imprensa periódica demonstrou ser um potente meio documental para pesquisar como, no passado, as pessoas na cidade ocupavam seus tempos com específicas manifestações de esporte, lazer e demais práticas corporais.

Assim, a estruturação e a implantação de centros de memória das universidades representam o fortalecimento da existência de lugares institucionalizados de memórias que enfrentam o esquecimento público de experiências do passado de significação social. No caso das universidades no Paraná, os centros de memória de educação física lutam por existência, para então conseguirem preservar e manter viva a memória de cursos de Educação Física e de Esporte que, no conjunto, há mais de 80 anos formam na sociedade paranaense professores, técnicos, acadêmicos e agentes públicos responsáveis pela educação do corpo da população e pela execução das políticas públicas de esporte, lazer, saúde e educação física.

Contudo, ainda há um caminho contínuo e árduo a ser trilhado para estruturar e fortalecer os centros de memória. Há muitos documentos carecendo de tratamento técnico e muitas memórias imateriais a serem registradas. Nesse sentido, torna-se relevante a realização de políticas públicas permanentes de apoio ao funcionamento de lugares de memórias para preservar o passado, possibilitando a escrita e compartilhamento de histórias com as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- GOELLNER, S. V. Informação e documentação em esporte, educação física e lazer: o papel pedagógico do Centro de Memória do Esporte. In: MIRANDA, Danilo D. Santos S. de (orgOrg.). **Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: Edições SESC SESC-SP, 2007, p. 235-246.
- LUCENA, R. F.; MENDES, M. I. S.; CANUTO, P. S. (Org.). **Esportes no Nordeste: um mosaico sócio histórico**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.
- MACEDO, C. G. **O movimento de constituição dos centros de memória da educação física das universidades federais brasileiras (1996-2014)**. 2017. 207f207 p. Tese de (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – . Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Porto Alegre, 2017.

MACEDO, C. G.; GOELLNER, Si. V. Centros de Memória dDa Educação Física E e Esporte Das das Universidades Federais Brasileirasbrasileiras: preservar memórias para reconstruir histórias. **Revista Movimento**, v. 25, p. 01-13, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/87769>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MAZO, J. Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 22, n.2, p. 155-166, 2001. Dipsonível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/419>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MELO, V. A. Centro de Memória Inezil Penna Marinho/EEFD/UFRJ: avanços e desafios. In: II CONGRESSO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, 2., 2005, Belo Horizonte. **Anais...**: Belo Horizonte: UFMG, 2005. v. 1. p. 250-257.

MORAES E SILVA, M.; CAPRARO, A. M. O contexto de fundação da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná: educando corpos para a vida urbana. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 3, p. 623-636, 2011. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/717/681>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MORO, V. L.; GODOY, L. Centros de memória em educação física, esporte e lazer: algumas contribuições para o debate. In: MEZZADRI, Fernando F. M.; CAVICHIOILLI, Fernando F. R.; SOUZA, Doralice D. L. (orgsOrg.). **Esporte e lazer**: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006. p. 117-130.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n. 10, dez, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 15 dez. 2020.

PIRES, A. G. M. G.; SANTOS, L. A.; FONSECA, T. G.; HONORATO, T. Centro de Memória, Informação e Documentação sobre Educação Física, Esporte e Lazer - CEMIDFEL/Uel. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL – EXTENSÃO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: 30 SEURS

EXTENSÃO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO. 30., 2012, Rio Grande. **Anais...**: Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2012. v. 1. p. 1-8.

QUEIROZ, K. F.; AZEVEDO, P. C. S.; ZANLORENZI, T. D.; CAPRARO, A. M.; MORAES E SILVA, M.; MEZZADRI, F.; GODOY, L *et al.* Reflexões acerca da disponibilização de fontes históricas no CEMEDEF/UFPR. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 250-258, jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2014v26n42p250>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ROSA, M. C.; CUNHA, L. B. da; JESUS, L. J. de. Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer: Constituindo a Coleção Professores. *In*: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju: UFS, 2008. V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008.

SOUZA, E. A. de; CAPRARO, A. M. A preservação da memória estudantil como proposta curricular dos cursos de Educação Física: o caso do centro de memória do Departamento de Educação Física (Cemedef) da UFPR. **Movimento**, Porto Alegre v. 19, n. 03, p. 235-255, jul/set de 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/26735>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SOUZA, E. A. de; CAPRARO, A. M. Preservando a memória, fazendo história: relato da fundação e das experiências desenvolvidas no Centro de Memória do Departamento de Educação Física da UFPR (Cemedef). **Recorde: Revista de História do Esporte**, v. 3, p. 1-16, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/746>. Acesso em: 15 dez. 2020.

HISTÓRIA E MEMÓRIA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DO PARANÁ

Ademir Faria Pires

Adriely Gonçalves Orlando

André Mendes Capraro

Carlos Herold Júnior

Cláudio Kravchychyn

Ieda Parra Barbosa Rinaldi

Jacqueline Osana da Silva

João Pedro Lezan

Jorge Both

Karolline Zanetoni dos Santos Moldo

Marcelo Moraes e Silva

Matheus Chiconato Borges

Matheus Henrique Mendes Oliveira

Ricardo João Sonoda-Nunes

Rubiane Giovane Fonseca

Thiago Pelegrini

Tony Honorato

Weslei da Mota

INTRODUÇÃO

Os cursos de Educação Física (EF) no país, assim como os demais cursos de formação superior, passam constantemente por transformações, quer seja por motivos políticos, econômicos, sociais ou institucionais. Com base nesse cenário, entendemos que as transformações ocorridas impactam diretamente no currículo dos cursos de formação, documento que, por seu conteúdo e a forma por que é apresentado aos alunos e professores, é uma opção historicamente situada,

que se sedimenta dentro de um determinado contexto cultural, político, social e escolar, é um documento que está carregado de valores e pressupostos, sendo necessário decifrá-lo (SACRISTÁN, 2013). Sendo assim, os projetos dos cursos de formação das universidades públicas no estado do Paraná serão tematizados e analisados como objeto representativo das transformações na formação em Educação Física no ensino superior.

Integrando a pesquisa do Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e de Lazer, da Rede Cedes do Paraná, na linha de memória da EF, esporte e lazer, especificamente no tocante à memória dos cursos de EF no estado do Paraná, tomamos como foco em nossa pesquisa as mudanças ocorridas em instituições de ensino superior (IES) públicas participantes no estudo, nomeadamente: Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá (*Campus Sede e Campus Regional do Vale do Ivaí*), Universidade Estadual do Norte do Paraná (Jacarezinho), Universidade Federal do Paraná (Curitiba e Matinhos), Universidade Estadual do Centro Oeste (*Campus de Guarapuava e Irati*), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (de Marechal Cândido Rondon) e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Curitiba).

Uma das maneiras de entender essas modificações e as possíveis tendências para os cursos de formação inicial, bem como a conjuntura da área da EF no Paraná, é investigar as modificações ocorridas ao longo dos anos, as motivações e o impacto gerado nos projetos pedagógicos desses cursos. Para tanto, nos apoiamos em Bloch (1997, p. 13), que entende que não podemos “definir a história como simples ciência do passado, mas como o resultado de um vai e vem constante do historiador do presente ao passado e do passado ao presente”.

Compreendemos que, ao adotar o papel de historiadores, escolhendo documentos específicos para narrar o desenvolvimento da EF, extraindo do conjunto de documentos do passado, atribuindo determinado valor a esses testemunhos, que dependem de nossa posição na sociedade e organização mental no momento em que nos encontramos, nos colocamos em uma situação que não é neutra (LE GOFF, 1990). Por sua vez, pensando com Le Goff (1990), o documento não é inócuo, representa o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, e também das épocas que se sucederam e permaneceram vivos. É algo que permanece, que é durável,

e seus ensinamentos trazem consigo significados que devem ser analisados, desmistificando seu conteúdo aparente.

Assim, para o desenvolvimento deste estudo, seguimos os pressupostos teórico-metodológicos da Nova História (LE GOFF, 2005), que contribuíram para a análise e interpretação das fontes selecionadas.

O CENÁRIO DA FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS NO PARANÁ

Neste capítulo, tencionamos narrar, de maneira histórica, o desenvolvimento da EF em IES públicas do estado do Paraná, com base nos documentos coletados e investigados durante o Programa Rede Cedes - Paraná, a fim de indicar as tendências e perspectivas da formação inicial promovida por esses cursos. Como forma de organização, serão apresentados, separadamente, os principais acontecimentos que marcaram o desenvolvimento dos cursos de EF nas IES públicas eleitas nesta pesquisa.

Da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná aos cursos de Educação Física da Universidade Federal do Paraná – UFPR

Na Escola de Educação Física e Desportos do Paraná foram catalogados todos os relatórios arquivados no Cemedef/UFPR, somando 102 documentos publicados entre 1944 e 1977, que juntos geram mais de 22.000 páginas. Em razão desse volume, de situações adversas como a mudança do prédio do Departamento de Educação Física da UFPR e do tempo disponível para conclusão da pesquisa, priorizamos a digitalização de documentos que contivessem informações relacionadas ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Já com relação ao curso de EF da UFPR - Setor de Ciências Biológicas e Setor Litoral/Matinhos, foram catalogados 42 documentos (29 do Setor de Ciências Biológicas e 13 do Setor Litoral), incluindo o processo de criação do curso de licenciatura em EF, datado de 1977, o curso de bacharelado em Gestão Desportiva e do Lazer em 2010 e adequações curriculares referentes ao ano de

2018. Os documentos foram digitalizados ou já estavam disponíveis em versão digital. Juntos, somam 1.887 páginas.

O primeiro curso de EF no Paraná teve seu início em 1941, com a criação da Escola de EF e Desportos do Paraná, que foi fundada com base na necessidade crescente de professores de EF. O primeiro ano letivo do curso aconteceu em 1943, tendo seu reconhecimento no ano de 1944. Inicialmente foram ofertados o Curso Superior de Professores de EF e o Curso Normal de EF. O curso superior tinha a duração de dois anos e o curso normal de um ano. Ambos eram constituídos de disciplinas da área das ciências biológicas e da saúde e técnico-esportivas. Faziam parte do corpo docente sete homens e duas mulheres, entre eles médicos, militares e professores de EF. O foco era a formação de professores para a atuação na educação básica.

Em 1976, aconteceram mudanças significativas, quando a Escola de EF e Desportos do Paraná foi incorporada à Universidade Federal do Paraná, inserida no Setor de Ciências Biológicas, instituindo assim o curso de EF na instituição, por meio da Resolução n. 06/1977-COU (UFPR, 1977). Neste ínterim, também foi criado o Departamento de EF junto ao setor. O curso organizado em 3.600h/a, a serem cumpridas de 6 a 10 períodos, era estruturado em 52 disciplinas, sendo 13 básicas, 37 profissionais e 2 específicas obrigatórias para quem desejasse optar pelos dois títulos (licenciatura e o título de Técnico Desportivo). O curso foi pautado de acordo com o que dispõe a Resolução CFE n. 69/1969 (BRASIL, 1969) e teve seu reconhecimento em 1979.

No ano de 1983, com a resolução CEP n. 39/1982 (UFPR, 1982), consolidou-se o currículo pleno do Curso de EF do Setor de Ciências Biológicas da UFPR. A integralização do currículo deveria acontecer em no mínimo quatro anos e era feita com base em 3.000h, sendo 600h para formação básica, 540h para formação específica, 270h de formação geral e 1590h em formação profissional. O curso de Técnicas do Desporto passou a ser ofertado separadamente, em nível de especialização.

No ano de 1988, configura-se um novo currículo pleno, com a inserção de matérias do Conhecimento do Ser humano, Conhecimento Filosófico e da Sociedade e Conhecimento Técnico, desdobrando-se em disciplinas práticas educativas e práticas profissionais. Com essas modificações, o currículo passa a ser composto por 3.210h, sendo 780h para a formação sócio-filosófica e

biológica, 1.800h para a formação técnica e 630h para o aprofundamento de conhecimentos, realizadas por meio da escolha em disciplinas optativas. É com esse currículo que tem o início da oferta de disciplinas de cunho sócio-filosófico na UFPR, pois até então existia um currículo com disciplinas exclusivamente médicas, biologicistas e técnico-esportivistas.

Sobre o assunto, Souza Neto *et al.* (2004) assevera que até a promulgação da resolução CFE n. 03/1987 (BRASIL, 1987), os cursos de EF tinham como base a resolução CFE n. 69/1969 (BRASIL, 1969), a qual indicava a divisão dos saberes dos cursos de formação superior em EF em conhecimentos básicos e profissionalizantes. Após a resolução de 1987, o currículo dos cursos de EF contam com a distribuição de seus saberes em duas grandes áreas, a formação geral, contendo disciplinas humanísticas (conhecimento filosófico, do ser humano e da sociedade) e a técnica.

Os demais documentos identificados na pesquisa e utilizados para indiciar os acontecimentos do curso da UFPR datam de 2004 e constam do Processo n. 43539/03-74 (UFPR, 2003), referente à reformulação curricular do curso, resultando na distinção entre bacharelado e licenciatura. Destaca-se, no processo, que a reformulação foi motivada por legislações específicas da área, assim como pela percepção dos docentes em atender as novas exigências da formação para o bacharel e o licenciado em EF. Os cursos foram organizados de maneira distinta, a licenciatura com a carga horária de 2.870h, composta por 900h de disciplinas do conhecimento identificador, 780h de conhecimento amplo da licenciatura, 990h de aprofundamento e 200h de atividades complementares. Já no bacharelado, além das horas do conhecimento identificador, somaram-se 900h de conhecimento amplo do bacharelado, 990h de aprofundamento e 150h de atividades complementares, totalizando 2.940h.

É importante frisar que o ingresso nos cursos passa a se dar de maneira separada, sendo 60 vagas para cada habilitação. Aos alunos que desejassem complementar a sua formação com a segunda habilitação, foi estabelecido que teriam sua permanência assegurada no curso. Na sequência, as mudanças curriculares mais significativas estão relacionadas às alterações de ementas e cargas horárias de disciplinas, principalmente, buscando conferir a identidade e distinção nos cursos de bacharelado e licenciatura, seguindo os pressupostos da Resolução CNE n. 07/2004 (BRASIL, 2004). No ano de 2013, visando cumprir a Resolução

CNE/CES n. 04/2009 (BRASIL, 2009) que instituiu a carga horária mínima de 3.200h para o curso de bacharelado em EF, foram incorporadas 260h na carga horária do currículo.

No litoral, *Campus* de Matinhos, houve a criação do curso de Bacharelado em Gestão Desportiva e do Lazer no ano de 2010, com o objetivo de formar profissionais em nível de graduação, oportunizando sólida formação na área da Gestão Desportiva e do Lazer. O curso de bacharelado passou a figurar com a carga horária semelhante aos cursos de bacharelado em EF, com carga horária de 3.200h. O curso foi reconhecido por meio da Portaria n. 730, de 19 de dezembro de 2013 (BRASIL, 2013), publicada no Diário Oficial da União.

Em 2014, visando atender as demandas regionais, foi criado no Setor Litoral o curso de Licenciatura em EF, extinguindo o curso de Gestão Desportiva e do Lazer. O currículo teve sua fixação no ano de 2017, com a carga horária de 3.200h, atendendo à Resolução CNE n. 02/2015 (BRASIL, 2015), composto por componentes curriculares básicos e obrigatórios, além do estágio supervisionado, núcleo de conteúdos optativos, trabalho de conclusão de curso e atividades formativas.

O Curso de Educação Física na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

Foram catalogados 22 documentos, que juntos somam 403 páginas (digitalizadas ou disponíveis em versão digital), desde o projeto de criação do curso de bacharelado em EF em 2006, até as recentes adequações curriculares no ano de 2018. Toda documentação passou a integrar o acervo do Cemedef/UFPR, perfazendo um total de 216 fontes catalogadas.

Até 2004, o Departamento de EF era responsável por ofertar aulas de EF aos cursos de ensino médio, superior e técnico integrado, mas a partir do referido ano foi criado o primeiro curso de especialização na área de atividade física para empresas, por iniciativa de docentes que integravam o departamento de EF.

Neste mesmo período foram criadas as Universidades Tecnológicas, e o CEFET-PR transformou-se em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Com essa nova configuração, o departamento ofertou seu primeiro curso de graduação tecnológica na área de atividade física em academias.

E no ano de 2006 surge o projeto para a criação do curso de graduação em EF - Bacharelado, considerando a necessidade de formar profissionais capacitados para atenderem à demanda existente. Com a Resolução n. 100/2006-COEPP (UTFPR. 2006), fica aprovado o Projeto de Abertura do Curso de Graduação em EF, do *Campus* de Curitiba.

O curso foi ofertado em regime semestral, conforme o Regimento Geral da Universidade. O currículo era composto por 2.415h para disciplinas obrigatórias, compostas pelas dimensões relação ser humano-sociedade, biológica do corpo humano, produção do conhecimento científico e tecnológico na formação ampliada, e disciplinas culturais do movimento humano, técnico-instrumentais e didático-pedagógicas na formação específica e identificadora da área e em complemento o núcleo de aprofundamento. Além disso, eram destinadas 210h para disciplinas optativas, 120h destinadas ao Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, 180h para atividades complementares e 360h para estágio supervisionado, totalizando 3.285h. Em 20 de dezembro de 2011, ocorre o reconhecimento do Curso Superior de Graduação em EF, pelo MEC.

Com o desenvolvimento do curso, o corpo docente percebeu a necessidade de diversificar a oferta de disciplinas optativas, bem como permitir aos estudantes disciplinas de enriquecimento curricular e uma ampliação das possibilidades de formação. Não foram verificadas mudanças significativas que impactaram em alterações curriculares desde a criação do curso na UTFPR, mas foram diversas as inclusões e criações de novas disciplinas, principalmente optativas, voltadas para a especificidade do bacharelado.

No ano de 2014, ocorre a renovação do reconhecimento do curso de graduação em EF pelo MEC. Já em 2016, o colegiado do curso de EF estabeleceu as normas operacionais complementares do Curso de Bacharelado em EF para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Os últimos dados encontrados apresentam o *Regulamento das atividades complementares do curso de bacharelado em EF da UTFPR*, com o intuito de orientar os alunos para o desenvolvimento das atividades complementares, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

O Curso de Educação Física na Universidade Estadual de Londrina - UEL

Na Universidade Estadual de Londrina - UEL, foram coletados 11 documentos referentes aos processos de criação do curso, as alterações curriculares e aos projetos pedagógicos propriamente ditos de licenciatura e bacharelado em EF, além do curso de bacharelado em Esporte, totalizando 1.651 páginas de documentos.

A história do curso de EF da UEL tem seu início no ano de 1968, por meio de ofício enviado ao Conselho Estadual de Educação do PR, com relatório para a emissão de parecer técnico para a criação da Escola Superior de EF de Londrina, na então Fundação do Ensino Superior de Londrina. No relatório, justifica-se a necessidade de implantação do curso na instituição, demonstrando o estágio de desenvolvimento socioeconômico da cidade e de seu entorno, perspectivas de desenvolvimento futuro, potencial numérico dos prováveis discentes nos anos posteriores a sua criação, perspectiva do mercado de trabalho para professores de EF, composição do corpo docente e administrativo para a Escola Superior de EF de Londrina, estrutura física e material, assim como recursos financeiros.

Como consequência, Cesário (2008) informa que a primeira turma do curso passou a funcionar no ano de 1972 e seu reconhecimento se deu no ano de 1976, a partir do Decreto Federal n. 77.343, de 24 de março de 1976. Diferente de outras instituições, na UEL, o curso vinculou-se primeiramente ao Centro de Educação e, somente, em 1986 foi criado o Centro de EF e Desportos com três departamentos: Departamento de Ginástica, Recreação e Danças (GRD), Departamento de Fundamentos da EF (FEF) e Departamento de Desportos Individuais e Coletivos (DIC). A autora acrescenta que já no início do funcionamento do curso foram feitas modificações por força de lei e com base em proposições do corpo docente (CESÁRIO, 2008).

Após sua criação, um novo currículo foi implantado somente no ano de 1990, com disciplinas de cunho humanístico e de cunho técnico, além do aprofundamento de conhecimentos e de disciplinas obrigatórias por legislação específica (Estudo dos Problemas Brasileiros), contabilizando 2.955h/a, correspondente a 196 créditos, ofertados no período diurno e noturno. A carga horária era distribuída em oito períodos, com duração de 4 anos. No ano de 1992, o currículo deixa

de ser organizado pelo Regime de Créditos e passa para o Regime Acadêmico Seriado Anual.

Outro fato marcante na história da UEL diz respeito à proposta de criação do curso de Bacharelado em Esportes, no ano de 1997. Cesário (2008) afirma que a criação do curso foi um fato que se destacou no cenário estadual e nacional e que já em 1989 ele passou por uma reformulação curricular, fruto de intensas discussões do corpo docente e também para atender às normativas da Resolução CFE n. 03/1987 (BRASIL, 1987). Tal reforma visava ampliar a formação do futuro profissional de EF, e a reformulação buscava integrar os conhecimentos numa perspectiva democrática e de transformação de sociedade.

A criação do curso de Bacharelado em Ciências do Esporte foi justificada com base nos avanços das ciências do esporte, do interesse da sociedade pela prática de atividade esportiva, bem como para oferecer mais uma opção de formação na área esportiva. O curso se organizava em área técnica, humanística e de aprofundamento de conhecimentos, semelhante ao curso de licenciatura, mas voltado para a atuação em espaços não escolares, com carga horária total de 3.178h/a, divididas em 4 séries. O curso de Bacharelado em Esporte foi reconhecido em 2003.

Considerando as novas Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em EF – Resolução CNE/CES 07/2004 (BRASIL, 2004), houve a criação do curso de bacharelado em EF, contando também com a reformulação do curso de licenciatura. O bacharelado foi organizado com dimensões ampliadas e específicas, contando com as áreas: relação entre ser humano e sociedade; biologia do corpo humano; produção de conhecimento científico e tecnológico; culturais do movimento humano; técnica-instrumental e didática-pedagógica, com carga horária total de 3.944h. Já a licenciatura foi organizada em quatro campos de conhecimentos que compunham os saberes necessários à prática docente: dimensões pedagógicas; cultura corporal de movimento; acadêmico profissionalizante; e dimensões epistemológicas, com a carga horária total de 3.444h. Assim, já na forma de se conceber o projeto pedagógico dos cursos, verificam-se diferenças entre a licenciatura e o bacharelado em EF, e também com o bacharelado em Esporte.

Em 2009, o curso de licenciatura passa por uma nova reformulação curricular, buscando atender ao pedido da própria instituição, no que diz respeito à

carga horária, visando atender às DCN para formação de professores da Educação Básica, em nível superior, nos cursos de licenciatura de graduação plena, por meio da Resolução CNE/CP 02, de 19 de fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002). Além disso, foram realizadas correções no ementário, atribuídos novos conteúdos necessários à formação, adequação da carga horária e adequação de disciplinas no que diz respeito à etapa da formação.

Destaca-se ainda uma modificação curricular no ano de 2013, no curso de EF - esportes. E, por fim, no ano de 2015, segundo Adaniya e Favaro (2017), houve uma outra modificação curricular no Curso de EF, mantendo como foco a licenciatura. No mesmo ano, o curso de Graduação em Ciência do Esporte foi suspenso e a IES prosseguiu somente com os cursos de Bacharelado e Licenciatura em EF.

O Curso de Educação Física na Universidade Estadual Maringá – UEM – *Campus Sede e Campus Regional do Vale do Ivaí (CRV)*

Os documentos coletados foram digitalizados e organizados em 108 pastas, somando 1.698 arquivos. Os documentos referentes aos Projetos Pedagógicos do Curso de EF da UEM contam com 1.816 páginas digitalizadas. Sobre os projetos pedagógicos da UEM em Maringá e Ivaiporã, foram coletados documentos referentes a resoluções dos Conselhos Superiores da Universidade Estadual de Maringá (UEM), processos, ofícios, relatos, solicitações, pareceres, encaminhamentos e demais documentos referentes ao curso desde sua criação.

O primeiro currículo a vigorar na UEM, em 1972, tomou por base a resolução CFE n. 69/1969 (BRASIL, 1969), a qual determinava que os cursos de formação em EF e Técnico de Desporto deveriam ter duração mínima de três anos e carga horária mínima de 1.800 horas-aula (h/a), reduzindo ainda, matérias básicas de fundamentação científica (SOUZA NETO *et al.*, 2004). O currículo do curso na UEM era constituído por 2.265h/a e o sistema adotado era o de disciplinas por créditos. O sistema perdurou durante as reformas curriculares de 1976 e 1979, até que em 1990, as alterações curriculares a partir da Resolução n. 070/90-CEP/UEM (UEM, 1990) direcionaram o currículo para o regime seriado anual.

Na sequência, as reformas curriculares passam a seguir as reformulações propostas pela resolução CFE n.03/1987 (BRASIL, 1987), que regulamentou a criação dos cursos de bacharelado em EF no Brasil, estruturando a formação do profissional de EF em duas grandes áreas: Formação geral (técnica e humanística) e de aprofundamento de conhecimentos, além de definir a carga horária mínima 2.800h/a e a duração mínima do curso para quatro anos (SOUZA NETO *et al.*, 2014). Na readequação de 1990, na UEM, verificamos a implementação de 2.970h/a para o curso, distribuídas já em 4 anos, tendo o acréscimo das 160h complementares e o aumento da prática de ensino para 180h. Em 1991, com o acréscimo para 3.442h/a, aumentando também a prática de ensino para 204h/a. Em 1998, visualizamos a criação do curso noturno, a partir da resolução n. 126/1998-CEP (UEM, 1998), e, em 2000, uma nova reforma curricular promove alterações nas práticas de ensino, sendo compostas por 300h/a.

Segundo Nascimento (1992), ao versar sobre a reforma curricular da UEM, a aquisição e aplicação integrada de conhecimentos de cunho humanístico e técnico pedagógico visavam à garantia da formação generalista e profissional. O acréscimo das disciplinas de cunho humanístico visava à reflexão sobre a realidade em nível de teoria e prática, considerando a existência cotidiana do profissional de EF, relacionando com eventos históricos, sociais, políticos e econômicos. Já com a Resolução CNE/CES n. 07/2004 (BRASIL, 2004), a EF passa a ser definida como uma área de conhecimento e intervenção acadêmico-profissional, e a organização curricular dos cursos de bacharelado em EF configura-se em duas unidades de conhecimento: formação ampliada e formação específica.

Em 2006, foi implantado um novo currículo para a licenciatura com modificação da distribuição da carga horária, que contou com a ampliação das horas complementares para 200h/a, e fixou o Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório - ESCO, com 480h. Com a Resolução n.177/2006-CEP (UEM, 2006), o curso de bacharelado em EF foi implantado na UEM, contando com 3.383h/a como carga horária total distribuídas em 4 anos, contando com 200h/a complementares e 480h/a destinadas ao ESCO. No ano de 2008, as horas complementares foram aumentadas para 240h/a.

O próximo acontecimento foi a aprovação do PPC para o curso de licenciatura em EF no *Campus* Regional do Vale do Ivaí, pela Resolução n. 070/2010-CI/CCS (UEM, 2010), tendo sua criação no ano de 2013, a partir da resolução n.

011/2013-COU (UEM, 2013). No ano de 2014, todos os currículos dos quatro cursos passam por modificações profusas: os cursos têm a carga horária das disciplinas optativas ampliadas para 612h na licenciatura e 1.020h no bacharelado. Essas modificações foram revogadas no ano seguinte, e os currículos e as matrizes curriculares foram remodeladas mediante a promulgação de novas Resoluções do Conselho Interdepartamental do Centro de Ciências da Saúde e demais conselhos da UEM.

Nos anos seguintes, algumas alterações foram realizadas, como acréscimo ou modificação de disciplinas. Entretanto, somente os currículos dos cursos de licenciatura passaram por transformações significativas nos anos de 2017 e 2018, ampliando a carga horária com relação à dimensão pedagógica e aos conteúdos técnico-científicos da área específica, assim como o volume de práticas pedagógicas.

O Curso de Educação Física na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

Na UEPG, foram catalogados 50 documentos, desde a certidão de criação do curso de licenciatura em EF no ano de 1973 até adequações curriculares recentes no ano de 2018. Todos os documentos juntos somam 2.497 páginas (digitalizados ou já disponíveis em versão digital).

A história do curso tem seu início em 1973 com a criação do curso de licenciatura em EF, tendo seu reconhecimento no ano de 1976. Consoante ao processo de reconhecimento do curso, o primeiro currículo foi organizado e pautado na resolução CFE n. 69/1969 (BRASIL, 1969), contendo disciplinas fundamentais, de currículo mínimo, disciplinas complementares obrigatórias e complementares optativas, além de noventa horas destinadas ao estágio supervisionado. Caso desejassem a formação de técnico desportivo, os alunos deveriam realizar a complementação com mais 180 horas aula em disciplinas optativas. Tanto a matriz curricular masculina como a feminina eram compostas por 1.815h, respeitando a resolução supracitada.

Na UEPG, o curso não passou por modificações significativas desde o início de sua criação até o ano de 2005, quando é criado o curso de bacharelado em EF. Junto a isso, com o desmembramento do curso em licenciatura e bacharelado,

ambos têm novos projetos pedagógicos de cursos aprovados. Além de buscar atender a resolução CNE/CES n. 07/2004 (BRASIL, 2004), entendia-se a necessidade da ampliação da formação, no sentido de atender também outros campos de atuação da EF. No caso de Ponta Grossa, seus profissionais formados atenderiam também municípios da região, em espaços escolares e não escolares.

Para a implantação em 2006, o currículo do bacharelado foi organizado em 3.419h, sendo 2.318h em disciplinas convencionais, 476h em estágio supervisionado e 325h em atividades complementares. As disciplinas foram organizadas em formação geral básica, nas áreas de ciências exatas e naturais, biológicas e da saúde, humanas e sociais; em formação específica profissional, nas áreas de ciências biológicas e da saúde, humanas e sociais e do movimento humano. Já o curso de licenciatura foi reestruturado em 3.294h, sendo 1.292h de disciplinas da formação básica geral, organizadas nas áreas ciências biológicas e da saúde, do movimento humano, da educação e EF, 1.394h de disciplinas de formação específica profissional, organizadas nas áreas do movimento humano, ciências humanas e sociais, biológica e da saúde, e da educação, 408h em disciplinas de diversificação ou aprofundamento, além de 200h de atividades complementares. Além de atender às normativas das diretrizes para os cursos de EF, os currículos também se adequaram às legislações específicas da instituição.

Em 2009, houve o reconhecimento do curso de bacharelado, bem como um novo reajuste curricular para o curso de licenciatura em EF relacionado à carga horária da prática como componente curricular. Com isso, o curso passa a figurar com 3.345h. Além disso, no mesmo ano é aprovada a oferta do curso de EF – licenciatura, na modalidade a distância, do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, reconhecido posteriormente em 2013.

Uma nova proposta curricular baseada na percepção dos docentes e discentes é aprovada para o curso de licenciatura quanto ao projeto pedagógico, cultura do curso, processo de ensino-aprendizagem e avaliação, perfil acadêmico, organização e gestão, contextos interno e externo, avaliações internas e externas, além de considerarem a avaliação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Com relação ao projeto pedagógico, em 2015 houve a renovação do reconhecimento do curso de licenciatura e a realização de alterações no projeto pedagógico do bacharelado, relacionadas a algumas disciplinas. Em 2017, após

passar por processo semelhante ao que o curso de licenciatura presencial passou em 2015, a modalidade a distância tem seu currículo reformulado e aprovado.

No ano de 2017, o curso de licenciatura em EF passou por novo processo de reconhecimento e teve seu currículo atualizado sem grandes alterações. Neste currículo, o curso manteve as 3.345h, de acordo com as prerrogativas da resolução CNE n. 02/2015 (BRASIL, 2015).

O Curso de Educação Física na UNICENTRO nos *Campus* de Guarapuava e Irati

Foram catalogados oito documentos, entre os anos de 2005 e 2020, contendo ao todo 634 páginas. Os dados catalogados da referida instituição contêm projetos pedagógicos do curso de EF – bacharelado, de Guarapuava, projetos pedagógicos do curso de EF – Licenciatura no *Campus* de Irati, tal qual resoluções de inclusão de disciplinas de ambos os cursos.

O curso de Licenciatura Plena em EF da Universidade Estadual do Centro-Oeste foi inicialmente ofertado no *Campus* Universitário de Irati, com o início das atividades no ano de 1998 e a criação do Departamento de EF para integrar o Centro de Reabilitação e Esportes (CRE). Em 2001, foi autorizada a oferta do curso de EF no *Campus* Universitário de Guarapuava, em regime de extensão, e em 2003 criou-se o Departamento de EF de Guarapuava, integrando o Centro de Ciências da Saúde (CCS).

A partir do ano de 1999, uma nova concepção de organização e de formação dos profissionais de educação passa a ser discutida e oficializada com a aprovação da Resolução CNE/CP n. 01/1999 (BRASIL, 1999) e com o Parecer sobre as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena com o Parecer CNE/CP n. 009/2001 (BRASIL, 2001). Essa nova concepção de organização atingiu diretamente a tradição da formação do professor e do profissional de EF, na medida em que ganhou uma nova legislação, terminalidade e integralidade própria ao bacharelado, constituindo-o num projeto específico, consequentemente determinando currículos específicos para cada área, sem que a licenciatura fosse confundida com a antiga formação de professores. Dessa forma, diante da necessidade de uma reformulação curricular para atender as novas diretrizes

curriculares propostas pelo Parecer CNE n. 0058/2004 (BRASIL, 2004a) e pela Resolução CNE/CES n. 07/2004 (BRASIL, 2004b), o Departamento de EF de Guarapuava optou por substituir a Habilitação em Licenciatura em EF vigente por Graduação em EF – Bacharelado, fato justificado por considerações feitas pela equipe docente existente no departamento, que manifestou a preocupação em saturação do mercado na área da licenciatura, devido a outras instituições alocadas na região da universidade. Ressaltamos que o Departamento de EF de Irati manteve a opção na Habilitação em Licenciatura e a oferta do bacharelado se deu apenas em Guarapuava, devido às condições de oferta da UNICENTRO. A organização do Bacharelado em EF de Guarapuava ficou estruturada em duas dimensões: 1) Dimensões ampliadas e 2) Dimensões Específicas, ambas são constituições próprias que estão articuladas entre si. Para a conclusão do curso de Graduação em EF, foram estabelecidas 3.060h/a para as disciplinas técnico-científicas e práticas que compõem as dimensões ampliadas e específicas, 204h/a para estágios supervisionados I e II, 235h/a destinadas as práticas curriculares e, 250h/a para Atividades Acadêmicas Complementares, totalizando 3.749h/a, a serem concluídas em no mínimo quatro anos.

No ano de 2007, ocorre a atualização da base legal do Curso de EF ofertado no *Campus* de Irati mediante a Resolução n. 057/2003-COU. Desse modo, o curso tem a carga horária de 3.226h/a; com duração de no mínimo quatro anos e no máximo sete anos; e com regime seriado anual previsto no regimento da UNICENTRO.

Em 2009, um novo projeto pedagógico para o curso de licenciatura ofertado no *Campus* de Irati é analisado, e justificado pelas possibilidades de intervenção profissional em ambientes escolares na região. As mudanças apresentadas foram: a) um modelo de currículo pleno, contendo o rol das disciplinas e sua departamentalização; b) listagem de disciplinas optativas; c) categorização das disciplinas do currículo pleno em: obrigatórias de formação básica, obrigatórias complementares e obrigatórias profissionalizantes; d) formas de flexibilização curricular I referente à carga horária de prática de ensino; e) formas de flexibilização curricular II referente às atividades complementares, entre outros.

Além disso, foram adequadas as horas/aulas em horas/relógio no Currículo Pleno, de acordo com a recomendação do MEC/CNE. A Resolução n. 2-COU aprovou o novo Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em EF da UNICENTRO,

Campus de Irati. Na sequência, a partir da Resolução n. 126-COU foram aprovadas mudanças no referido projeto pedagógico, retificando algumas alterações no currículo, passando a figurar com o total de 3.337 horas-relógio, um acréscimo de 109 horas em relação a grade anterior.

Posteriormente, com a Resolução CEPE n. 50, foram realizadas alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em EF, bacharelado da UNICENTRO, *Campus* Cedeteg. As mudanças ocorridas passaram a vigorar no ano de 2015. Nessa resolução, a carga horária do curso passa a ser de 3.530h, com até 20% da carga horária total do curso podendo ser ministrada na modalidade de ensino a distância, com matriz curricular organizada em regime seriado anual como previsto no Regime da Universidade.

As últimas alterações foram realizadas no ano de 2020, com a Resolução n. 24-CEPE (UNICENTRO, 2020), que mudou a carga horária do curso de Licenciatura do *Campus* de Irati para 3.422 horas; além de ressaltar os objetivos específicos, habilidades e competências para o curso de formação de professores de EF, e aprovação das diretrizes para a realização de estágio não obrigatório desse curso, todas as alterações entraram em vigor a partir da sua data de publicação.

O Curso de Educação Física na Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Na UNIOESTE foram coletados 20 documentos referentes ao curso de EF, em sua maioria resoluções e pareceres dos conselhos e órgãos superiores (Câmara de Ensino, Conselho universitário, Conselho de Ensino e Pesquisa, Diretoria de Ensino e Divisão de Estágios). Esses documentos denotam a implantação dos cursos de bacharelado e licenciatura, bem como aprovam e regulamentam os projetos pedagógicos de curso. As resoluções, anexos e pareceres computam 510 páginas. Na íntegra, foram encontrados os projetos pedagógicos de curso desde o ano de 2004, portanto, também serão utilizados dados da literatura sobre os cursos desta instituição.

O curso da Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Marechal Cândido Rondon, foi implantado no ano de 1983, buscando suprir a demanda de profissionais da educação na área da EF, para atuar na educação básica. A criação do curso se deu com base no Parecer n. 33/83 emitido pelo Conselho

Estadual de Educação, de 9 de março de 1983 e autorizado a funcionar pelo Decreto Federal n. 89.185, de 16 de dezembro de 1983, assinado pelo Presidente da República João Batista Figueiredo (SOUZA; NISTA-PICCOLO, 2009).

Como a maioria dos cursos de EF criados anteriormente à década de 1990 na UNIOESTE (antes denominada Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon), o curso surge com características de uma formação técnica esportiva, contando com uma carga horária de 2.055h/a, com duração de 3 anos (6 semestres). Sua grade curricular era composta prioritariamente para as áreas dos esportes e biomédica (SOUZA; NISTA-PICCOLO, 2009).

Assim como nas demais instituições investigadas, a Resolução CFE n. 03/1987 (BRASIL, 1987) impactou na forma de se enxergar o curso de EF, com a possibilidade de oferta do bacharelado. Na UNIOESTE, optou-se pela manutenção da habilitação da licenciatura e pela não criação do bacharelado, ao menos naquele momento. De acordo com Souza e Nista-Piccolo (2009), o currículo da criação do curso se manteve com a tendência tecnicista e biomédica, mas com a intenção, por parte dos docentes, de que mudanças seriam necessárias para atender às transformações ocorridas na sociedade e na área da EF.

A partir do ano de 1991, adota-se o regime seriado anual, a carga horária é ampliada para 2.940h/a e a duração do curso passa a ser de quatro anos. É também nesse momento que são ampliadas as discussões e a implementação de disciplinas de cunho sócio-filosófico, humanístico e de aprofundamento. A reformulação curricular previu a criação de dois eixos norteadores: o didático pedagógico e o biomotor, articulando as áreas humanísticas, técnicas de aprofundamento do conhecimento (SOUZA; NISTA-PICCOLO, 2009).

Nos anos seguintes, as discussões sobre a criação do curso de bacharelado em EF se intensificaram, e em 1996, ficou aprovada a Carta-consulta para a implantação do referido curso. Essas discussões remontam ao ano de 1997, quando foi aprovado o projeto pedagógico e currículo do curso de Bacharelado em EF, contando com disciplinas obrigatórias e complementares, 120 horas de prática de estágio supervisionado em EF e esportes, além de 116 horas de atividades acadêmicas complementares, totalizando 3.206 horas em seu currículo. Neste currículo implantado em 1997, os alunos cursavam três anos de disciplinas de núcleo comum e no quarto ano escolhiam a habilitação específica, podendo, após

o término da primeira habilitação, complementar sua formação com a licenciatura ou com o bacharelado.

O curso se manteve com essa dinâmica até o ano de 2005, quando houve alterações nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura e bacharelado em EF da UNIOESTE, ocasionando mudanças mais profícuas do que as executadas no ano anterior. Nesse momento, são divididos os cursos de licenciatura e bacharelado e o número de vagas também é reduzido para 25 em cada curso. Acompanhando as decisões do Conselho Nacional de Educação – Resolução CNE-CP n. 2 de 2002 (BRASIL, 2002), para os cursos de licenciatura foram destinadas 400h para as práticas como componente curricular e 400h para os estágios curriculares. O currículo passa a ser composto pelo total de 3.498h na licenciatura e 3.500h no bacharelado.

Somente em 2013 acontecem novas alterações curriculares na UNIOESTE, visando à alteração no regulamento do Estágio Supervisionado do Bacharelado em EF. Nesse sentido, em 2015, também no campo do estágio da licenciatura, são aprovadas alterações em seu regulamento. Ambas as alterações de regulamento do estágio buscaram atender às novas legislações para esta etapa dos cursos de formação superior do bacharelado e da licenciatura.

Em 2016, foram feitas alterações não significativas no curso de bacharelado em EF na UNIOESTE. No ano de 2017, novas alterações foram realizadas nos regulamentos de estágio do bacharelado, em disciplinas do curso, assim como foram alterados os regulamentos das disciplinas de seminário de monografia das duas habilitações.

As últimas alterações realizadas nos cursos de bacharelado e licenciatura em EF na UNIOESTE aconteceram no final do ano de 2018, visando à implantação do novo currículo, em 2019. Tais mudanças foram justificadas pelas últimas alterações no projeto pedagógico do bacharelado acontecidas em 2015, pois o curso passou pelas revisões previstas após 4 anos de vigência, e, na licenciatura, as alterações buscaram atender a Resolução CNE/CP n. 02/2015 (BRASIL, 2015), que diz respeito à diretrizes curriculares dos cursos de formação superior – licenciatura.

O Curso de Educação Física na Universidade Estadual do Norte do Paraná

No tocante ao curso de EF da Universidade Estadual do Norte do Paraná, foram coletados sete documentos¹, dentre eles resoluções, ementas e matriz curricular do curso. De acordo com as informações disponibilizadas em seu *website*, o curso de graduação em EF na UENP foi autorizado pelo Decreto Federal n. 70.425, de 17 de abril de 1972 (BRASIL, 1972) tendo sua primeira turma implantada no ano de 1972. Seu reconhecimento se deu a partir do Decreto Federal n. 79.150 em 1977 (BRASIL, 1977).

Tivemos acesso à Resolução CEPE n. 001/2013 que dispõe sobre uma adequação curricular nos cursos de graduação em EF – Licenciatura e Bacharelado. Nesse contexto, na instituição havia a opção de se cursar simultaneamente licenciatura e bacharelado, com a integralização em 3 anos e meio para antecipação do grau de licenciado, com a carga horária de 2.800h, e a integralização de cinco anos para a conclusão em dupla modalidade, recebendo o grau de bacharel e licenciado, com duração mínima de cinco anos, perfazendo 4.080h.

Os documentos coletados foram as ementas e matrizes curriculares dos cursos de licenciatura e bacharelado em EF. Verificamos que atualmente o curso de bacharelado em EF é composto por 3.200h, enquanto a licenciatura é integralizada em 2.950h. O bacharelado tem a carga horária 240h de atividades complementares, 400h de estágio supervisionado e 160h para o trabalho de conclusão de curso. Na licenciatura, somam-se aos componentes curriculares 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais, 400h em prática como componente curricular, 400h de estágio supervisionado e mais 100h para o trabalho de conclusão de curso².

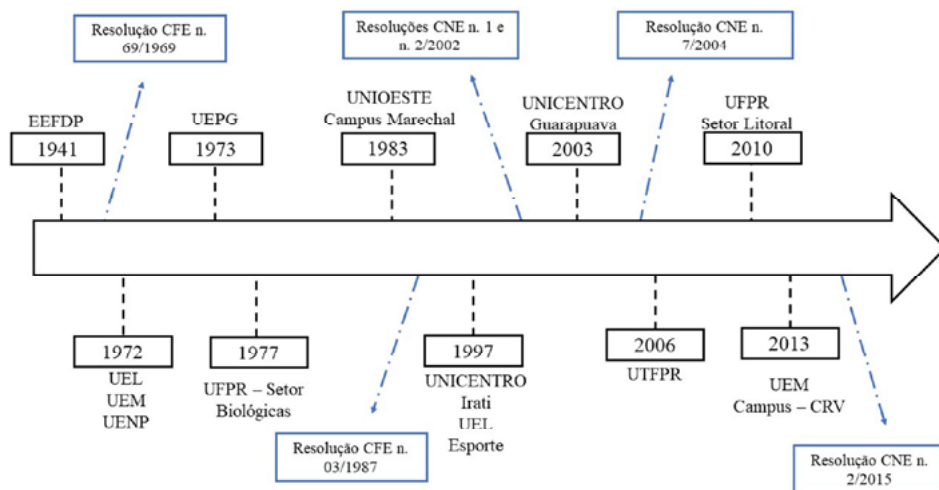
¹ A coleta de dados no curso de EF da UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná, foi fortemente afetada pela pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da covid-19. A visita prevista no *Campus* de Jacarezinho não foi realizada pelos pesquisadores da cidade de Maringá e os documentos encontrados foram todos aqueles disponibilizados por meios digitais.

² Como não tivemos acesso aos projetos pedagógicos de curso na íntegra, não foi possível discorrer sobre demais detalhes sobre o curso de EF – Licenciatura e bacharelado na UENP.

Considerações transitórias sobre o cenário da formação inicial em educação física no estado do Paraná

Diante do trabalho desenvolvido, percebemos que as transformações nos cursos das IES pesquisadas permitiram que a formação inicial em EF fosse se consolidando ao longo dos anos, no Paraná. Acrescenta-se que, além de considerar as mudanças na Diretrizes Curriculares para a formação na área, as alterações curriculares foram acontecendo a fim de atender às demandas políticas, econômicas e sociais de cada momento. Ademais, cada instituição investigada possui suas particularidades, tendo em vista que parte das mudanças suscitadas ao longo dos anos de existência de cada curso recebem o impacto dos sujeitos que compõem cada um desses cursos. Uma síntese do histórico dos cursos pode ser verificada na figura 1, a seguir, em conjunto com os principais marcos legais que impactaram diretamente na formação superior em EF.

Figura 1 - Cenário da criação dos cursos de Educação Física no estado do Paraná e os principais marcos legais



Fonte: Autores (2020).

Verificamos que o primeiro curso a figurar nesse cenário foi o curso da EEFDP, reconhecido no ano de 1944, contribuindo para a formação de muitos profissionais em mais de três décadas de existência. Os profissionais formados nessa instituição foram essenciais para que, três décadas depois, no início da década de 1970, fossem criados os cursos de instituições estaduais como UEL,

UEM, UENP e UEPG. É notável que os profissionais que passaram a fazer parte do corpo docente desses novos cursos de formação superior, no interior do estado, em sua maioria, tiveram sua formação na EEFDP. Com o desenvolvimento desses cursos, tem-se a ampliação da formação inicial em EF no estado.

Em decorrência do surgimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, a partir da década de 1980, o corpo docente desses cursos passou a buscar capacitação docente e programas de pós-graduação *stricto-sensu*, fazendo com que, em sua maioria, hoje os professores dos cursos de graduação em EF no estado do Paraná sejam doutores ou mestres.

Além disso, nas últimas décadas parte das IES investigadas passaram a oferecer cursos de mestrado e doutorado em seus próprios programas de pós-graduação *stricto sensu*. Como exemplo, temos o Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPR, que está em funcionamento desde o início da década de 2000, e o Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM/UEL, em funcionamento desde o ano de 2006. Desse modo, com a expansão desses cursos, a formação em EF no Paraná passa a figurar também como uma entidade formadora de professores para o ensino superior.

Ainda é importante ressaltar que, embora o curso de formação inicial em EF da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – *Campus* de Paranavaí não faça parte desta investigação, essa IES, desde o ano de 1998, oferece a formação inicial em EF no estado do Paraná, formando centenas de novos profissionais desde então.

Há que se considerar que a história é um *continuum* e que nos próximos anos teremos novas mudanças nesse panorama da formação inicial em EF, haja vista que, recentemente, foi publicada a Resolução CNE n. 06/2018 (BRASIL, 2018), instituindo novas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em EF (licenciatura e bacharelado). Ademais, compreendemos que o texto aqui produzido poderá servir de subsídio para profissionais que se interessam por estudar a área da memória e a história de cursos de EF e o desenvolvimento dos currículos, além de entendermos que poderá suscitar que novas pesquisas sejam desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

ADANIYA, M. Y. C.; FAVARO, M. G. A história do curso de educação física na UEL (1972-2015). In: IV JORNADA DE DIDÁTICA III SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CEMAD, 4., Londrina, 2017. **Anais ...** Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2017, p. 967-972.

BLOCH, M. Introdução à História. **Mira Sintra**: Publicações Europa-América, 1997.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Resolução n. 69, de 2 de dezembro de 1969**: . Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Educação Física. Brasília, DF, 1969. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/parecer-69-69/>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES n. 58, de 18 de fevereiro de 2004**: Aprova Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. Brasília, DF, 2004a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces058_04.pdf. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n. 9, de 08 de maio de 2001**: Aprova Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES n. 4, de 16 de janeiro de 2009 CNE/CES**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/rces001_09.pdf. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 1, de 30 de setembro de 1999**. Dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação, considerados os Art. 62 e 63 da Lei 9.394/96 e o Art. 9º, § 2º, alíneas “c” e “h” da Lei 4.024/61, com a redação dada pela Lei 9.131/95. Brasília,

DF, 1999. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/912/resolucao-cne-cp-n-1>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES n. 06, de 18 de dezembro de 2018**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104241-rces006-18/file> Acesso em: 25 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. **Resolução n. 3, de 16 de junho de 1987**: Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Brasília, DF, 1987. Disponível em: http://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cfe_3_1987.pdf Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 1, de 18 de fevereiro de 2002**: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002/2002**: Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília –, DF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 31 de março de 2004/2004**: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília –, DF, 2002/2004b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfisica.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 2 de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos

de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília -, DF, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file> Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 70.425 de 17 de abril de 1972**. Autoriza o funcionamento da Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho - PR. Brasília, DF. 1972. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-70425-1972_29750.html. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 79.150, de 19 de janeiro de 1977**. Concede reconhecimento ao curso de Educação Física, da Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho com sede na cidade de Jancarezinho, Estado do Paraná. Brasília, DF. 1977. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79150-19-janeiro-1977-428659-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CESÁRIO, M. **Formação de professores de educação física da Universidade Estadual de Londrina**: tradução do projeto curricular pelos professores. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, 2008.

LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

NASCIMENTO, J. V. Nova proposta curricular do curso de educação física na universidade estadual de Maringá. **Journal of Physical Education**, v. 2, n. 12, 1991, p. 4-9.

SACRISTÁN, José J. Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013.

SOUZA NETO, S. *et al.* A formação profissional de educação física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan. 2004. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/230>. Acesso em: 17 dez. 2020.

SOUZA, J. P.; NISTA-PICCOLO, V. L. O curso de Educação Física da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste: 25 anos formando profissionais e transformando sonhos em realidade. **Caderno de Educação Física**. v. 8, n. 15, p. 39-51, 2009. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/2678>. Acesso em: 17 dez. 2020.

UEM - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Resolução n. 011 de 2013 do Conselho Universitário**: Homologa o Ato Executivo n. 013/2010-GRE – criação e implantação do Curso de Graduação em Educação Física no *Campus* Regional do Vale do Ivaí. Maringá, PR, 2013.

UEM - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Resolução n. 070 de 1990 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**: Aprova o novo currículo para o curso de Educação Física e dá outras providências. Maringá, PR, 1990.

UEM - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Resolução n. 070 de 2010 do Conselho Interdepartamental do Centro de Ciências da Saúde**: Aprova projeto pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física – *Campus* de Ivaiporã. Maringá – PR, PR, 2010.

UEM - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Resolução n. 126 de 1998 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**: Aprova a oferta e o currículo do Curso de Educação Física – Turno Noturno. Maringá, PR, 1998.

UEM - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Resolução n. 177 de 2006 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**: Aprova novo projeto pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física – habilitação: bacharelado. Maringá, PR, 2006.

UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná. **Resolução n. 001, de 08 de março de 2013 – CEPE/UENP**: Aprova a adequação Curricular do Curso de Graduação em Educação Física – Bacharelado e Licenciatura, ofertado pelo Centro de Ciências da Saúde do *Campus* de Jacarezinho. Jacarezinho, PR, 2013.

UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 43539/03-74**: Reforma Curricular do Curso de Licenciatura e Bacharelado. Curitiba, PR, 2003.

UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n. 06 de 1977 do Conselho Universitário da UFPR.** Cria o Curso de Educação Física na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 1977.

UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n. 39 de 1982 do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFPR:** Fixa o currículo pleno do Curso de Educação Física, do Setor de Ciências Biológicas. Curitiba, PR, 1982.

UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná.
Resolução n. 24 CEPE/Unicentro, de 31 de março de 2020: Aprova as alterações do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física, Licenciatura, da Unicentro, *Campus* de Irati, e dá outras providências. Guarapuava – PR, 2020.

UTFPR - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ.
Resolução n. 100 de 2006 do COEPP: Aprovar o Projeto de Abertura do Curso de Graduação em Educação Física. Curitiba, PR, 2006.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ademir Faria Pires

Doutorado em andamento em Educação Física – UEM

<http://lattes.cnpq.br/9161678582692864>

Adriely Gonçalves Orlando Ricatto

Mestrado em andamento em Educação Física - UEM

<http://lattes.cnpq.br/1719099473324520>

Allan Fernando Zardo Da Silva

Doutorado em andamento em Educação Física - UEM

<http://lattes.cnpq.br/6401837001611013>

André Mendes Capraro

Doutor em História e professor da UFPR

<http://lattes.cnpq.br/7824777892204977>

Andréia Juliane Drula

Mestre em Educação Física e professora da UNIPAR

<http://lattes.cnpq.br/0526484317745060>

Andria Watanabe De Godoy

Graduação em andamento na UEM

<http://lattes.cnpq.br/3214512102838600>

Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires

Doutor em Educação Física e professor da UEL

<http://lattes.cnpq.br/4698682690598011>

Arestides Pereira da Silva Júnior

Doutor em Educação Física e professor da Unioeste

<http://lattes.cnpq.br/2172035925617965>

Arnaldo Scuissiato

Executivo em Gestão de Projetos e Tecnologia da Informação

Bruno Pedroso

Doutor em Educação Física e professor da UEPG

<http://lattes.cnpq.br/3180182724063175>

Carlos Herold Junior

Doutor em Educação e professor da UEM

<http://lattes.cnpq.br/9723444517016722>

Cláudio Kravchychyn

Doutor em Educação Física e professor da UEM

<http://lattes.cnpq.br/1541630939742895>

Cleuza Maria Irineu

Mestre em Educação Física - UEL

<http://lattes.cnpq.br/5462923599991829>

Daniella Tschöke Santana

Doutorado em andamento em Educação Física - UFPR

<http://lattes.cnpq.br/4355676644078146>

Décio Callegari (*in memoriam*)

Deoclecio Rocco Gruppi

Doutor em Educação Física e professor da UNICENTRO

<http://lattes.cnpq.br/6054282302540184>

Diego Petyk de Sousa

Doutorado em andamento em Ciências Sociais Aplicadas – UEPG

<http://lattes.cnpq.br/8588601508401116>

Doralice Lange de Souza

Doutora em Educação e professora da UFPR

<http://lattes.cnpq.br/6334357189847749>

Edilson de Oliveira

Doutorado em andamento em Ciências Sociais Aplicadas – UEPG

<http://lattes.cnpq.br/0206847160121617>

Érika Fernandes de Almeida Arruda

Doutorado em andamento em Educação Física – UEM

<http://lattes.cnpq.br/8571958678056210>

Felipe Canan

Doutor em Educação Física e professor da UEA

<http://lattes.cnpq.br/3018512687231917>

Felipe Ferreira

Graduação em andamento em Educação Física – UEPG

<http://lattes.cnpq.br/6642014136339684>

Fernando Augusto Starepravo

Doutor em Educação Física e professor da UEM

<http://lattes.cnpq.br/5763073227935698>

Francieli Cristina Ferreira

Graduação em andamento em Educação Física – UEL

<http://lattes.cnpq.br/2142776996344891>

Gabriel França Thorowski

Graduação em andamento em Educação Física – UNICENTRO

<http://lattes.cnpq.br/3936497682669132>

Giuliano Gomes de Assis Pimentel

Doutor em Educação Física e professor da UEM

<http://lattes.cnpq.br/5074388036246808>

Gonçalo Cassins Moreira do Carmo

Doutor em Ciências Sociais Aplicadas e professor da UEPG

<http://lattes.cnpq.br/1068217292077677>

Guilherme Habinoski

Graduação em andamento em Educação Física – UEPG

<http://lattes.cnpq.br/6470091367356821>

Guilherme Moreira Caetano Pinto

Doutorado em andamento em Ciências Sociais Aplicadas – UEPG

<http://lattes.cnpq.br/8576459778160661>

Ieda Parra Barbosa Rinaldi

Doutora em Educação Física e professora da UEM

<http://lattes.cnpq.br/8875226890794702>

Jackeline Colere

Graduação em andamento em Educação Física – UFPR

<http://lattes.cnpq.br/5058783608645553>

Jacqueline Osana da Silva

Graduada em Educação Física – UFPR

<http://lattes.cnpq.br/7277791125433741>

João Fernando Christofolletti

Doutor em Educação e professor da UNIOESTE

<http://lattes.cnpq.br/5740674244821811>

João Pedro Lezan

Graduado em Educação Física – UFPR

<http://lattes.cnpq.br/6413803173473815>

Jorge Both

Doutor em Educação Física e professor da UEL

<http://lattes.cnpq.br/9513144319502175>

Juliano de Souza

Doutor em Educação Física e professor da UEM

<http://lattes.cnpq.br/1955037705102744>

Karolline Zanetoni dos Santos Moldo

Graduação em andamento em Educação Física - UEM

<http://lattes.cnpq.br/4276827106260355>

Laura Correa Martiniano

Graduação em andamento em Educação Física - UEM

<http://lattes.cnpq.br/2169861500073460>

Luís Eduardo Cunha Thomassim

Doutor em Ciências do M. Humano e Professor da UFPR Litoral

<http://lattes.cnpq.br/0668015745469201>

Marcelo Moraes e Silva

Doutor em Educação e professor da UFPR

<http://lattes.cnpq.br/4996091053878759>

Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski

Doutora em Sociologia e professora da UFPR Litoral

<http://lattes.cnpq.br/1814261304579049>

Matheus Chiconato Borges

Mestrado em andamento em Educação – UEL

<http://lattes.cnpq.br/0723318122378353>

Matheus Henrique Mendes Oliveira

Graduação em andamento em Educação Física – UFPR

<http://lattes.cnpq.br/1305792298588337>

Melissa Beatriz Salvador

Graduação em andamento em Educação Física – UFPR

<http://lattes.cnpq.br/2490694091597896>

Miguel Archanjo de Freitas Júnior

Doutor em História e professor da UEPG

<http://lattes.cnpq.br/3535289084806834>

Morgana Cláudia Da Silva

Doutora em Educação Física e professora da UEL
<http://lattes.cnpq.br/9976179014489396>

Paulino Hykavei Junior

Doutorado em andamento em Educação e prof. da UNIGUIAIRACÁ
<http://lattes.cnpq.br/8868982852855255>

Rafael Estevam Reis

Mestrado em Educação Física e professor da UNICESUMAR
<http://lattes.cnpq.br/1190314608546716>

Ricardo João Sonoda-Nunes

Doutor em Sociologia e professor da UFPR
<http://lattes.cnpq.br/7814177888044694>

Rodrigo de França

Doutorando em Educação da UFPR e professor da PM de Curitiba
<http://lattes.cnpq.br/8022244006540926>

Rubiane Giovane Fonseca

Doutora em Ciências da Motricidade e professora da UEL
<http://lattes.cnpq.br/9797792006097741>

Ruth Eugênia Amarante Cidade

Doutora em Educação Física e professora da UFPR
<http://lattes.cnpq.br/3926865817565278>

Sabrina Monique Bora de Andrade

Mestre em Educação da UFPR
<http://lattes.cnpq.br/5575321206165077>

Shayda Muniz Oliveira Guilherme

Graduação em Educação Física - UNIOESTE
<http://lattes.cnpq.br/9449137608653906>

Simone Aparecida Rechia

Doutora em Educação Física e professora da UFPR

<http://lattes.cnpq.br/5265139315424802>

Tatiane Perucelli

Mestre em Ciências Sociais e Aplicadas da UEPG

<http://lattes.cnpq.br/0760810292664355>

Thalita de Castro Basilio

Graduação em andamento em Educação Física – UFPR Litoral

<http://lattes.cnpq.br/5094755236002598>

Thiago Pelegrini

Doutor em Educação e professor da UEL

<http://lattes.cnpq.br/7482888816719502>

Thiago Sávio Ingles da Luz

Graduação em andamento em Educação Física – UEPG

<http://lattes.cnpq.br/1983379114107099>

Tony Honorato

Doutor em Educação Escolar e professor da UEL

<http://lattes.cnpq.br/7101545385569249>

Verónica Gabriela Silva Piovani

Doutora em Educação Física e professora da UNIOESTE

<http://lattes.cnpq.br/8398891204906056>

Wendell Luiz Linhares

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG

<http://lattes.cnpq.br/2654737614771871>

Weslei da Mota

Graduação em andamento em Educação Física – UFPR

<http://lattes.cnpq.br/3260469206716169>

Tendo como elemento articulador a construção de subsídios teóricos e metodológicos para se compreender e se analisar a estrutura das políticas públicas para o esporte e lazer do estado do Paraná, este livro está composto por sete capítulos correspondentes ao conjunto de pesquisas realizadas pela equipe do Centro da Rede CEDES do estado, entre os anos de 2019 e 2021. Estas pesquisas estavam vinculadas às três linhas programáticas propostas no projeto do Centro, a saber: Políticas e Gestão Públicas do Esporte e Lazer; Programas Integrados de Esporte e Lazer; Memória da Educação Física, Esporte e Lazer.

Trata-se de um trabalho acadêmico associado entre pesquisadores vinculados à Universidade Federal do Paraná/UFPR, incluindo os *campus* de Curitiba (Departamento de Educação Física) e de Matinhos (Setor Litoral), Universidade Estadual de Londrina/UEL, Universidade Estadual de Maringá/UEM, Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG, Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO e Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE.



Universidade
Estadual de
Ponta Grossa



SECRETARIA ESPECIAL DO
ESPORTE

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

